

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23203

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

TERÇA-FEIRA 20 MARÇO 90 60\$00

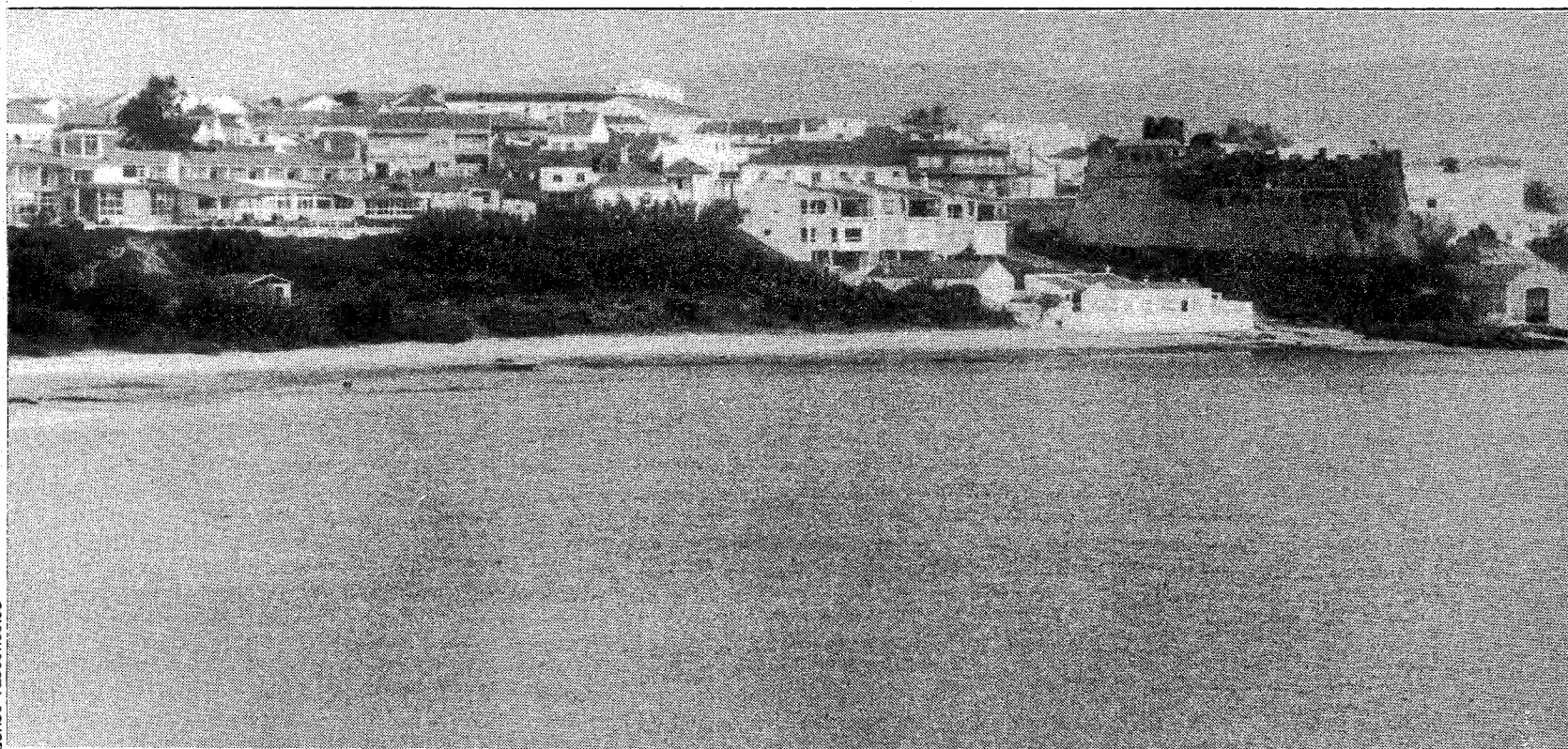
Lisboa e Leixões: há lodo no cais

O licenciamento de trabalhadores portuários foi desencadeado pelo Governo ao abrigo de um decreto-lei, aprovado pelo Conselho de Ministros de 4 de Janeiro passado, mas que não foi ainda promulgado nem publicado no Diário da República. Na sequência da aprovação deste diploma, foram pagos a trabalhadores dos portos do Douro e Leixões e de Lisboa cinco milhões e

seiscentos mil contos de indemnizações e estão a ser gastos, desde Janeiro, 220 mil contos, por mês, em reformas antecipadas no âmbito da Segurança Social. Licenciaram-se assim 1600 trabalhadores a pretexto da modernização dos portos portugueses e da diminuição dos custos das operações de estiva. O Estado assumiu um empréstimo de quatro milhões de contos para ultra-

passar uma quebra de compromisso por parte das empresas operadoras portuárias de Lisboa, sem que até agora tenham sido tomadas medidas para pôr cobro à situação. Os interesses em jogo são elevados e desde há muito se afirma que há lodo no cais. Desta vez foi o Governo que se envolveu nele.

Pág. 7



Eurico Vasconcelos

Litoral alentejano em risco de algarvização

Grandes projectos turísticos em cima das praias (fala-se de um total de 150 000 mil camas); a construção de estradas marginais pelo interior da Área de Paisagem Protegida, feitas à medida de interesses especulativos fundiários; uma construção desenfreada erguida com base em precários planos directores e sem rigor de qualidade arquitectónica

ameaçam o litoral alentejano. Corre-se o risco de repetir, na costa alentejana, a mais selvagem e a mais limpa do litoral português, todos os erros cometidos no Algarve, quando se julgava que tinha sido aprendida a lição do desastre urbanístico e ecológico acontecido na província algarvia.

A costa (Vila Nova de Mil Fontes na foto)

percorre quatro concelhos, Grândola, Sines, Odemira e Aljezur, quatro câmaras comunistas cujos autarcas parecem tentados por um tipo de desenvolvimento concentrado no litoral, desequilibrado em relação ao interior, cada vez mais deprimido e desertificado.

Págs. 16 e 17

Lituânia

Apelo dos EUA à URSS

Os EUA apelaram à URSS para que respeite "a vontade dos lituanos", embora mantendo a recusa de reconhecer a independência daquela república do Báltico. Segundo a porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, o Presidente Bush acredita que a Lituânia "deveria negociar com a URSS o seu futuro". O Presidente Gorbachev ordenou ontem ao Governo que tome medidas contra a declaração de independência da Lituânia, segundo a televisão moscovita. Desconhece-se, contudo, que acções serão tomadas. Entretanto, a questão da independência do PC da Estónia em relação ao PCUS, é o tema de um encontro que hoje decorre em Moscovo, entre dirigentes dos dois partidos.

Pág. 11



Máquinas de Lavar 1989

Representante em Portugal:

SOC. DE REP. SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24

Alemanha: a memória curta

Dos nossos enviados especiais
Paulo David e Cristina Krlepah

Os cidadãos da RDA deram a vitória aos conservadores nas eleições de domingo e relegaram para segundo plano os movimentos que mais lutaram pelo fim da injustiça e da opressão no país. W. Apfeld é um dos fundadores da organização Democracia Agora, que esteve na primeira linha

dessa luta e obteve 12 dos 400 assentos parlamentares de Berlim Leste. Em declarações ao "DL" fez uma alusão nostálgica à Revolução dos Cravos, em Portugal, uma das suas inspirações para a mudança pacífica na Alemanha de Leste.

Págs. 10 e 11



PSD/PS em guerra por causa do Matadouro da Guarda

Pág. 12

Suicidou-se a actriz Capucine

Pág. 20

Namíbia: a retirada de Pretória

Págs. 2 e 3

Vandalismo na noite lisboeta

Pág. 12

Crónicas de Umberto Eco e Luís de Sttau Monteiro

Págs. 4 e 5

DL com o Benfica na URSS

Págs. 23 e 25

Lotaria Popular

1.º 296373 2.º 380485 3.º 8671

Pág. 13

Hoje: Suplemento Económico



De agora em diante, os guerrilheiros da SWAPO estão integrados num Exército juntamente com os seus ex-inimigos apoiados pela África do Sul

Swapo já começou a substituir os quadros existentes por filiados. «Querem politizar e controlar os serviços públicos»- disse.

«Mas, acrescentou, conheço a maioria (dos políticos da Swapo) e parecem-me inteligentes, uns mais do que outros, homens de bom senso» cuja actuação depende de «aceitarem ou não o conselho do funcionalismo público, que poderia ajudá-

los a governar melhor, mesmo que não concordasse com a sua política».

Agora, declarou ainda, «o que é preciso é instalar a democracia e isso não existe sem oposição. Queremos ser oposição construtiva, podemos sempre dar a nossa opinião e eles prometeram que nos consultariam».

A África do Sul vai pagar metade dos dez milhões de randes (cerca de 580 mil

contos) orçados para as cerimónias, programadas para amanhã, da independência da Namíbia, esse gigantesco país do Sudoeste Africano, pelo qual esteve em guerra durante mais de duas décadas.

A Namíbia foi o único território pelo qual as Nações Unidas assumiram responsabilidade directa, constituindo um balão de ensaio para a anulação do apartheid

durante a última década.

E se tudo correr bem nesse país, não há razão para se prever o desastre na região: Angola e Moçambique poderão encetar o diálogo com os inimigos com que se batem desde meados dos anos 70 e a África do Sul pode apostar mais forte nas negociações com os guerrilheiros do ANC.

Redacção DL/Lusa/Reuter

Após décadas de combates na Namíbia

Inimigos de ontem marcham lado a lado para a independência

Soldados namibianos que combatiam em lados opostos e que ainda se matavam no campo de batalha há menos de um ano, tornaram-se camaradas de armas com a formação do primeiro batalhão de infantaria do novo Exército Nacional da Namíbia.

Foi algo que os namibianos nunca pensaram em testemunhar durante as suas vidas: antigos guerrilheiros do Exército de Libertação do Povo da Namíbia (PLAN) formando em parada, elegantemente, com soldados namibianos treinados pelos sul-africanos, numa base militar nos arredores de Windhoek.

Em Abril do ano passado estes homens ainda estavam envolvidos em sangrentas batalhas uns contra os outros no norte da Namíbia. Desde 1966 que milhares deles morreram nos dois lados quando o braço armado da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) iniciou a sua luta para libertar o país do domínio colonial sul-africano.

Agora, quando a reconciliação nacional percorre um país à beira de uma independência longamente aguardada, foram dados os primeiros passos para a criação de uma força unida de Defesa namibiana.

Combates ferozes

Estimam-se em 40 mil o número de namibianos que serviam na Força Territorial do Sudoeste Africano (SWAFT) quando foi desmobilizada logo após a implementação do plano de independência das Nações Unidas em 1 de Abril de 1989.

Enquanto as unidades da SWAFT

uma criação da Força de Defesa Sul-Africana (SADF) - estavam a ser desmanteladas com a implementação deste plano, foi feito um rápido apelo à remobilização devido à súbita infiltração de guerrilheiros da SWAPO que atravessaram a fronteira sul de Angola para a Namíbia no dia 1 de Abril.

A SWAPO sustenta que os seus combatentes entraram na Namíbia acreditando que as forças de paz da ONU estavam à espera de recebê-los. No entanto, as tropas da SADF e a SWAFT foram enviadas das suas bases no norte do país para combater aquilo que a África do Sul considerou como uma grande ofensiva da SWAPO para tomar a Namíbia pela força. Nos ferozes combates que se seguiram na região da fronteira, mais de 300 guerrilheiros do PLAN foram mortos. A África do Sul diz só ter perdido 30 homens numa luta que atrasou a implementação da resolução 435 do Conselho de segurança das Nações Unidas, de 1978.

Ex-inimigos lado a lado

Por quase uma década, tropas namibianas da SWAFT bateram-se tendo como inimigo a SWAPO e o seu principal alvo o líder da organização, Sam Nujoma.

Em 20 de Fevereiro, foi Nujoma, eleito Presidente da Namíbia, com posse marcada para 21 de Março, que se dirigiu a uma força combinada de 500 ex-soldados do PLAN e da SWAFT na base militar de Leopard's Valley, nos arredores de Windhoek.

Vestidos com o uniforme castanho da SWAFT, os novos recrutas esperaram

por Nujoma sob um sol abrasador para que abrisse oficialmente o seu período de treino como soldados lutando pela primeira vez no mesmo lado.

Antes de se dirigir às tropas, Nujoma falou com um grupo de antigos oficiais do PLAN e da SWAFT que treinou estes soldados que servirão como guarda de honra no dia da independência. Ele disse que eles tinham a sorte de estar entre o primeira unidade de um Exército da Namíbia unificado e acrescentou: «Vocês devem assegurar a unidade entre eles. Devem assegurar que a tarefa que irão desempenhar é bem compreendida e que é a eles que cabe a protecção do país».

Ocasão única

O líder de 60 anos de idade apelou aos antigos adversários para se esquecerem do passado, salientando que a Namíbia não era o único país cujo povo tinha lutado entre si. A Europa experimentou duas guerras, disse, mas estas nações estavam agora a trabalhar para unir o continente em 1992.

Às tropas Nujoma afirmou que a ocasião era única: «O facto de hoje, estarem ao lado uns dos outros como irmãos e compatriotas é, em si mesmo, um desenvolvimento positivo e encorajador para a paz no nosso país. Nós da SWAPO acreditamos que a morte e a destruição que a Namíbia sofreu é um capítulo que deve ser encerrado e encerrado para sempre. Nós precisamos de iniciar um novo capítulo de esperança, paz, harmonia e desenvolvimento económico para o benefício de toda a gente», concluiu Nujoma.

Exclusivo Gemini/«DL»

COMENTÁRIO

O fim de uma época

Hoje, fecha-se, em África, o ciclo do colonialismo. Trinta e três anos depois de o Gana ter aberto a primeira brecha no domínio institucional da Europa sobre o continente negro, a Namíbia conquista a independência. É, pois, um dia histórico a mais de um título: nasce um País e encerra-se uma época. Começa também, para os namibianos, o processo difícil de erguer um nação.

É verdade que mais de cem anos de opressão, primeiro alemã, depois sul-africana, constituíram uma experiência comum para todos os povos do território e, de algum modo, forjaram uma ânsia partilhada de liberdade; não é menos verdade, porém, que as fronteiras da Namíbia foram traçadas como as das restantes colónias: em resultado exclusivo dos interesses das nações imperiais europeias, desconsiderando a preservação de unidades tribais. Rios e montes separaram nações (assim se referiam às tribos, e com propriedade, os colonizadores alemães), destruindo sociedades autónomas e sistemas de organização económica. E se o domínio estrangeiro, brutal e ladrão, uniu para o combate as diferentes etnias africanas, as independências têm ressuscitado as individualidades - e a luta pela liberdade une mais facilmente que a luta pelo desenvolvimento.

A construção de uma nação no quadro de fronteiras arbitrária e recentemente fixadas (em 1926 ainda as da Namíbia eram objecto de negociação entre potências coloniais rivais), que delimitam um território partilhado por diferentes povos com peso específico diverso em razão do seu passado, tem constituído o desafio porventura maior que se depara aos jovens países de África. A história da África não principiou, evidentemente, com a dominação colonial, como quer uma absurda tese imperialista; mas a história das nações africanas ex-colónias, essa tem, com certeza, escassas décadas. Na Namíbia, começa com ovambos, kavangos, caprivianos, hereros, damaras, himbas, tswanas, sans, rehoboths e namas. E, necessariamente, com o saldo negativo de todas as opressões: a incapacitação programada dos oprimidos para assumirem os seus destinos. Ilusório que seja este desiderato, porque as opressões são sempre intercalares, a libertação efectiva defronta-se com tremendas dificuldades instrumentais - por exemplo, a classe política sofre de incompetência técnica - e com um estado da nação que se revela nos 40 por cento de desempregados nas principais zonas de concentração populacional.

Os namibianos lutam desde 1670 contra o domínio estrangeiro, então personificado nos holandeses do Cabo. A partir das zero horas de amanhã, o móbil desse combate de três séculos (e não apenas dos últimos cento e doze anos), que assumiu com frequência aspectos heróicos, deverá ser substituído pela concentração de esforços em ordem a vencer o subdesenvolvimento, que é a herança colonialista. Condição fundamental para o êxito deste novo combate é, como afirma o Poder independente da Namíbia prestes a ser instalado, conceber o País como um espaço de convivência pacífica para todos - negros, brancos e mestiços, militantes da SWAPO e da Oposição.

A guerra, a partir de agora, travar-se-á - desejavelmente - com outras armas: as indispensáveis à construção/reconstrução nacional, decisiva para o estabelecimento duradouro da paz na África Austral, que fica a aguardar o fim do apartheid. Guerra não menos exigente, na qual os homens livres têm um posto de combate intransmissível.



João Paulo de Oliveira

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**

Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção **Acácio Barradas**
Chefes de redacção-adjuntos: **José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho**

Redactor-principal **João Paulo de Oliveira**
Coordenadores de Secção: **Adelino Cardoso, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão**

Redactor-paginador **António Ribeiro Ferreira**

Redacção e reportagem fotográfica: **Almeida Henriques, Ana Paula Sá, António José Teixeira, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias de Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), José Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Faria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco**

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alves Henriques, Daniel Oliveira, Francisco Paraiso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas: **Ribeiro da Silva (coordenador), Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores: **José António Carvalho, Jorge Santos e Oscar Figueiredo**

Secretária de Direcção **Maria Eduarda Soutello**
Secretaria de Redacção: **José Agostinho (coordenador), António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade **Luísa Valadas**

Gestor de Informática **Luís Canteiro**

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impressão na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60\$00; na Madeira, 75\$00; nos Açores, 85\$00.



PORTE
PAGO

FORUM

O BOM SENSO E ÂNSIA DE PRESTÍGIO

Sempre entendi que o bom senso deve regular as relações humanas, tal como sempre entendi que a sua falta, embora entendível e explicável, não pode justificar-se durante longos períodos, nem transformar-se numa característica imutável da vida de um povo.

Talvez por isso, deixo-me impressionar desagradavelmente por certas manifestações, a meu ver imbecis, de muitos compatriotas meus, desejosos de verem o seu País adquirir, a todo o custo, um peso social que ele não tem, uma «importância» que não é a sua, e um «prestígio» que em meu entender, não passa de uma telúrica e mal imaginada fantasia.

Bem entendido, julgo eu, o patriotismo pode ser uma virtude - mal-entendido, não passa de um imenso defeito, capaz de gerar vícios dificilmente curáveis e de agravar, ainda mais, os defeitos que pretende esconder.

Ultimamente, por exemplo, têm vindo a lume numerosas referências ao «prestígio» de que gozamos no estrangeiro, prestígio esse que «nunca terá sido equiparável», e que está, no dizer de quem se dedica a espalhar atoardas, a «crescer diariamente».

Julgo, até, que ainda há bem pouco tempo, o próprio primeiro-ministro fez uma afirmação desta natureza, e muito embora eu não queira considerá-lo símbolo de Portugal nesta triste matéria, não posso deixar de lamentar que a fantasia tenha, mais uma vez, encontrado, a nível governamental, quem a propague e fomenta - neste, como noutros assuntos, o primeiro-ministro tem-se limitado a ser igual aos que o antecederam.

Cada país tem, única e exclusivamente, o «prestígio» que corresponde à sua dimensão; à potencialidade das suas armas; ao volume dos seus capitais; ao papel que desempenhou, e desempenha, no evoluir humano; à popularidade dos seus artistas e intelectuais, e ao grau de necessidade que os outros têm dele.

Não vale a pena prosseguir, até porque os países não fogem a esta regra básica: o seu «prestígio» depende, sempre, do número de vezes que vêm à baila nas conversas dos outros, da medida em que são falados pelos que fazem parte do seu mundo, e da frequência com que os seus naturais são citados e mencionados nas conversas quotidianas dos restantes povos.

Tudo o resto é treta, conversa fiada, propaganda para uso interno, mentira que terminará por

agravar a situação dos que se arrogam um «prestígio» que não têm.

Ora, nós sabemos - e sabemos mesmo - que a nossa dimensão é reduzida; que as nossas armas não chegam para um dia de batalha, e que nem sequer as podemos substituir sem o auxílio e o apoio de indústrias estrangeiras; que a nossa população caberia, to da, numa grande cidade; que não participamos na guerra em que milhões de europeus perderam a vida para traçar os novos destinos do seu continente; que os nossos intelectuais são, praticamente, desconhecidos no mundo; que os nossos desportistas raras vezes aparecem nas televisões internacionais; que estamos a viver dos subsídios que os outros nos concedem; e que se podem contar pelos dedos das mãos as vezes em que aparecemos nas primeiras páginas dos grandes jornais, a menos, evidentemente, que um «Fígaro» qualquer nos dedique, esporadicamente, um artigo, classificando-nos, sem fantasias telúricas, de «village du marché commun»... Nestas circunstâncias, pergunto-me como se justificará a obcecação que temos pelo «prestígio» que não temos?

Mais: como se justificará a preocupação em que vivemos de mostrar que, apesar das nossas evidentes deficiências, os estrangeiros nos olham com inveja - uma inveja, repito, que não passa de um produto da nossa imaginação?

Haverá, presumo eu, numerosas respostas para estas perguntas, mas todas elas acabarão por se reduzir a uma só: somos, há séculos, levados a crer na nossa inexistente importância; no direito que temos ao profundo respeito dos outros; na convicção de que os nossos «descobridores», dia-a-dia mais distantes, têm o direito de permanecer *ad aeternum* na memória dos povos e que, por isso mesmo, nós também temos o direito a ser, *ad aeternum*, prestigiados pelos seus feitos.

Temos sido, por outras palavras, enganados: o «prestígio» de um povo provém, unicamente, da sua realidade quotidiana e nunca de ocorrências que tiveram lugar há cinco séculos - essas apenas podem depor acerca da antiguidade de um «prestígio», mas nunca o podem criar ou manter num mundo que caminha rapidamente, e em que aos valores do passado se sobrepõem, permanentemente, valores actuais.

Não acuso os que nos enganaram, até porque eles se limitaram a cantar a canção que nós queríamos ouvir, e admito, até,

que durante muito tempo esta doce ilusão fosse necessária ao País - necessitámos de acreditar em nós mesmos, de nos habituarmos à ideia de que já não éramos o que tínhamos sido, de nos revermos num mundo novo que não valorizava a nossa decrescente importância.

Para sobreviver, por outras palavras, precisávamos de continuar a acreditar que ainda éramos o que tínhamos sido; que a nossa «raça» se mantinha impoluta, apesar de mil vezes cruzada com raças coloniais; que a nossa grandeza «natural» se impunha aos olhos dos estrangeiros que iam à Lua, que avançavam no campo da tecnologia, que dominavam as ciências e, sobretudo, que ainda «existíamos» apesar do papel dia-a-dia mais reduzido que desempenhávamos no mundo.

Chegámos, neste esforço aparentemente construtivo, a extremos que só podem ser classificados de ridículos: os nossos jornalistas perguntavam aos estrangeiros que saíam do País se eles «tinham gostado de Portugal», colocando alguns numa situação difícil, até porque ninguém confessa ter detestado um país em que foi banqueteado e elevado aos píncaros da glória...

Pior ainda: chegámos ao ponto de atribuir um significado importante, misterioso e «especial» às visitas que os chefes de Estado se fazem, inevitavelmente, uns aos outros, no prosseguimento das suas visitas de engrandecimento pessoal - os problemas concretos dos seus países nem são resolvidos por eles, nem são resolvidos em banquetes.

Não foi, certamente, por acaso, que as insignificantes visitas diplomáticas da Rainha Alexandra, do Imperador Guilherme II, do Presidente Loubet, do Senhor D. Manuel e do Presidente António José de Almeida, figuram na microscópica «Cronologia Geral da História de Portugal» de Joel Serrão, como se tivessem tido importância que justifique a sua menção na história de um povo; mas não se pode acusar o autor deste livro de nos ter enganado deliberadamente - ele apenas foi, como todos nós, vítima de uma mistificação.

Para acabar, recorde, com um pavor humilhante, a coluna que um dos nossos jornais publicou, durante anos, intitulada «Portugal na Imprensa Estrangeira» - não há demonstração maior da pequenez de um povo do que andar

a vasculhar, nos jornais dos outros, as amáveis referências que estes acidentalmente lhe fazem, mas não tenho dúvidas de que houve, por esse País fora, quem tomasse esta coluna a sério e nos considerasse importantíssimos por figurarmos em jornais de que ninguém ouvira falar... Milhões de leitores tomavam estas colunas a sério e nem sequer se perguntavam se no «Times» e no «Fígaro» havia colunas equiparáveis, ou se os jornalistas estrangeiros também se preocupavam em saber o que os portugueses pensavam da Inglaterra e da França...

São tantos os exemplos que eu poderia dar da nossa patriótica mania das grandezas que fico por aqui, tanto mais que o importante é chamar a atenção para os seus perigos e para o facto de que fomentando-a, estamos a construir um futuro de infelicidade permanente para nós e para os vindouros.

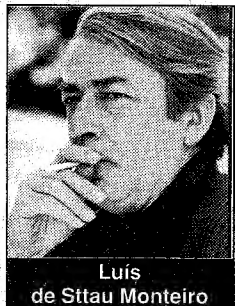
O mundo em que as fantasias telúricas se sobrepunham à realidade e em que era possível sobreviver em cima de «vitórias morais», e de «princípios eternos» acabou - já não se foge de nada, até porque não há nada de que fugir e, muito menos, de vergonhas e de humilhações imaginárias.

Temos apenas as poucas armas que temos; não deslumbramos ninguém com a nossa heroicidade ou com a heroicidade dos nossos maiores; não estamos, nem poderemos estar, nas primeiras páginas dos grandes jornais; não atingimos, nem atingiremos, o nível dos restantes povos sem o seu auxílio, isto é, sem os seus subsídios; não desempenhamos qualquer papel de importância, ou de relevo, na comunidade das nações; e o «prestígio» internacional de que gozamos corresponde exactamente à importância que temos, dadas estas circunstâncias.

Exactamente, sem tirar nem pôr.

É nesta posição que devemos assentar o nosso futuro e, sobretudo, basear o nosso presente, se não quisermos desperdiçar a vida à procura daquilo que somos, da nossa «missão» no mundo e das

telúricas e filosóficas fantasias que continuaremos a inventar para fugirmos a esta realidade. É mesmo possível que, pondo de parte o universo imaginário em que vivemos, acabemos, de vez, com o azedume que tanto nos prejudica o presente.



Luís de Sttaur Monteiro

FORUM

MEMÓRIA

MÁRIO SACRAMENTO
E 1968

Eu sei que é difícil, mesmo, talvez, impossível, interpretar validamente o AGORA, através de vivências do ANTES, mesmo que se conservem firmes os sonhos para o DEPOIS.

Eu sei, mas não resisto à tentação, até porque o impulso que para aqui me atira nasce em Mário Sacramento, valioso colaborador que foi deste jornal, uma das suas tribunas mais queridas e brilhantemente aproveitadas para a missão pedagógica da emancipação cultural do povo português.

Relembro um artigo seu, escrito em 1968 (ano imediatamente anterior ao da sua morte) e que foi pela primeira vez publicado nas colunas de «O Jornal», de 5 de Janeiro, acompanhado de uma poesia, também então inédita e com o sabor de profecia trágica para o que então se vivia e, sobretudo, se deixava adivinhar para o depois.

Tanto o artigo como a poesia — e atrevo-me, até, a dar a esta um plinto maior... — representam uma visão desconsolada, mesmo revoltada, do fenómeno político-militar que foi o esmagamento da tentativa do marxista-leninista Dubcek, ao tentar dar à mais desenvolvida e importante das repúblicas de para lá da «cortina», uma estrutura em que o socialismo, esquema básico de uma sociedade nova, pudesse naturalmente evoluir através do entrecchoque de opiniões diferenciadas surgidas em liberdade.

Vistas as coisas à distância a que as vemos hoje, sem dúvida influenciados pela glasnost da perestroika de Mikhail Gorbachev, não podemos deixar de dar à posição tomada por Mário Sacramento, principalmente motivada por uma angústia humana que era bem sua, o valor alto que ela tem como análise crítica, correndo embora o risco de então ter vestido a opa duma heresia.

E ousou interrogar:

Terá sido por isso o canto da gaveta onde hibernou durante 22 anos para, tal como Cristo, ressurgir dos mortos — vivos e que vivos! — que por lá deviam abundar?

É evidente que não me atrevo a pesquisar até ao pormenor a causa desta atitude de escrever e guardar na gaveta o que, ao ser aberto, encadeou, por certo, alguns espíritos perturbados pela luz.

Não.

Não o vou fazer, até porque correria o risco de desrespeitar a memória e a lição permanentemente viva do companheiro morto.

E conheci suficientemente Mário Sacramento — comungámos muitas vezes em tanta coisa... — para me permitir ficar por uma afirmação, uma dúvida e uma interpretação, quase directas, todas, e em jeito de homenagem merecida. Mário Sacramento foi um comunista convicto que, na interpretação da estrutura ideológica do marxismo-leninismo, sempre lutou por nele ver a possibilidade, ainda que remota e para lá da fase da estruturação como Estado, de lá terem lugar os valores da liberdade e dos direitos humanos.

A Mário Sacramento sempre repugnou a asfixia dos movimentos humanos tendentes à libertação do próprio homem, mesmo

que esses movimentos, quando de massas, tivessem de combater quantos pretendessem impedi-lo, através da criação de peias ou obstáculos à entrega, a cada um ou a cada grupo vertebrado, de condições para a obtenção da igualdade de classes em luta pela formação, natural e espontânea de uma só: a do homem trabalhador.

A Mário Sacramento não podia deixar de repugnar a prática estalinista do «esmagamento», desenvolvido longe da grandeza épica projectada por Lenine, com base em Marx. Por isso ele se refere à invasão de Praga pelos tanques do Pacto de Varsóvia como um acto repugnante e inútil, mesmo prejudicial à defesa do mundo que despidoradamente foi invocado como razão dela.

Por isso o artigo, só agora publicado, foi escrito e ainda bem.

A ocasião é de glasnost, sem dúvida, mas importa negar, frontalmente, aos cataventos do «templo», o aproveitamento de uma posição como a de Mário Sacramento, em negação de toda a sua própria estatua moral e política.

Não sou comunista.

Nunca o fui, mas não me demito da honra de tantas vezes ter alinhado com Mário Sacramento que o era e sempre foi até que a morte, para mal do povo, tão cedo o levou.

Ao menos que a publicação, agora, do seu artigo de 1968, sirva para a apreciação do inteiro da sua dimensão mental e política, na projecção para o futuro.

E atente-se nestes versos soberbos no eco do seu grito:

*Choro por ti, Checoslováquia,
vítima da cupidez nazista
e dos seus post-justiceiros — os filisteus
estalineptos!
Se tiver de morrer «errado»,
morrerei como tu, Checoslováquia,
socialista socialienado!...
Foram cem os erros (já) do socialismo!
Fossem cem mil — e socialistas seríamos!*

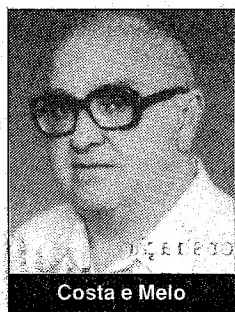
Mário Sacramento pode ajudar muito na leitura do presente e, ao valorizá-lo pela compreensão, mostra o sentido inteiro da Liberdade que há vinte e dois anos lamentou por perdida!

Nem o facto de o ter calado ou o terem calado, poderá diminuir-lhe a oportunidade de uma divisão do que está a passar-se como passo gigante, não contra ou como marco final do socialismo, mas como humanização de certas formas — «estalineptas...» — com que se pretendeu implantá-lo e mantê-lo.

E é aí, nessa transfiguração, que encontra alturas o comentário amargo, angustiado mesmo, que Mário Sacramento escreveu em 1968. São nenhuns os grandes valores mentais e morais que ficam calados quando finda a sua vivência.

Mário Sacramento foi um deles e o seu testemunho está aí, vivo, a retinir nas almas e cérebros de quantos, por o não terem ouvido no silêncio, o podem, agora, avaliar na liberdade.

Mesmo que para mais não tivesse servido, foi a Abril que todos ficámos a dever esta Primavera.



Costa e Melo

LOUCURAS
LITERÁRIAS

Existe um género ensaístico que se pode definir como «historiografia dos loucos literários» e que se ocupa de autores «doidos» não só no âmbito da literatura, mas também no das ciências. Cito, por exemplo, «L'histoire littéraire des fous», de Delepière, 1860, ou obras que se referem a uma só área geográfica como «Les fous littéraires de Quercy», de Louis Greil, 1866. Para não falar já do célebre Quérard, «Supercheries littéraires», 1845, que trata, porém, de loucos que nos «levam à certa» isto é, de plagiadores, apócrifos e organizadores de mistificações editoriais. Poderei citar algumas obras de Isaac D'Israeli, livros mais recentes como o de Martine Bigeard sobre os loucos literários em Espanha de 1500 a 1650, o longo estudo alemão sobre a patologia do génio, de Lange-Eichbaum, ou o imponente «Les fous littéraires» de André Blavier (Veyrier, 1982). Aqui encontram-se obras volumosíssimas que demonstram a imobilidade da terra, ou o trabalho de um tal Tardy que prova como o nosso globo gira sobre si próprio em 48 horas. O índice compreende, entre outros, cosmólogos, profetas e messias, descobridores da quadratura do círculo, inventores, filantropos, poetas.

Recentemente encontrei um livrinho muito citado nas bibliografias, «Les fous littéraires» de Philomnest Junior (pseudónimo de Gustave Brunet), publicado em Bruxelas em 1880. Quer seja por brincadeira quer seja por polémica ou por falta de método, o nosso Brunet não faz uma distinção clara entre as obras loucas e as obras (todavia bastante sensatas) de autores que sofriam na vida privada de distúrbios psiquiátricos. Mas, obviamente, ele afirma que a obra de um louco tem de ser louca, e que uma obra que a ele parece louca pressupõe um autor louco.

Parece, portanto, evidente que, a par de um Attardi que em 1875 publicou um livro sobre a possibilidade da abolição da morte tanto violenta como natural, ou de um Henrion que em 1718 tinha apresentado uma dissertação sobre estatura de Adão, coloque Brunet na sua lista vários místicos, visionários, alquimistas e cabalistas, de Paracelso a Fludd, de Cirano de Bergerac a Sade e a Fourier. Por vezes, Brunet aponta casos, sem dúvida singulares, como quando apresenta Wronsky, um senhor que publicou milhares de

páginas de matemática, ciências naturais, política, escrevendo cartas ao czar da Rússia e a outros soberanos dos Estados europeus para propor uma Reforma Absoluta do Saber Humano e da Mecânica Celeste, a fim de combater a Sinistra Desordem Revolucionária e as sociedades secretas. Um tal banqueiro Arson, que aspirava, também ele, ao saber absoluto, tinha-o financiado durante muito tempo, depois dera-se uma rotura violenta entre os dois e Wronsky escreveu páginas e páginas contra Arson, movendo-lhe até um processo que nunca foi ganho, com a exigência de duzentos mil francos de então, pelo furto de verdades filosóficas. Note-se que Wronsky arremessava de vez em quando algumas ideias que não eram de desprezar, e Roman Jakobson, por exemplo, cita-o com muito respeito. O que é extraordinário é que encontramos nesta companhia homens como Sócrates, Newton, Poe e Walt Whitman e muitos mais. É preciso dizer que Brunet tem a sua lógica: encontra em Whitman um princípio de orgulho e de revolta, a exaltação da própria individualidade e frases como: «Eu torno divino tudo o que toco.» E comenta: «Não estarão, por acaso, aqui, todos os sintomas da demência?» em relação a Sócrates, por seu turno, Brunet interroga-se se poderá realmente ser considerado escritor, uma vez que o desgraçado nunca escreveu o que quer que fosse e tem certas dúvidas quanto a classificar entre os doidos um senhor que afirma ter um demónio familiar. Conclui que se tratava, em qualquer dos casos, de monomania. Em relação a Newton, a coisa resume-se nisto: génio imortal, sim, mas visionário que se ocupou de cabalas e de interpretações do apocalipse. E assim por diante.

Também Gustave Brunet, como todo o louco literário, é capaz de sugerir coisas positivas, nomeadamente a de que a noção de loucura pode mudar muito segundo as épocas e as perspectivas filosóficas. Ainda não há um mês falava eu com um insigne matemático que me revelou estupefacto que Leibniz era doido. «Vê lá tu», disse-me, «descobri que este homem que escreveu opúsculos de lógica e de matemática verdadeiramente geniais é também autor de algumas obras menores com fantasias delirantes sobre nómadas e sobre a harmonia pré-estabelecida!».

Exclusivo
L'Espresso/DL

(Trad. de Manuela
Ferreira de Almeida)



Umberto Eco

Bem prega frei Tomás...

No dia 23/2/90, desloquei-me à Repartição de Finanças da cidade de Loulé, para pagamento duma contribuição.

Havia uma fila de pessoas à minha frente e apeteceu-me fumar um cigarro. Acendi-o e, passado um ou dois minutos, uma das funcionárias da repartição chegou junto ao balcão e disse-me que era proibido fumar. Eu, um pouco encavacado, pedi desculpa e apaguei o cigarro.

No entanto, com espanto meu e doutras pessoas comigo na fila verifiquei que, do outro lado do balcão, um dos empregados mais «graduados» fumava a seu bel-prazer. Nessa altura, perguntei à funcionária se era só proibido fumar do lado de fora do balcão e permitido do lado de dentro do mesmo.

Resposta da empregada, que encolheu os ombros depois de olhar para o colega: «Senhor, que quer que eu lhe diga?»

(...) Espero que não leve esta minha carta como propaganda a favor do tabagismo, porque eu próprio e sem apoio de terceiros, vou, dia após dia, tentando ignorar essa droga (...)

Será um aviso a todas as pessoas de uma ou outra forma em lugares cimeiros de trabalho, que (...) estão em falta perante a Lei. E se realmente esta é para cumprir, que o seja por todos.

Dagoberto do Vale,
leitor de Loulé

Compadrio

Existem duas freguesias, com o nome de Mioma e Avelal, no concelho de Sátão, distrito de Viseu, uma zona cuja principal actividade é a agricultura. Os agricultores são sempre prejudicados com as geadas e saraivas. No ano de 1987, houve uma calamidade.

As respectivas juntas de freguesia intercederam junto da Câmara Municipal para que esta entrasse em contacto com o Ministério da Agricultura, a fim de se obterem subsídios para alívio dos prejuízos causados aos agricultores.

A Câmara Municipal mandou fazer um levantamento no local, em presença dos presidentes das juntas e de um funcionário da Estação Rural. Foi levantado um processo, depois enviado para o Ministério.

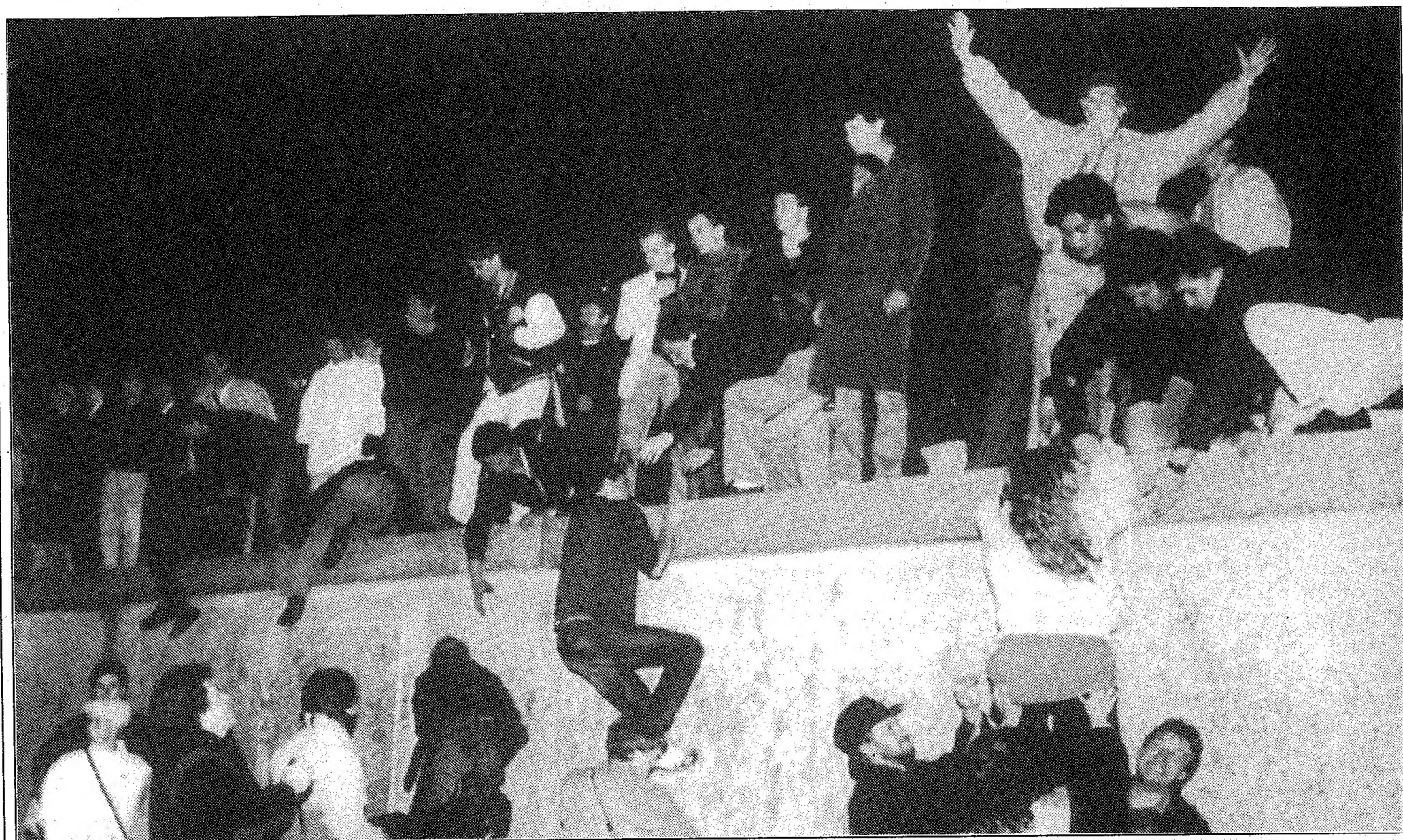
Meses depois, a Câmara Municipal recebeu um comunicado a dizer que a zona em questão não era considerada de calamidade. Isto foi transmitido aos autarcas e, não havendo alternativa, o assunto foi dado como encerrado.

Mais tarde, e na altura, foi levantada a questão. O sr. deputado prontificou-se de imediato a resolvê-la. Foram-lhe dados os nomes de alguns dos agricultores prejudicados e, assim sem mais nem menos, o certo é que os subsídios foram concedidos. Neste País, desde que se seja do partido, não há qualquer problema, até se passa por cima da autarquia... A distribuição dos subsídios foi efectuada através de uma cooperativa, cuja direcção é do PSD.

Não tenho nada, pessoalmente, contra o PSD, mas isto é, de facto, um compadrio vergonhoso, do qual as pessoas deveriam ser esclarecidas, para que no futuro se possam evitar, o mais possível, casos idênticos, a que só posso chamar «enxovalh» ou «Poder Local».

Armando Augusto Abranches,
leitor de Sátão

É necessária uma conversão mental para analisar o Mundo de 1990



É porque desapareceu o medo de uma intervenção soviética que os povos da Europa Central se estão a libertar

Somos espectadores de grandes mudanças

É como espectadores que assistimos, sem nelas participar, às enormes mudanças que se verificam no Centro e Leste da Europa. Daí essa tristeza, que ensombra a nossa alegria. É certo que podemos procurar auxiliar as economias debilitadas, e devemos fazer o possível para fortalecer uma Comunidade que ainda não merece este nome. Mas a História exige mais e teremos, também nós, de proceder a uma mudança, sem dúvida mais difícil: a do espírito, no plano «mental», mais resistente que a nossa sensibilidade. Somos convidados a realizar uma conversão lógica, a que é inspirada pela conversão epistemológica que se produziu, nos últimos quarenta anos.

Se não o conseguirmos, continuaremos a analisar o Mundo de 1990 com os instrumentos intelectuais de 1914 e de 1939, que ainda utilizamos para abordar a política. É como se estivéssemos a observar as galáxias com binóculos de atirador. Ora a Europa é dominada por duas tendências contraditórias. Uma, é a que a empurra para horizontes que já não são limitados; a outra - que se fortalece em reacção à primeira - leva cada uma das componentes nacionais, étnicas e religiosas, a fechar-se sobre a sua essência, e ameaça levar o conjunto a fechar-se sobre si próprio.

Naturalmente, o francês continua a raciocinar em termos comidos, terra a terra, enquanto as fronteiras desaparecem, para depois surgirem noutros níveis e noutras dimensões: económica, social, moral, cultural, espiritual. Embora estejamos a viver o fim do mundo rural, a nossa razão, o nosso vocabulário, a nossa imaginação, conservam a sua marca ancestral.

Nem resignação nem niilismo

O primeiro ponto - e o mais evidente - é que a Humanidade já não pode ser avaliada como um subsistema dependente, se não do poder, pelo menos da cultura europeia. A derrocada do marxismo-leninismo significa o fim da última tentativa europeia para determinar globalmente a História da Humanidade, e propor-lhe - ou impor-lhe - os meios para a sua libertação. Daí o refluxo, a nível mundial, da Revolução, doloroso para os povos dos outros continentes, mas também assustador

para os próprios europeus, que, *cansados de tudo, mesmo da esperança*, se entrincheiram e acomodam no seu bem-estar.

O modo egoísta e puramente defensivo com o qual se procura, agora, resolver o problema da imigração, é um exemplo penoso desta atitude (1). O espírito europeu, que sobreviveu aos seus delírios e crimes, não sobreviveria a um mergulho definitivo na resignação popular e no niilismo intelectual.

O perigo é que os europeus encontraram uma solução para as suas guerras internas: numa esfera em que, já não sendo a guerra possível, os laços cívicos tornam-se frouxos, e a vontade está desmobilizada. Estamos a perder o inimigo que foi o principal sustentáculo da construção da Europa. Poderá a política existir sem inimigos? A rapidez com a qual se desmoronam as antigas democracias populares vem demonstrar duas coisas. A primeira é que o Poder conserva um papel decisivo: é porque desapareceu o medo de uma intervenção soviética que os povos da Europa Central se estão a libertar.

Mas a segunda é que as ideias vencem quando enfraquece o domínio. Ora, são as nossas ideias que triunfam, no preciso momento em que já não acreditamos nelas. Os povos que regressam à casa desta família europeia correm o risco de encontrar um pouco vazia; cheia, é certo, de televisões e produtos, mas vazia de fé e de amor.

«Ninguém ama ninguém»

Se o inimigo externo desapareceu (por quanto tempo?), os inimigos internos multiplicam-se. Ao dissolverem-se as grandes questões colectivas (estados nacionais, classes sociais, etc.), ficam as agressividades menores, que se assanham contra identidades mais ou menos fictícias. Mais do que isso, é preciso admitir que essa verdade do destino heróico - que a tragédia grega revelava - possui um valor generalizado: cada um se torna o seu próprio inimigo.

Um número crescente de pessoas - já não se identificando com a cidadania, nem mesmo com as suas próprias crenças - vive uma situação incerta e isolada, como nos apercebemos, cada vez mais, nas eleições, na me-

dida em que não se irão abster.

Será cada vez mais difícil, na Europa, rejeitar o mal no exterior: a violência introverte-se, como René Girard percebeu, e o desaparecimento do inimigo único - hereditário ou emissário, real ou fantasmagórico - faz nascer múltiplos inimigos internos, ou mesmo íntimos. Os progressos do divórcio constituem um sintoma esclarecedor. O herói de um filme que vi em Praga, em 1967, gritava: *Aqui, ninguém ama ninguém!*. O que já não é verdade em Praga, torna-se verdade em Paris.

Daí o mal-entendido que nos espera, e o dever que nos incumbe: fazer com que cada um ame um pouco cada um; - comandante evangélico que começa por aquilo a que Rousseau chamava o bom amor por si próprio. Já não é, pois, a inimizade que deve orientar a política, mas sim a amizade, - concretamente, a solicitude relativamente aos seres vivos (os da Natureza também), e não uma moínha tolerância.

Este Mundo em diáspora, em vias de libanização; esta sociedade ocidental, em vias de desintegração, só podem ser considerados através de uma lógica clássica, mesmo dialéctica. A Europa é convidada a ser o motor da multipolaridade nas relações internacionais (2), o que exige a transição de uma lógica de identidade para uma visão sistemática e paradoxal.

O espírito europeu deverá compreender que o outro - para o qual sempre se dirigiu - reside, em primeiro lugar, no seio da Europa, e em cada um de nós. Não se trata de um voto abstracto, é um imperativo indissolúvelmente intelectual e moral, pois qualquer decisão - e, antes de mais, a decisão política - requer a coragem prévia de encarar a realidade na sua complexidade variável. A ameaça do bloco cede o lugar à do caos, local de criação, mas, também, de dissolução.

Jean-Marie Domenach
Exclusivo «Le Monde»/«DL»
(Tradução de Isabel Joyce)

(1) - Guy Aurenche: «Já não há lugar», em «Le Monde» de 15 de Dezembro

(2) - Carlos Fuentes: «O outro rosto da Europa», em «Le Monde»-Liber. de 16 de Dezembro

POLÍTICA

A pretexto da racionalização do trabalho portuário, está a ser aplicado um decreto que ainda não veio a público nem sequer foi promulgado pelo Presidente da República

Governo não olha a meios para modernizar os portos

O Governo licenciou cerca de 1600 trabalhadores portuários ao abrigo de um decreto-lei que nem sequer foi ainda promulgado pelo Presidente, muito menos publicado no Diário da República. No dia 4 de Janeiro, o Conselho de Ministros aprovou um diploma na sequência do qual foram pagos 5 milhões e 600 mil contos de indemnizações e estão a ser gastos 220 mil contos por mês em reformas da Segurança Social.

Este é o culminar de um processo complexo que se arrasta há alguns anos e tem como pretexto a racionalização dos custos portuários e a modernização dos portos portugueses. A via marítima assume no nosso País uma importância excepcional dado que é por este meio que passa 90 por cento do nosso comércio externo. Daí a necessidade de garantir melhores índices de eficácia na movimentação de mercadorias e na gestão do trabalho portuário.

O diploma do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, aprovado pelo Governo, resulta de negociações que fontes contactadas pelo DL classificam de «pouco transparentes», pois não respeitaram os objectivos que a própria Resolução do Conselho de Ministros de Abril de 1987 traçou para a reestruturação do sector. Não foram respeitados os prazos estabelecidos nem seguidas as directrizes que apontavam para um papel mais activo do Governo. Três anos depois, as soluções postas em prática desde Janeiro passado estão a provocar uma certa estranheza, pois não têm qualquer cobertura legal.

Foram tomadas medidas que o decreto aprovado, mas não publicado, denomina de «excepcionais». A saber, a «antecipação da reforma dos trabalhadores portuários por desajustamento tecnológico, embora se admita que alguns, poucos, trabalhadores possam optar pela mera indemnização, especialmente nos casos de não preencherem os requisitos mínimos de idade fixados para a reforma antecipada» - refere o diploma a que o DL teve acesso.

Reforma foi opção maioritária

A quase totalidade dos trabalhadores optou pela reforma antecipada, necessitando de comprovar apenas a idade mínima de 40 anos, 10 anos de serviço prestado no sector portuário e o registo de pelo menos 15 anos de remunerações no regime geral. Estão desde Janeiro a receber reformas que, regra geral, variam entre os 100 e os 300 mil escudos mensais, o que perfaz cerca de 220 mil contos/mês de encargos para a Segurança Social.

Além da reforma, assegurada pelo Estado, receberam cumulativamente indemnizações, que deveriam ter sido assumidas pela Associação das Empresas Operadoras Portuárias, ANEE, e que orçaram em 3250 mil escudos por trabalhador, num total de cinco milhões e seiscentos mil contos: quatro milhões no que respeita ao porto de Lisboa e um milhão e seiscentos mil contos relativamente ao porto do Douro e Leixões.

Enquanto que as empresas do norte asseguraram o montante acordado, em Lisboa tal não aconteceu. Premeditadamente, ou não, as

empresas não assumiram as suas responsabilidades e foi o Centro Coordenador do Trabalho Portuário de Lisboa, CCTPL, com o aval da Administração do Porto de Lisboa, a suportar um empréstimo naquele valor. Daí a situação, que o DL teve ocasião de referir em Fevereiro passado, de existirem trabalhadores com cheques sem cobertura, pois as empresas não avançaram o dinheiro que tinham acordado. Até hoje, os 4 milhões de contos não foram repostos e é o Estado que terá que assumir o serviço desta dívida.

Um despacho milagroso

O mais curioso é que para o desbloqueamento do empréstimo solicitado pelo CCTPL foi necessário comprovar que a sua situação contributiva estava regularizada perante a Segurança Social. E não é que um dos organismos que mais deve à Previdência - há quem calcule que os seus débitos se aproximam dos 8 milhões de contos! -, de repente, viu as suas dívidas perdoadas por um despacho do actual secretário de Estado da Segurança Social, datado de 30 de Janeiro. Esta comprovação era necessária, nos termos da legislação vigente, pois para financiamentos superiores a 100 mil escudos é necessário comprovar que não há dívidas à Segurança Social, caso contrário serão retidos 25 por cento do montante financiado.

Os passivos dos Centros Coordenadores do Trabalho Portuário, segundo o diploma ainda não publicado, seriam assumidos pelo Ministério das Finanças, sendo as condições de pagamento estabelecidas

por portaria conjunta envolvendo aquele ministério, o das Obras Públicas e o do Emprego e da Segurança Social. Afinal, no caso do CCTPL, as dívidas forma consideradas regularizadas por um mero despacho do secretário da Segurança Social.

O bode expiatório destes licenciamentos de mão de obra tem sido o Instituto do Trabalho Portuário, ITP, organismo de gestão tripartida em que têm assento representantes do Governo, dos sindicatos e das associações patronais. O Instituto serviu de intermediário para a execução destas medidas, ainda que nem sequer tenha sido ouvido o seu parecer técnico nesta questão da racionalização da mão de obra portuária.

Foi o ITP que passou os cheques de indemnização que não viriam a ter cobertura durante alguns dias, situação que motivou um inquérito instaurado pela Secretaria de Estado dos Transportes Exteriores e de que não se conhecem quaisquer resultados. Aliás, fontes oficiais contactadas pelo DL, afirmam mesmo que há fortes indícios de que aquela tutela governamental tinha conhecimento do facto de as empresas portuárias não estarem em condições de satisfazer os compromissos indemnizatórios e de ter deixado arrastar o processo sem ter tomado qualquer atitude.

Os interesses em jogo neste sector vital da nossa economia são muitos, as regras do seu funcionamento raras vezes respeitam a transparência e frequentemente, como neste caso, ferem a legalidade. O mais grave é que é o próprio Governo a envolver-se no lodo do caos.

António José Teixeira

B R E V E S

Presidente não comenta plano Collor

O Presidente Mário Soares escusou-se ontem a comentar o plano económico de Collor de Mello, afirmando tratar-se de um problema exclusivamente brasileiro. Quanto ao encontro de 80 minutos que manteve em Brasília com o Presidente José Eduardo dos Santos, Soares disse estar convencido de que em breve haverá paz em Angola e que, então, muitos portugueses serão, com certeza, convidados a reinstalar-se aí. Mário Soares inicia esta noite a viagem de regresso a Lisboa, onde chegará amanhã às 7 horas.

Eleições intercalares em Oliveira

Quatro listas, representando o PS, PSD, CDS e ainda um grupo de cidadãos independentes, concorrem às eleições intercalares para a assembleia de freguesia de Oliveira, no concelho de Barcelos, que se realizam a 13 de Maio próximo. A lista socialista é encabeçada por Euclides Macedo Gomes, a do PSD por José Pires, a do CDS por Olívia Ferraz da Cunha e a dos independentes por Francisco Castro. Nas eleições de 17 de Dezembro do ano passado, apenas tinha concorrido a esta freguesia uma lista da CDU cujos elementos, no entanto, acabaram por apresentar a demissão.

Amadora contra acórdão do Tribunal Militar

Com votos dos vereadores do PCP, PS e PSD, a Câmara Municipal da Amadora aprovou uma moção de protesto contra o acórdão do Tribunal Militar que julgou extinto o procedimento criminal contra os assassinos do general Humberto Delgado. A moção salienta que estes não cumpriram qualquer pena por se terem esquivado à acção da Justiça, «facto que fere profundamente a consciência e os mais nobres sentimentos dos portugueses, é uma afronta a todos os que sofreram a repressão salazarista e um atropelo inaceitável de princípios ético-políticos que a todos devem merecer respeito».

Jornalistas querem veto de Soares

O Sindicato dos Jornalistas, delegados sindicais e membros de conselhos de redacção, decidiram ontem pedir ao Presidente da República para vetar a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Nesse sentido foi pedida uma audiência a Mário Soares para os representantes dos jornalistas lhe entregarem pareceres de conselhos de redacção, delegados sindicais e intelectuais contra a Lei, que prevê, nomeadamente, a extinção do Conselho de Imprensa. O Sindicato dos Jornalistas está a recolher assinaturas de profissionais do sector que discordem desta Lei.

Esta tarde, na Assembleia da República

Verdes propõem a criação do promotor ecológico

O projecto de criação do promotor ecológico abre esta tarde uma semana parlamentar relativamente tranquila e em que só consta mais na agenda a situação laboral e social das mulheres portuguesas, a discutir na quinta-feira, por iniciativa do Partido Comunista. A semana em S. Bento mais parece, assim, de transição para um período de debates parlamentares animadíssimo, que se desenha no horizonte com o projecto de lei sobre o segredo de Estado e a Administração aberta e a interpelação do PCP ao Governo sobre a integração de Portugal na Comunidade

Económica Europeia.

Com a proposta de criação do promotor ecológico, os Verdes pretendem garantir a todos os cidadãos a possibilidade de apresentarem queixa dos actos que atentem contra o património, o meio ambiente e a qualidade de vida em geral. O projecto, já apresentado em Janeiro de 88 e que só agora tem condições para ser discutido, diz expressamente que essa nova figura tem em vista «a defesa da vida e do meio ambiente».

O debate de hoje acontece em vésperas do Dia Mundial da Floresta e, segundo nota sobre esta matéria

distribuída pelos autores da iniciativa, «a criação do promotor ecológico tem todas as condições para reunir o consenso das outras bancadas, visto que tanto a coligação Por Lisboa, como o PSD têm avançado com uma ideia idêntica para a capital do País».

Segundo o Gabinete de Imprensa do Partido Ecologista Os Verdes, o objectivo prático deste projecto de lei é possibilitar o encaminhamento para os órgãos responsáveis da Administração Pública de queixas contra a degradação química dos rios, lagoas, reservas e parques naturais, florestas e fundos marin-

hos e, em geral, sobre todos os atentados aos ecossistemas naturais e ao próprio habitat humano.

Direitos e regalias iguais às dos deputados

O promotor ecológico, segundo o entendimento que dele têm os Verdes, será designado pela Assembleia da República, sob proposta de um mínimo de dez deputados e desenvolverá iniciativas a partir de queixas dos cidadãos ou por iniciativa própria, actuando através de pareceres ou recomendações aos órgãos de soberania.

Terá de prestar contas, anu-

almente, perante a Assembleia e será eleito por períodos de quatro anos coincidentes com a duração de uma legislatura.

Exercendo o seu cargo em ocupação exclusiva, o promotor ecológico usufrui de direitos, regalias e remuneração idênticos aos de deputado à Assembleia da República. Os seus serviços disporão de autonomia financeira e administrativa e funcionarão em instalações próprias, se o projecto dos Verdes reunir no Parlamento o número de votos que os seus promotores julgam ser possível atrair nas presentes condições políticas.

Segundo Estado-Maior do Exército

Manutenção Militar tem civis a mais

A Manutenção Militar possui cerca de 2500 técnicos e trabalhadores civis, para além de alguns quadros militares. De acordo com uma fonte do Estado-Maior do Exército, o número de trabalhadores civis é claramente excessivo.

Naquele âmbito as Forças Armadas estão a preparar e a estudar legislação que tem em vista produzir efeitos semelhantes à que já se aplica às indústrias de militares, dependentes do ministério da Defesa, e que permitirá a reforma voluntária antecipada, mediante um esquema de incentivos ainda não completamente definido, referiu a mesma fonte.

O problema do excesso de pessoal fica a dever-se à necessidade que houve, após 1974 e o fim da guerra colonial, de absorver todo o pessoal civil que se encontrava nas ex-colónias portuguesas.

Com a finalidade de prosseguir um dos dois mais importantes objectivos estabelecidos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de Estado, no capítulo referente às Forças Armadas - a reestruturação dos estabelecimentos fabris do Exército (Manutenção Militar, Laboratório Militar, Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e Oficinas de Material Pesado de Engenharia) -, a comissão parlamentar de Defesa da Assembleia da República desloca-se, quinta-feira, em visita de trabalho à Manutenção Militar, onde será recebida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, general Firmino Miguel.

O outro objectivo diz respeito à modernização do Exército português, realizado através das Leis de Programação Militar.

A deslocação reflecte, como referiu a nossa fonte, a importância e o peso que aquele estabelecimento possui. Refira-se, por exemplo, que o orçamento da Manutenção Militar (MM) para 1990 é de, aproximadamente, 15 milhões de contos, que o volume de vendas, em 1989, rondou os 12 milhões de contos e que os encargos com o pessoal ascen-



Firmino Miguel vai decidir racionalização dos efectivos civis

deram, no ano passado, a 2 milhões de contos.

A MM é responsável por todo o apoio às Forças Armadas no que diz respeito à alimentação, fornecimento de combustíveis e lubrificantes.

O problema, já referido, do excesso de pessoal e a diminuição dos efectivos a apoiar de 250 mil para cerca de 30 mil (devido, também, ao fim da guerra colonial) causaram o crescimento de

encargos e a diminuição nas vendas: «No entanto, tem-se conseguido manter um certo equilíbrio financeiro à custa, em especial, da utilização das capacidades excedentárias da MM no fornecimento a outros organismos do Estado dependentes dos ministérios da Educação, da Justiça e da Saúde. Os PALOP têm, também, beneficiado dos referidos excedentes», afirmou ao «DL» a fonte militar contactada.

Padre Martins questiona Governo Regional

O presidente da Câmara Municipal do Machico quer ser informado acerca do projecto da zona franca da Madeira, razão pela qual se encontrou, ontem, com o vice-presidente do Governo Regional. A zona franca da Madeira está implantada no Caniçal, uma das mais importantes freguesias do concelho. O padre Martins Júnior, presidente da edilidade do Machico, e Miguel de Sousa, número dois do governo da região, debateram ontem, durante duas horas vários aspectos relacionados com a questão.

O presidente da Câmara Municipal do Machico justificou a realização da audiência com o vice-presidente como «uma oportunidade para que a edilidade seja informada do projecto da zona franca em toda a sua dimensão». Miguel de Sousa e Martins Júnior analisaram os investimentos previstos para a zona franca e as soluções a dar às populações afectadas pelas expropriações.

Avance-se entretanto que o número dois do Governo Regional da Madeira vai estar esta semana em Lisboa acompanhado do secretário regional das Finanças para debater com o ministro Miguel Beza aspectos relativos à situação do sector na região autónoma. A Madeira pretende garantir uma verba entre 25 e 30 milhões de contos para participações nacionais nos projectos de desenvolvimento da região. A reunião realiza-se na sequência da «cimeira» de 12 de Março entre Jardim e Cavaco.

O encontro entre Martins Júnior e Miguel de Sousa processou-se na sequência da audiência que o autarca do Machico teve no início deste ano com o chefe do governo regional, então considerada «histórica» nos meios políticos e autárquicos da região.

Na ocasião foi igualmente discutida a dívida de cerca de 300 mil contos da Câmara Municipal do Machico, que Martins Júnior herdou ao vencer as eleições de 17 de Dezembro. O anterior presidente da edilidade era da confiança política de Alberto João Jardim.

O presidente do governo regional da participa entre hoje e sexta-feira na reunião da direcção da assembleia das regiões da Europa, a decorrer em Barcelona, durante a qual serão debatidos aspectos relacionados com o funcionamento do conselho consultivo para as colectividades regionais. Criado pela CEE, aquele organismo destina-se a assessorar a comissão da assembleia das regiões da Europa.

Um dos pontos mais importantes da agenda de trabalhos respeita ao incremento da cooperação inter-regional envolvendo as regiões dos vários países do leste europeu.

COTAÇÕES



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	47\$90	53\$90
ALEMANHA FED. (marco)	87\$75	88\$95
ÁUSTRIA (xelim)	12\$45	12\$65
BÉLGICA (franco)	4\$030	4\$280
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	124\$90	127\$40
(notas de 5 a 1000)	125\$40	127\$90
DINAMARCA (coroa)	22\$90	23\$30
ESPAÑA (peseta)	1\$330	1\$450
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	148\$00	151\$50
(notas de 5 a 1000)	148\$50	152\$00
FINLÂNDIA (marka)	36\$95	37\$55
FRANÇA (franco)	25\$95	26\$65
HOLANDA (florim)	77\$85	78\$95
IRLÂNDIA (libra)	234\$60	238\$60
ITÁLIA (lira)	\$108	\$123
JAPÃO (iene)	\$921	\$976
NORUEGA (coroa)	22\$55	23\$05
REINO UNIDO (libra)	239\$90	244\$40
SUÉCIA (coroa)	24\$10	24\$60
SUÍÇA (franco)	97\$95	99\$45
VENEZUELA (bolívar)	2\$930	3\$730

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Telmo Correia contesta Monteiro

«Não me senti obrigado a ir ao Congresso do CDS vinculado à moção da Juventude Centrista, a que pertenço, porque desde o princípio percebi que a intenção da JC era desistir a favor de Manuel Monteiro», declarou ao DL Telmo Correia, uma das vozes discordantes em relação à moção «Novos Tempos», a grande concorrente de Freitas do Amaral no último congresso do CDS.

Este jovem centrista respondeu, assim, a acusações expressas ao DL por outros membros daquela organização, segundo as quais não se teria vinculado à moção que ele próprio subscreveu.

Telmo Correia afirmou ainda que tanto ele, como outros membros da JC eleitos em órgãos do CDS - nomeadamente o presidente da Concelhia de Lisboa da JC, Paulo Nuncio - foram impedidos de participar na reunião de sábado, onde ficou decidido o apoio expresso a Manuel Monteiro e Ricardo Vieira, por não terem sido eleitos no âmbito da JC.

Finalmente, este centrista criticou os seus colegas de terem revelado à comunicação social que ele não tinha participado no Congresso do CDS na Figueira da Foz, considerando que se tratavam de factos do foro interno da JC e sem relevância pública.

Socialistas debatem Áreas Metropolitanas

Analisar os prós e contras da constituição de Áreas Metropolitanas em Lisboa e no Porto foi o que autarcas, empresários e urbanistas fizeram ontem durante um jantar-debate promovido pelo PS em que participou também Jorge Sampaio, secretário-geral daquele partido e presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Os congestionamentos de tráfego à entrada dos grandes centros urbanos, os movimentos pendulares da periferia para o centro (e vice-versa), o ordenamento do território, a habitação, o saneamento básico e o ambiente, são problemas que uma autarquia isolada não consegue solucionar. Coordenação é, portanto, a palavra chave para um eficaz relacionamento entre municípios vizinhos. A constituição de Áreas Metropolitanas (AM) poderá revelar-se assim como a fórmula institucional que melhor se adapta a estas necessidades.

Definir fronteiras

No entanto, para os especialistas ontem reunidos é imprescindível que Administração Central defina claramente as suas competências e fronteiras, por exemplo, em relação às Regiões Administrativas, no sentido de evitar disfuncionalidades, bem como o papel que cada município membro tem no seio das AM.

No Porto, o processo de formação da Área Metropolitana já está bastante adiantado, embora ainda não concluído. Segundo um autarca socialista daquela cidade, a «pacífica» definição territorial da AM, bem

como a superior densidade populacional em termos urbanos terão contribuído para a celeridade do processo. Simultaneamente, os autarcas mostraram-se consensuais relativamente a esta matéria, recusando a ideia da «Região Administrativa da Área Metropolitana do Porto» porque poderia «confiscar poderes aos municípios» e insistiram na figura da Área Metropolitana.

Apesar de o PS já ter apresentado um projecto-lei no Parlamento sobre esta matéria tudo ficou «congelado». Os autarcas nortenhos não desistiram e ao abrigo da legislação existente - a Lei Quadro das Associações de Municípios - deverão constituir em breve a Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto.

Embora seja esta a solução dominante (a das Áreas Metropolitanas) há também quem tenha, no PS, uma visão diferente. É o caso de um deputado socialista europeu que afirma que se deve pensar fora deste conceito. No seu entender, o atraso em que Portugal se encontra relativamente a outros países europeus, só poderá ser suprido com uma ligação mais forte entre Lisboa e o Norte, não só do País como da Europa. Tal só poderá acontecer através de uma «conurbação». Ideia que na prática se poderá entender como uma área enorme que vai de Setúbal a Vigo.

Esta perspectiva elimina pura e simplesmente a tradicional ideia dos dois grandes pólos urbanos portugueses. Lisboa e Porto.

L. A. B.

POLÍTICA

PCP quer convergência da esquerda nas eleições presidenciais e legislativas

O PCP ainda não indicou ao PS o nome do sucessor de José Saramago na liderança da Assembleia Municipal de Lisboa, que lhe cabe ao abrigo do acordo pré-eleitoral entre os dois partidos.

João Amaral, um ortodoxo, continua a ser o nome mais falado. O facto de ser o segundo membro do PCP na lista não é determinante, uma vez que a presidência do órgão é eleita no seu seio. Porém, segundo apurou o DL, os socialistas consideraram boa a solução.

Saramago bateu com a porta e o barulho ouviu-se na Soeiro Pereira Gomes. Apenas a direcção do PCP e Jorge Sampaio foram avisados com antecedência da decisão. A maioria dos eleitos da AM ainda não estava refeita da surpresa.

Longe dos jornalistas, o escritor era certamente um homem tranquilo. O dia correu como estava planeado: Saramago ausentou-se de casa para uma reunião e juntou fora com a mulher, Pilar. A atitude «não é, de todo, um acto impensado ao sabor de qualquer conjuntura», segundo afirmou ao DL fonte próxima do escritor.

As primeiras reacções de destacados membros do INES, identificados com as posições da chamada Terceira Via foram de «perplexidade» e «preocupação». Se o objectivo é penalizar o PCP, não seria mais útil prestigiar a Assembleia Municipal, emprestando-lhe uma postura aberta e dialogante? Esta a pergunta dos que, apoiando Saramago, não compreendem o alcance do gesto radical.

Da parte dos homens próximos da direcção do PCP no órgão, o nervosismo era evidente. Esforçavam-se por dissipar dúvidas suscetíveis de pôr em causa o relacionamento institucional dos dois órgãos autárquicos e por desviar as atenções do PCP. Aliás, a confiança política foi reafirmada on-

tem pelo Gabinete de Imprensa comunista.

«Se tivéssemos de escolher hoje o cabeça de lista da CDU, teríamos escolhido outra vez Saramago», disse ao DL o comunista António Andrés, um dos principais negociadores do acordo autárquico com o PS.

A ilusão...

José Saramago passou os últimos meses a tentar funcionar como «ponte» entre os chamados «duros» e as correntes renovadoras no seio do PCP. A tentar provar que ser «crítico» não é ser «fraccionista». Que é possível fazer a mudança «por dentro».

Em Novembro de 89, na sequência da entrevista em que Vital Moreira acusou Álvaro Cunhal de ser um obstáculo à renovação, o escritor pôs água na fervura. Numa reunião de intelectuais, refutou aquela tese, embora mantendo uma atitude crítica da linha oficial.

Mais tarde, manifestou-se contrário às ideias expressas por Zita Seabra no «Diário de Notícias», que constituíram a causa próxima da expulsão. Consumou, então, o afastamento em relação à antiga dirigente comunista que já se adivinhava.

«Quando ele aceitou candidatar-se, acreditava que a direcção do PCP faria a abertura, ainda que lentamente», disse ao DL fonte próxima de Saramago. O tempo se encarregou, porventura, de desiludir o escritor.

As críticas sistemáticas ao INES, as referências de Cunhal aos «fraccionistas», as ironias («não falámos do INES? Se calhar, esquecemo-nos...»), a evocação do nome do escritor para justificar uma suposta abertura - eis algumas das atitudes que contribuíram para a decisão. O processo de preparação do Congresso fez transbordar o dique.

... e a desilusão

Em recente reunião do

Comité Central do PCP, Pina Moura, em nome da Terceira Via, propôs a abertura do «Avante!» a contributos de militantes para teses alternativas à da direcção do PCP e a realização de debates abertos. Álvaro Cunhal apressou a discussão da proposta, Ângelo Veloso contestou. Por fim, João Amaral e Jerónimo de Sousa consideraram-na «anti-estatutária».

Saramago já então reflectia sobre a atitude a tomar. Decidiu-se após o início de aniversário do PCP, no qual Cunhal aludiu aos «camara-

das que, com cartão de comunistas, continuam a fazer críticas».

Foi o culminar de um longo processo. Os esforços para o demover da decisão resultaram gorados.

Além dos responsáveis comunistas, só Jorge Sampaio foi informado por Saramago. Na segunda-feira - soube o nosso jornal - a direcção do PCP transmitiu à sua congénere socialista o que se estava a passar. A confirmação da renúncia de mandato foi dada ontem de manhã.

Na carta de demissão,

Saramago conclui «terem sofrido alteração determinante as razões que fundamentaram a minha vinda a este órgão».

«O exercício do mandato necessita de uma confiança política que se conserve a salvo de reticências, matizes ou flutuações de ocasião, mesmo quando estes se expressem segundo fórmulas generalizadoras», adianta. É o PCP - Álvaro Cunhal em especial - o visado por estas afirmações.

Maria João Rocha

Carlos Brito

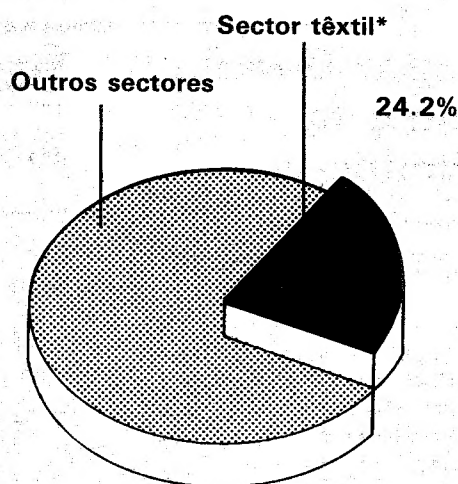


ministério da
INDÚSTRIA e ENERGIA

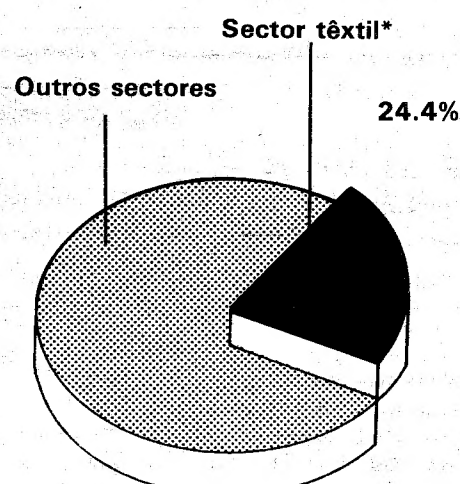
O PEDIP APOIA A MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

Sistema de Incentivos PEDIP (SINPEDIP)

Valores a 31 de Dezembro de 1989



% do Investimento do Sector Têxtil em relação ao Investimento Total



% do Incentivo do Sector Têxtil em relação ao Incentivo Total

Projectos aprovados do sector têxtil — 23,5% do total de projectos aprovados
Valor de Investimento global do sector têxtil — 31 milhões de contos
Valor de Incentivos aprovados no sector têxtil — 6,3 milhões de contos

* Consideram-se neste sector as CAE 321 - Indústrias Têxteis
CAE 322 - Indústria de Vestuário

PEDIP

PROGRAMA ESPECÍFICO
DE DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA PORTUGUESA

JCP impede Rogério Moreira de participar em debate

Rogério Moreira, antigo deputado comunista, foi no passado fim-de-semana, impedido de participar num plenário do ensino superior de Lisboa, organizado pela JCP.

A mesa do encontro, destinado a preparar a próxima Conferência do sector, alegou, segundo as nossas fontes, que a situação orgânica de Rogério Moreira não está «esclarecida», evocando o facto de não estar partidariamente organizado no ensino superior. Carlos Tavares, funcionário da JCP de Lisboa presente, interrogado a este respeito pelo «DL», sustentou que não se tratou de impedimento. «Ele tem o seu organismo próprio», adiantou.

A questão gerou grande celeuma, tendo sido discutida durante cerca de uma hora, ao cabo do qual a mesa impediu a votação de uma moção de protesto contra a decisão. Tavares nega veementemente este cenário, afirmando que «as pessoas é que não quiseram votar».

Rogério Moreira, afastado do executivo da JCP no último congresso, tem assumido posições críticas em relação ao PCP. A sua actividade partidária está reduzida ao mínimo, não lhe são sequer atribuídos organismos de base, apesar das responsabilidades que já teve.

INTERNACIONAL

Revolução esquece os seus filhos

Sem a actividade dos pequenos partidos derrotados nas eleições de domingo na RDA, a queda do regime de Honecker seria impensável

Especial para o «DL»

Em todas as eleições livres e democráticas existem os vencedores e existem os vencidos. Aquelas que se realizaram no domingo passado na República Democrática Alemã, por serem históricas, não foram excepção. Este facto, só por si, não serve de consolo para aqueles que, com idealismo e grande coragem, arriscaram a carreira, a liberdade e, quem sabe, a vida, para lutar contra a injustiça e a opressão. Eles tornaram possível a revolução que libertou milhões e os milhões esqueceram-se deles em menos de nada.

Os movimentos da primeira hora, reunidos na lista «Buendnis 90», (Liga 90), nomeadamente o Forum Novo, a Iniciativa pela Paz e pelos Direitos do Homem (IFM) e a Democracia Agora (DJ), ganharam 12 mandatos parlamentares dos 400 que havia por distribuir. Isto, apesar de serem dos muitos poucos grupos políticos que já existiam antes da revolução de Novembro, sem por isso se comprometerem com o regime através de uma colaboração mais ou menos forçada, como foi o caso de quase todos os grandes partidos vencedores das eleições de 18 de Março.

A verdadeira causa da derrota

A iniciativa pela Paz e pelos Direitos do Homem, por exemplo, já existe desde 1985 e o Democracia Agora foi fundado em Setembro do ano passado.

Este último movimento baseia-se numa série de grupos de cidadãos que, num acto de coragem que só pode ser compreendido por quem já sofreu sob um regime ditatorial, se organizaram inde-



Os delegados do Novo Fórum quando, no início deste ano, votaram a sua transformação em partido político. Após terem liderado as manifestações contra o antigo regime, não foram agora recompensados nas urnas

pendentemente do Estado para debaterem problemas do dia a dia e encontrar soluções práticas. A partir daqui foi-se formando uma Resistência, em primeira linha ideológica, que no Estado dos Trabalhadores e dos Agricultores era considerada traição e, portanto, punível com elevadas penas de prisão.

Isso não impediu os movimentos, apoiados pela Igreja e pelos intelectuais, de se alastrarem pelo país inteiro. Sem a sua actividade, a crescente resistência passiva e desobediência civil que culminam na abertura do muro e na queda do regime de Erich Honecker, teriam sido impensáveis.

Wolfgang Apfeld é um dos membros fundadores do movimento Democracia Agora. A pergunta se se sente

amargurado por ver ignorados pelos seus compatriotas aqueles que maior empenhamento mostraram pela causa geral, Wolfgang Apfeld responde com um «Não» decidido. «Nós contávamos com os 8,4% que obtivemos, o que não implica que não nos tenhamos esforçado por ganhar mais.» Mas em vez de se refugiar em lamentações e acusações contra poderosos partidos ocidentais e a assistência maciça concedida aos seus partidos irmãos no Leste para a campanha eleitoral, Apfeld enfrenta com pragmatismo aquilo que considera ser a verdadeira causa da derrota:

«A verdade é que com os nossos ideais só conseguimos alcançar a elite intelectual e não os trabalhadores. Foram estes que votaram pela CDU, porque depois de se darem

conta de que eram explorados, a União Cristã Democrata pareceu-lhes o pólo oposto ao regime pretensamente socialista. Já aqueles que gozavam de certos privilégios sob o regime de Honecker, nomeadamente os militares, os membros das forças de ordem e os funcionários públicos, estes votaram no PDS, o que explica por que este partido, apesar de tudo, obteve 16% dos votos. Pela nossa parte, não nos vamos deixar desencorajar. O nosso movimento atravessou situações mais graves do que eleições parlamentares».

«1974» foi no século passado

Para Apfeld a estratégia futura da Liga 90, cuja preservação lhe parece desejável, inclui uma orientação para os problemas reais do seu

país. Se ele rejeita a integração da RDA na República Federal da Alemanha conforme estipulada pelo parágrafo 23 da Lei Fundamental, é só porque receia as injustiças sociais que este processo, necessariamente violento do ponto de vista económico, poderá significar para os mais desprotegidos. Além disso, a precipitação do processo poderá despertar receios junto de países europeus que sofreram terrivelmente sob o domínio do Terceiro Reich.

Também os outros partidos da Liga foram apanhados de surpresa pela rapidez com que se desenrolaram os acontecimentos após o 9 de Novembro (a abertura das fronteiras da RDA). A razão de existência da Iniciativa pela Paz, por exemplo, era dar apoio às pessoas persegui-

das pelo Estado por se defender a paz na Europa e os Direitos do Homem. No novo Estado, que se espera ser de direito, a IFM terá que encontrar novas tarefas.

Wolfgang Apfeld não receia que lhe venham a faltar tarefas na nova era que começa agora na Alemanha do Leste. E com certa nostalgia recorda que uma das suas inspirações para uma revolução pacífica foi justamente a Revolução dos Cravos, em Portugal. Apfeld acredita que os portugueses, que passaram pela mesma experiência, compreenderão aquilo que hoje se vive na RDA.

Esquece-se, talvez, de que para muitos portugueses «1974» já foi no século passado... A amnésia não é exclusivo dos povos da Europa Central.

Cristina Krippahl

Alemães com medo de si próprios

Do nosso enviado especial a Berlim Leste

Não é, apesar de tudo, fácil ser alemão nos tempos que correm. Se grande parte da Europa e também a União Soviética voltam a assustar-se com a hipótese de um povo alemão unificado e reforçado, nem por isso os próprios alemães ou, pelo menos, metade deles, se sentem menos amedrontados por si próprios.

A relativa vitória dos conservadores nas eleições de domingo na República democrática da Alemanha não lhes deu poderes absolutos e pode ter assentado em terreno eleitoral movediço. Dizia o jornal de Frankfurt «Frankfurter Rundschau» (centro esquerda): «Sem sombra de dúvida, o que as pessoas no Leste querem é uma unificação com o bem estar material que há na RFA».

Os alemães do Leste não votaram nem por Bismarck nem por Hitler. Votaram pelo «Money, money...» e querem-no já! É terreno movediço para os conservadores.

Por outro lado, estes não possuem os dois terços de votos necessários para dominar a Assembleia Constituinte. Precisam de entrar em coligação e já Lothar de Maizière, líder dos democratas-cristãos do Leste, e Ibrahim Boheme, chefe dos sociais-democratas orientais, se mostraram dispostos a repetir a «Grosse Koalition» que entre os dois grandes partidos funcionou na Alemanha Ocidental, nos anos 60.

«Nós cá estaremos»

O jornal «Die Tageszeitung» (declaradamente de esquerda) escreveu que essa grande coligação «...é uma possibilidade concreta» e cita um outro dirigente dos sociais-democratas

do Leste, Steffen Reiche, como tendo dito que «...os eleitores da RDA decidiram-se pela República Federal da Alemanha e não por um qualquer partido político em especial».

Grande coligação sim, é possível, mas com um preço. Oskar Lafontaine (ministro-presidente do Sarre e candidato dos sociais-democratas ocidentais à Chancelaria de Bona) lançou o aviso: «Os partidos que estão agora no Poder, em Bona, ainda vão ter que reconsiderar o que prometeram aos eleitores na RDA e nós cá estaremos para impedir que eles continuem a enganar esses eleitores».

Em tempos de grande confusão política, como estes que ora correm para os alemães, é sempre útil ouvir a opinião das Igrejas cristãs, que não esquecem a «prudência da serpente» proposta pela Bíblia. Disso tratou o «Sueddeutsche Zeitung», de Munique (considerado objectivo e imparcial): «As Igrejas

cristãs em Berlim chamaram a atenção para a necessidade de haver cautela no processo de unificação. A Igreja do Leste advertiu até contra os perigos da precipitação. Aliás, as Igrejas protestantes do Leste e do ocidente decidiram permanecer separadas, criando apenas um sínodo comum provisório, conforme o compromisso a que chegaram na véspera das eleições.»

A isto pode acrescentar-se a opinião de Johannes Rau, vice-presidente dos sociais-democratas alemães ocidentais e para quem («Le Monde», 90.03.15) a questão alemã e a evolução do Leste em geral poderão dar razão a Jacques Delors, sendo motivo de aceleração no caminho para uma maior Europa Federal. Johannes Rau acrescentou: «Estou convencido de que a ideia europeia poderá, assim, conquistar um renovado fascínio».

Paulo David

INTERNACIONAL

Baker e Shevardnadze discutem Angola em Windhoek

O conflito angolano vai ser um dos pontos principais em agenda no encontro entre o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, e o seu homólogo norte-americano, James Baker, em Windhoek, por ocasião das cerimónias da independência da Namíbia.

Shevardnadze afirmou ontem, no fim da sua visita de cerca de 24 horas a Luanda, que a «União Soviética e os Estados Unidos devem contribuir para se encontrar uma solução política para o conflito. Sobre isso mesmo falarei muito seriamente na quarta-feira, em Windhoek, com o secretário de Estado James Baker» - disse o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético. Shevardnadze foi ontem de manhã recebido por Eduardo dos Santos com quem abordou algumas questões ligadas ao reinício das conversações entre o MPLA e a UNITA.

Shevardnadze admitiu mesmo que ainda não está posta de parte um entendimento entre as partes beligerantes do conflito até Junho deste ano. Tanto Baker como Shevardnadze aproveitaram a independência da Namíbia como um pretexto para se deslocarem a vários países da região.

Baker irá deslocar-se ainda ao Zaire para encontros com o presidente Mobutu Sese Seko e o líder da UNITA, Jonas Savimbi. Estão também previstos encontros entre Baker e Eduardo dos Santos, assim como com o presidente sul-africano Frederik de Klerk.

Mas a Namíbia vai ser também palco de outros variadíssimos contactos. Entre eles, destaque para o encontro entre o ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans Dietrich Genscher com os seus homólogos da URSS, EUA, e Douglas Hurd, da Grã-Bretanha.

Joaquim Aguiar, em Luanda /Redacção DL

Após as eleições na RDA

Alemanhas acertam ponteiros

«Penso que se a unidade se realizar este ano, poderemos assim ir às urnas juntos nas próximas legislativas», afirmou Hans-Wilhelm Ebeling, presidente da União Social Alemã (DSU), um dos três partidos conservadores que ganharam as eleições na RDA no domingo. Ebeling defende, numa entrevista hoje publicada no *Die Welt*, que as duas Alemanhas devem unificar-se logo após a formação do novo governo de Berlim e adianta que exercerá pressões sobre Bonn no sentido de organizar eleições comuns para escolher um parlamento alemão.

Helmut Kohl, Chanceler alemão federal, afirmou no entanto que tais eleições não deverão acontecer antes de 1991, deixando claro que as legislativas na Alemanha Federal, previstas para Novembro deste ano, não serão transformadas num plebiscito da Alemanha unificada.

Esta posição de Kohl não defende, porém, os interesses dos democratas-cristãos na Alemanha federal que estão numa queda vertiginosa na opinião pública, como con-

firmaram, ontem, os resultados das eleições autárquicas na Baviera, onde o candidato social-democrata à câmara de Munique, Kronawitter, ganhou com um *score* de 61,7 por cento dos votos. Assim sendo, Helmut Kohl, poderá eventualmente dar mais uma reviravolta na sua política e aproveitar o entusiasmo a Leste para assegurar o seu futuro político.

Para já, o Chanceler alemão federal preconiza a negociação imediata da introdução do *Deutsche Mark* na RDA. «Devemos justificar a confiança depositada em nós», afirmou Kohl, andiando ainda que o seu governo asseguraria o financiamento inicial para a protecção social na RDA. É no entanto de esperar que Bonn tome novas iniciativas para aproveitar esta «fuga em frente» provocada pelos resultados das eleições de domingo.

Alemanha unida e alinhada

Em Berlim-Este, os partidos conservadores vencedores das eleições pronunciaram-se, ontem, a favor da destruição «o mais depressa

possível do muro» de Berlim, por uma unificação rápida dos dois Estados alemães assim como contra a neutralidade da Alemanha unida.

A declaração da «Aliança pela Alemanha», que reúne os três partidos conservadores, reclama também a restauração rápida dos *Laender* (Estados regionais), sublinhando a necessidade de incluir a unificação alemã no processo de integração europeia.

A recusa de ver uma Alemanha unida e neutral, defendida por Lothar de Maizière, presidente da CDU, o partido mais votado nas eleições de domingo, poderá ser entendida como um reverso para a URSS, cujo objectivo de ver uma Alemanha neutral já data dos anos 50, e uma vitória para a NATO que fortalece desta feita a sua intenção de ver uma Alemanha unida integrada na NATO.

Tão abertamente a favor das posições de Bonn, os conservadores de Berlim terão que enfrentar a oposição declarada dos social-democratas da RDA (SPD) que

não aceitaram o convite de Maizière para uma coligação de governo, contrariamente aos liberais. Assim, fora do governo, mas com a possibilidade de vetar qualquer alteração à Constituição (visto ser necessária uma maioria de dois terços), o SPD vai estar atento à realização das promessas feitas pelos democratas cristãos, arriscando, poré, serem considerados pela opinião pública como um entrave à unificação.

Redacção "DL"/AFP

«Pogrom» contra húngaros na Roménia

Pelo menos quatro pessoas ficaram gravemente feridas, quando cerca de 500 camponeses atacaram ontem membros da comunidade húngara, na cidade de Tigrú Mures, na região romena da Transilvânia. Armados de varapaus e machados os nacionalistas romenos gritavam «combateremos, morreremos, mas nunca entregaremos a Transilvânia», enquanto danificavam lojas, anúncios, letreiros e placas toponímicas em húngaro, naquilo que já é considerado como um autêntico «pogrom» contra esta minoria étnica.

Segundo a agência oficial húngara MTL, o «pogrom» foi organizado pelo movimento «Vatra Romaneasca» («Berço Romeno»), tendo se agravado quando manifestantes passavam frente à sede da União Democrática Húngara, que reclama uma maior autonomia para a sua etnia, numa região em que 40 por cento da população é de origem magiar.

Pouco antes da meia-noite de ontem, o Presidente Ion Iliescu foi à televisão apelar à «tolerância e à calma, sobretudo neste momento em que nos preparamos para as eleições».

Redacção "DL"/AFP

Oskar Lafontaine, um «jesuíta socio barroco» contra o «gigante» Helmut Kohl

Quando a popularidade do actual chanceler da RFA, Helmut Kohl, parece garantir-lhe uma vitória tranquila nas eleições de Dezembro, os social-democratas decidiram ontem renovar a imagem do partido, escolhendo como candidato Oskar Lafontaine, de 47 anos de idade, um dos políticos mais populares do país, vice-presidente do partido e ministro-presidente do Sarre, recentemente reeleito.

A designação de Oskar Lafontaine fez a felicidade dos cartoonistas: o seu aspecto facilita-lhes o trabalho. A pequena estatura do «Napoleão do Sarre» (1,69m) contrasta notoriamente com o porte de «gigante» do actual chanceler Helmut Kohl (1,92m) permitindo-lhes todas as variações sobre o tema de David e Golias.

Com o seu aspecto de lunático, nariz aguçado e uma língua afiada, o menino prodígio da social-democracia alemã revelou-se, ao longo dos anos, como uma estrela política de primeira linha na RFA.

A sua notoriedade, que ultrapassa o âmbito regional do Sarre, deve-se aos dotes de comunicabilidade e à facilidade de provocação, qualidades de que não se podem gabar os seus concorrentes.

Falar à alma do povo

Oskar, como é conhecido, «sabe falar à alma do povo», dizem os habitantes do Sarre,



Oskar Lafontaine, candidato dos social-democratas alemães às eleições de Dezembro

que o identificam como sendo o homem que defende os interesses, a nível nacional, desta região que antes de se juntar tardamente à RFA esteve submetida à «lei do estrangeiro» francês, prussiano ou bávaro, segundo a época.

Oskar Lafontaine, nascido em 1943 em Dilligen-Pachten, deve o seu nome de origem

francesa à presença de tropas gaulesas no Sarre no século XVIII. Filho de um padeiro, educado num colégio jesuíta, brilhante aluno de Física, Oskar fez as suas primeiras campanhas políticas, no princípio dos anos setenta, no seio da juventude comunista, a famosa Jugos. Destemido, Lafontaine defendeu as ideias de esquerda na

sua organização, criticando, nomeadamente, Helmut Schmidt pelas suas posições pró-americanas. Em 1976, com trinta e três anos, é eleito a presidente da Câmara de Sarrebruck, um lugar que ele virá a utilizar para subir no SPD. Em 1983, vamos encontrá-lo à cabeça de todas as manifestações contra o estacionamento de mísseis da

NATO na RFA.

Em 1985, conquista a maioria absoluta no Sarre, interrompendo brutalmente um domínio de 25 anos dos democratas-cristãos. A influência que ele detém no seio do SPD vai consequentemente aumentar. Como vice-presidente do partido, é encarregado da elaboração do programa do partido para os anos 90. Aqui também, Lafontaine tomará atitudes consideradas provocatórias ao propor teses heréticas sobre a social-democracia e o sindicalismo. Mais tarde diria em voz alta, o que muitos pensavam: a RFA não poderia suportar o custo das ajudas sociais aos refugiados leste-alemães.

Oskar Lafontaine não hesitou igualmente em chocar a Alemanha, prudente e ascética, ao contratar um cozinheiro de primeira classe para a representação do Sarre em Bonn e ao reconhecer sem complexos o seu fraquinho por mulheres bonitas. As feministas social-democratas acusam-no de ser machista e os seus adversários políticos de esbanjador de dinheiros públicos.

Mas isso não o rala. Este «jesuíta social-barroco» sabe que pode utilizar o seu «charme» para seduzir o eleitorado que, depois da morte de Franz Josef Strauss, não acha muita graça à política alemã.

Redacção "DL"/Le Monde/AFP



Carlos Alberto Esteves da Fonseca

Agradecimento e Missa do 7.º Dia

Esposa, filhos, genro, neta, irmãos e demais família, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que acompanharam o seu ente querido à sua última morada, e que a missa do 7.º dia será rezada hoje dia 20 (Igreja S. João de Deus) (à Praça de Londres) pelas 19 h.

QUOTIDIANO

A contestação, pelo IROMA, da adjudicação da construção do matadouro da Guarda aparece após o afastamento da empresa responsável pela maioria das obras públicas no distrito

Abílio Curto contesta acusações do IROMA

A construção do Matadouro Regional da Guarda está comprometida, após a acusação pelo Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA) de que «não foram cumpridas as regras» na adjudicação da obra. Abílio Curto, presidente da Câmara Municipal da Guarda (socialista) e do Conselho de Administração do matadouro considera que se trata de uma tentativa para denegrir a sua imagem política e responsabilizar aquele organismo pela demora que se verifique na efectivação das obras, cujos atrasos custam 25 mil contos por mês.

O concurso público relativo à construção do complexo, a instalar na zona industrial da Guarda, foi extensivo aos países da CEE, tendo o Conselho de Administração do matadouro, presidido por Abílio Curto, adjudicado o empreendimento à empresa dinamarquesa «Cereken International, Ltd» pelo valor de 887.992.677 escudos, segundo documentos oficiais a que a agência Lusa teve acesso.

No entanto, este valor não inclui as taxas a acrescentar, calculadas em mais de 100 mil contos.

Em declarações ao DL, Abílio Curto considerou «completamente infundadas as acusações de irregularidades» e explica os ataques que lhe são feitos como «uma

tentativa de denegrir a imagem política do presidente da Câmara», uma vez que só se fala no seu nome, quando ele é apenas «uma peça de um órgão que funciona colectivamente». E diz mesmo que «ninguém desconhece as relações 'amistosas' que existem entre o presidente da Câmara e a governadora civil, Marília Ramos».

A construção do matadouro, segundo aquele autarca, tem dois objectivos: cobrir a rede de abate e abastecimento do interior do país, abrangendo nove concelhos, e servir de «mecanismo de defesa contra a 'invasão' espanhola do mercado». A contestação à obra estalou quando duas das quatro empresas que participaram no concurso público - a «Carlos Eduardo Rodrigues/Citel» e a «Sociedade de Construções H. Hagen/Edifer» - reclamaram da decisão junto do Ministério da Agricultura, já após a mudança de ministro.

Aquelas empresas consideram que existiram «graves irregularidades no acto do concurso da abertura das propostas», pelo que solicitaram que a adjudicação fosse declarada nula, bem como o respectivo concurso.

E o IROMA, que detém também uma quota na sociedade, aparece então a pôr em causa todo o processo, o que nunca tinha acontecido até ao momento, tanto mais

que foi o seu delegado que indicou o gabinete técnico que tratou de todo o processo de candidatura às verbas comunitárias do FEOGA.

O IROMA considerou de «impossível contestação» a afirmação de que não foram cumpridos os preceitos legais, acrescentando que «não chega dizer-se que o Ministério Público se fez representar na abertura das propostas para garantir que a lei seja cumprida». Depois do concurso, e segundo aquele organismo, a lei continuou a não ser cumprida, uma vez que «o concorrente a quem foi adjudicada a obra pela administração presidida por Abílio Curto declarou por escrito, posteriormente, que a sua proposta não inclui quaisquer taxas, sejam de direitos de importação, sejam quaisquer outros impostos».

Para o IROMA, a manter-se a contestação dos concorrentes ao concurso, corre-se o risco de haver reclamação junto das instituições comunitárias e nacionais, o que poderá atrasar «indefinidamente a concessão dos meios financeiros necessários» à obra. Para evitar isso, o IROMA sugeriu a Abílio Curto que as propostas fossem reapreciadas «por uma peritagem de emergência», o que não foi aceite.

Abílio Curto afirma que o delegado do IROMA está a tentar «retardar e, se possível,

anular a hipótese de termos na Guarda um matadouro».

As acusações que o IROMA agora faz são consideradas pelo autarca socialista uma «ofensa à dignidade da administração do matadouro». Segundo afirma, nunca o Conselho Administrativo recebeu qualquer reclamação das empresas concorrentes e desconhece mesmo que elas existam. A adjudicação foi entregue à empresa dinamarquesa sem nenhum voto contra. O próprio delegado do IROMA votou a favor. «Se houvesse alegadas irregularidades, competia às empresas concorrentes reclamarem no acto de abertura e apreciação das propostas, o que não aconteceu», afirmou Abílio Curto.

O autarca socialista vai mais longe, e recorda que uma das empresas que agora reclama, a «Carlos Eduardo Rodrigues», «está a contrair o Centro Regional de Segurança Social e o Instituto Politécnico, de que é presidente o marido da governadora civil».

«O IROMA só faz barulho quando aparecem reclamações junto do ministro da Agricultura. E neste compasso de espera é afastado o presidente do organismo, Fernando Paisana, e substituído pelo militante do PSD, Branco Rodrigues. É nessa altura que o delegado do organismo vem à Guarda e dá o dito por não dito», acrescenta.



O Datsun FT-00-42, queimado esta madrugada em Campo de Ourique, despertou a atenção dos populares

Automóveis queimados em Campo de Ourique

Dois automóveis foram esta madrugada alvo de vandalismo no Bairro de Campo de Ourique, em Lisboa, ficando parcialmente destruídos pelo fogo atado às coberturas de material sintético.

Uma das viaturas, um Toyota de matrícula RM-26-17, estacionado entre as ruas Almeida e Sousa e a 4 de Infantaria, ficou com a parte traseira semi-destruída, enquanto que um Datsun, matrícula FT-00-42, parado na esquina das ruas Almeida

e Sousa e Francisco Metrass, ficou com a frente danificada. Os sinistros ocorridos pelas duas horas foram combatidos pelos Bombeiros Voluntários da zona.

No mesmo local foi há dois meses incendiado o toldo de uma papelaria, o que aumentou a suspeita de se tratar de actos de vandalismo indiscriminado, tanto mais que as vítimas não consideram a existência de inimigos que, daquele modo, se queiram vingar.

Tiroteio nocturno no bairro das Furnas

Uma desordem que acabou em tiroteio, ontem, cerca das 23 horas e 45, junto à igreja do bairro das Furnas, provocou ferimentos num cidadão de origem cigana, revelou hoje, ao DL, uma fonte do Comando Distrital da PSP.

Segundo a mesma informação, o ferido foi atingido por um disparo de arma de fogo utilizada por um agente da PSP à civil que terá sido agredido, junto com um funcionário do hospital S. Francisco de Xavier, por um grupo de indivíduos. Não são ainda conhecidas as razões que estiveram na origem dos incidentes e não houve detenções.

Comissariados regionais actuam contra a pobreza

Para combater as situações de carência em que se encontram alguns grupos sociais, quer em zonas rurais, quer em zonas urbanas ou suburbanas, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução, hoje publicada em Diário da República, que leva à criação de Comissariados Regionais do Norte e do Sul da Luta contra a Pobreza.

Estes comissariados, que estarão na dependência directa do ministro do Emprego e da Segurança Social, terão como funções: definir, apoiar e coordenar os projectos de acções globais de luta contra a pobreza, assegurar o envolvimento dos diferentes departamentos do Estado e da

sociedade civil, com vista à optimização das condições e a um mais harmonioso funcionamento das iniciativas e formular recomendações sobre políticas, prioridades e estratégias de actuação.

Trata-se de uma iniciativa que «aposta no estreitamento da coordenação entre os diversos departamentos do Estado e das acções particulares que se movimentam neste combate».

O ministro do Emprego e da Segurança Social fixará anualmente, por despacho, a dotação para cada um dos comissariados e assegurará o apoio logístico necessário ao seu funcionamento.

Primavera nasce de noite

Pode ficar mais bem disposto: a Primavera começa hoje, mais precisamente, às 21 horas e 19. Vai durar 92 dias e 1200 minutos até ao solstício do Verão que ocorre a 20 de Junho, para dar honras ao calor. Nessa noite, se olhar o céu, a lua vai estar em quarto minguante. Goze o tempo ameno e o privilégio de viver num país de clima tão temperado como o nosso, porque há outros com menos sorte. No hemisfério sul, é o Outono que principia hoje para anunciar chuva e mau tempo durante 89 dias.

Até ao fim do ano Hospitais Civis de Lisboa vão ter serviço de urgência

Até ao fim do ano todos os Hospitais Civis de Lisboa vão ter serviços de urgência - anunciou ontem o primeiro-ministro durante a sua visita ao Hospital de Santa Maria. Cavaco Silva chamou a atenção para os esforços que estão a ser feitos pelo Governo no sentido de se acabar com a acumulação de doentes nos corredores. «Este espectáculo dos doentes nos corredores, que é uma tradição dos hospitais com urgências, é deprimente e choca-nos. Parece que o Santa Maria vai ser o primeiro a enterrar o corredor» - disse.

O primeiro ministro destacou ainda o facto de a saúde ter hoje a verba mais importante do orçamento do Estado (a primeira é da educação). «Temos de trabalhar e de trabalhar mais, mas como diz o povo Roma e Pavia não se fizeram num dia» - referiu. O director do hospital, Carneiro de Moura, recordou que Santa Maria só na urgência recebe 200 mil doentes/ano, perto de 10 por cento dos quais têm de ser internados, faz 3600 Tacs, 9000 operações de pequena cirurgia e 2600 intervenções de grande cirurgia.

Cavaco Silva visitou a moderna unidade de neonatologia, para recém-nascidos com problemas graves, as novas instalações de atendimento e a unidade de cuidados intensivos polivalente do serviço de urgência central.

O ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, e os secretários de Estado Albino Aroso, adjunto do ministro da Saúde, e Jorge Pires, administração da saúde, acompanharam o primeiro ministro nesta visita a Santa Maria.

Novas greves em Abril previstas na CP

António Medeiros, membro da direcção do Sindicato dos Maquinistas da CP, anunciou hoje que estão previstas novas greves por este sector profissional, a ocorrerem, no entanto, apenas em Abril.

Os maquinistas concluem amanhã uma fase de paralisações parciais que decorreram com adesão total. Dia 27 realiza-se uma assembleia no sindicato para os filiados decidirem novas formas de luta - anunciou fonte sindical. Até esse dia realizam-se plenários nos locais de trabalho.

Por outro lado, os trabalhadores da ponte de Lisboa que têm contratos a prazo «furaram» a greve dos portageiros no período das 8 às 10 horas de hoje. Os portageiros iniciaram uma paralisação para exigir a revalorização das carreiras. No período das 6 às 8 horas, a adesão à greve foi total, afirmou um encarregado da portagem. Hoje os trabalhadores vão ainda paralisar entre as 12 e as 16 e das 18 às 22 horas.

Para grandes males grandes remédios

A Ilha de Faro, onde estão a ser tomadas medidas de excepção, face à grave situação criada pelas marés, vai ter um plano de ordenamento moderno e consensual

O Serviço Nacional de Parques está a elaborar «um plano de pormenor» para solucionar os problemas urbanísticos da Ilha de Faro, disse hoje, ao DL, o arquitecto Nuno Lecocq, responsável pelo parque natural da Ria Formosa. O plano não invalida todas as medidas urgentes e de fundo que estão a ser tomadas, pelos órgãos de poder local e central, para proteger a ilha onde se vive uma situação de extrema gravidade, derivada da progressiva erosão provocada pelo mar.

O projecto, que vai ser apresentado ainda este ano à Câmara Municipal de Faro, está a ser realizado de modo a obter um resultado consensual entre todas as partes interessadas na protecção e desenvolvimento da região.

«A filosofia central do estudo é devolver a ilha aos peões, equipá-la para corresponder às necessidades turísticas futuras e ordená-la, realmente, do ponto de vista urbanístico», revelou o arquitecto. Uma das ideias base, por exemplo, é a proibição da circulação rodoviária na ilha, à excepção das viaturas dos seus moradores.

Nuno Lecocq admite que «possam vir a ser demolidos alguns edifícios» para possibilitar o ordenamento, mas garantiu que a iniciativa está a ser coordenada com a Câmara Municipal de Faro e a Direcção-Geral de Portos. Também a recém formada Associação de Moradores da Ilha de Faro, com quem ainda

ontem aquele responsável se reuniu, será chamada a contribuir para o novo projecto.

Tomadas medidas de excepção

Esta iniciativa não impede que estejam em curso medidas urgentes para pôr cobro ao processo de erosão que vem destruindo a ilha. Na opinião do dirigente do parque natural da Ria Formosa, «é preciso alertar as pessoas que habitam a ilha para o facto de elas estarem numa situação de alto risco».

Exactamente por esta razão, realizou-se ontem, em Faro, uma reunião onde foram conciliados esforços de diferentes entidades para fazer face ao problema.

Aparentemente, o presidente da autarquia, João Botelho, conseguiu fazer entender que o assunto ultrapassado o âmbito local devendo ser encarado a nível do poder central. Ele está seriamente preocupado com as marés vivas previstas para a próxima segunda-feira, de acordo com as previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Uma depressão centrada, hoje, sobre a região da Madeira poderá agitar ainda mais o estado no mar na costa Algarvia a partir desse dia.

Para já, o perigo iminente da abertura de uma barra em resultado do desmoronamento de cerca de 50 metros do muro de protecção da ilha levou a câmara a lançar sacos de pedras no local como medida de recurso. Setecentos e cinquenta volumes de



Ilha de Faro: quem te viu e quem te vê

corda de nylon estão a ser colocados nos pontos mais críticos.

Colaboração dos militares

Entretanto, por decisão do ministro do Ambiente, Fernando Real, técnicos da engenharia militar vão deslocar-se a Faro, nos próximos dias, para instalarem uma ponte metálica provisória que permita o acesso à ilha de camiões com material pesado.

Esta decisão era urgente pois, como salienta João Botelho, «a situação da ponte constitui hoje um obstáculo para o exercício de acções que julgamos indispensáveis, existindo mesmo receio fundado de uma eventual derrocada».

Também o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, cujos técnicos estudam há muitos anos a evolução do cordão dunar da Ria Formosa, foi chamado a intervir. São

esperados em Faro técnicos conhecedores do processo que vão aconselhar a tomada de soluções de fundo, em coordenação com a Direcção-Geral de Portos que deverá utilizar os serviços de uma empresa especializada para estudar o movimento das areias da zona.

Como medida preventiva, a Protecção Civil de Faro enviou para a ilha duas viaturas e seis homens dos Bombeiros Municipais para «tranquilizar» os moradores.

Também os bombeiros afirmam que a situação mais perigosa se aguarda para segunda-feira, temendo que as ondas atinjam quatro metros de altura. Estes receios levaram os bombeiros a reforçar o piquete permanente com mais dez homens e um jipe nas horas de maré alta. Felizmente, até ao momento ainda não se registaram acidentes pessoais.

P.A.

Especialista contesta método de despoluição do rio Ave

O projecto de construção de três centrais de tratamento de águas residuais «não é o mais indicado» para solucionar a poluição do rio Ave, considerou ontem um especialista da Universidade Lusíada, Costa Pereira. Este professor sustentou que o projecto previsto pode «ser muito importante para resolver os problemas das águas urbanas, mas não é suficiente para para as águas industriais».

Feitas à agência Lusa no fim duma reunião ontem realizada, em Famalicão, com especialistas no tratamento biológico de efluentes da Comunidade Europeia, as declarações do professor universitário apontam para

a necessidade de se efectuar um trabalho cuidado, fábrica a fábrica. A reunião, destinada a industriais dos sectores têxtil e alimentar, teve por objectivo debater a poluição dos recursos hídricos provocada pela actividade industrial têxtil.

Organizado pela Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais, o encontro reuniu técnicos, engenheiros, professores universitários, investigadores e outros especialistas de todos os países da CEE. Os participantes estão hoje em Lisboa, onde se realiza um debate sobre poluição das indústrias químicas e a legislação portuguesa sobre a matéria.

B R E V E S

Mais carreiras fluviais para Montijo e Seixal

A Transtejo decidiu aumentar as carreiras fluviais para o Montijo e Seixal a partir de 2 de Abril, anunciou o presidente da empresa, Carreira Alemão. A ligação de Lisboa-Seixal passará de quatro para 12 carreiras diárias em cada sentido e com o Montijo de 12 para 17, também em cada sentido, com intervalos de 70 e 60 minutos, respectivamente.

Escola agrária inaugurada em Abrantes

O ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, preside hoje à inauguração da Escola Profissional de Agricultura de Abrantes, inserida no programa de 21 escolas profissionais agrárias a instalar até 1993. O programa, financiado a 75 por cento pelo Fundo Europeu e a 25 por cento pelo Estado português, será executado em duas fases; a primeira das quais ao longo do ano em curso.

Moçambique credita novo delegado da Lusa

O ministro da Informação da República Popular de Moçambique, Teodato Hunguana, informou a Lusa da creditação do novo delegado da agência em Maputo. O pedido de creditação do jornalista Jorge Oliveira havia sido feito no dia 14, dois dias antes da ordem de expulsão do ex-delegado, António Mateus, na sequência da recusa de identificação da fonte de uma notícia sobre a detenção de 12 pessoas, na capital moçambicana.

Denunciada degradação do queijo da serra

A Associação de Pastores e Produtores de Queijo da Serra da Estrela, de Celorico da Beira, denunciou a degradação da qualidade daquele produto. Em comunicado, emitido na Guarda, acusa «estar a fazer-se tudo para dar ao queijo de fábrica o estatuto que pertence exclusivamente ao artesanal». Refere ainda que: «a feira de 23 de Fevereiro, em Celorico da Beira, foi um fiasco e uma machadada na honra e qualidade do melhor queijo do mundo, por não se ter respeitado o regulamento do certame: presença exclusiva de queijos de leite de ovelha».

Lotaria popular

1º - 296373	3 000 000\$00
2º - 380485	750 000\$00
3º - 008671	500 000\$00
4º - 158327	250 000\$00
Terminações em 6373	85 000\$00
Terminações em 373	60 000\$00
Terminações em 485	15 000\$00
Terminações em 671	4 000\$00
Terminações em 327	1 500\$00
Terminações em 20,38,72,73,88 e 89	500\$00

Balanço em fim de mandato

Torres Pereira invoca dificuldades com Governo

Durante quatro anos as relações entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), presidida por Torres Pereira, e o Governo não foram muito fáceis. As dívidas das câmaras à EDP e os assuntos relacionados com os trabalhadores da administração local foram as questões que mais controvérsia geraram.

No fim do seu mandato, Torres Pereira, numa entrevista à agência Lusa, faz um balanço das acções desenvolvidas pela ANMP e afirma: «Houve questões em que vimos quase todas as nossas sugestões praticamente rejeitadas, como as dívidas à EDP, o horário de trabalho e a fiscalização dos trabalhadores da administração local».

Sobre a lei das finanças

locais, Torres Pereira disse que, «apesar de estar hoje melhor que em 1979, deve ser melhorada. Nesta lei falta conciliar os interesses de concelhos urbanos com grande número de habitantes e os de concelhos rurais com menor número de habitantes».

Entre as acções que a ANMP se propôs desenvolver, conta-se um projecto «intermunicipal», que possibilitava a troca de informação entre a ANMP, câmaras, empresas e outras entidades através de um banco de dados.

Segundo Torres Pereira, este projecto, que não foi concluído, está a ser analisado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e pela Comissão das Comunidades.

Nas gavetas ficou também um protocolo que Torres Pereira pretendia firmar com a Associação dos Arquitectos Portugueses para recuperar o património arquitectónico dos municípios. O mesmo sucedeu a um levantamento, a realizar conjuntamente com o Governo, no sentido de recuperar antigos espaços de espectáculo.

A concretização de geminações entre cidades portuguesas e suas congéneres estrangeiras e a futura instalação do centro de diálogo Norte/Sul, em Lisboa, foram algumas das acções realizadas durante a presidência de Torres Pereira.

Este autarca disse também que um dos problemas por que se tem debatido é «tentar conseguir que as receitas de

certas produções nacionais, como a do vinho do Porto, fiquem nos concelhos onde se fabricam os produtos». Contudo, reconheceu que se trata de um caso de difícil resolução.

Sobre a lei da regionalização, o autarca lamentou que a sua discussão continue atrasada, referindo que a ausência de regiões administrativas no continente é uma «grande lacuna» da lei.

«As regiões administrativas trariam grandes benefícios, nomeadamente nas áreas do planeamento da saúde, dos recursos naturais e hídricos, do ambiente e do ordenamento do território. Quanto mais tempo demorarmos a implementar a regionalização, mais oneroso vai ser para o país» - referiu.

O Luxemburgo quer (ainda) mais portugueses

A emigração portuguesa, nem sempre facilitada em alguns países da Comunidade, vai receber um novo impulso por parte do Luxemburgo, onde, de resto, representa já o maior núcleo de trabalhadores estrangeiros.

No tradicional discurso do Governo para apresentação à Câmara de Deputados do Orçamento de Estado para 1990, o primeiro-ministro do Grão-Ducado, Jacques Santer, informou que a taxa de crescimento do emprego ultrapassou, no ano passado, os 3 por cento e que «a falta de mão-de-obra representa um freio para a consolidação económica».

O Luxemburgo luta com dificuldades em encontrar trabalhadores, embora os fronteiriços (sobretudo belgas e franceses) tenham passado de 13 mil para mais de 16 mil no último ano. Santer salientou a necessidade de se tomar consciência de que «estamos actualmente num período de alta conjuntura, o qual devemos aproveitar para consolidar o nosso tecido económico de forma a torná-lo menos vulnerável em caso de reviravolta conjuntural».

Jacques Santer acrescentou que a falta de mão-de-obra está, numa óptica de médio e longo prazo, ligada à evolução demográfica deficitária, o que poderá constituir, nas próximas décadas, um grave problema para o Luxemburgo. Durante o debate do Orçamento, também o deputado Ernest Muhlen se referiu aos emigrantes para sublinhar que «a comunidade portuguesa, a mais importante, se caracteriza pela sua grande estabilidade e pela vontade de melhorar a sua qualificação quando apresenta lacunas».

Entre a comunidade portuguesa, citada pelo jornal de emigração «Caravela», acredita-se que as duas intervenções parlamentares se destinam a preparar a opinião pública para aceitar a entrada no país de novos emigrantes, especialmente os portugueses.

Admite-se, por outro lado, que o Governo não deva anunciar formalmente a sua intenção. Mas os observadores acreditam que serão dadas instruções discretas aos serviços competentes para aceitarem a regularização dos trabalhadores neste momento em situação irregular. No Luxemburgo são milhares os trabalhadores portugueses em situação ilegal e acredita-se que as medidas agora apontadas poderão levar à instalação no país de novos emigrantes de origem portuguesa, no caso previsível de a economia do Grão-Ducado continuar a registar o mesmo crescimento e vitalidade.

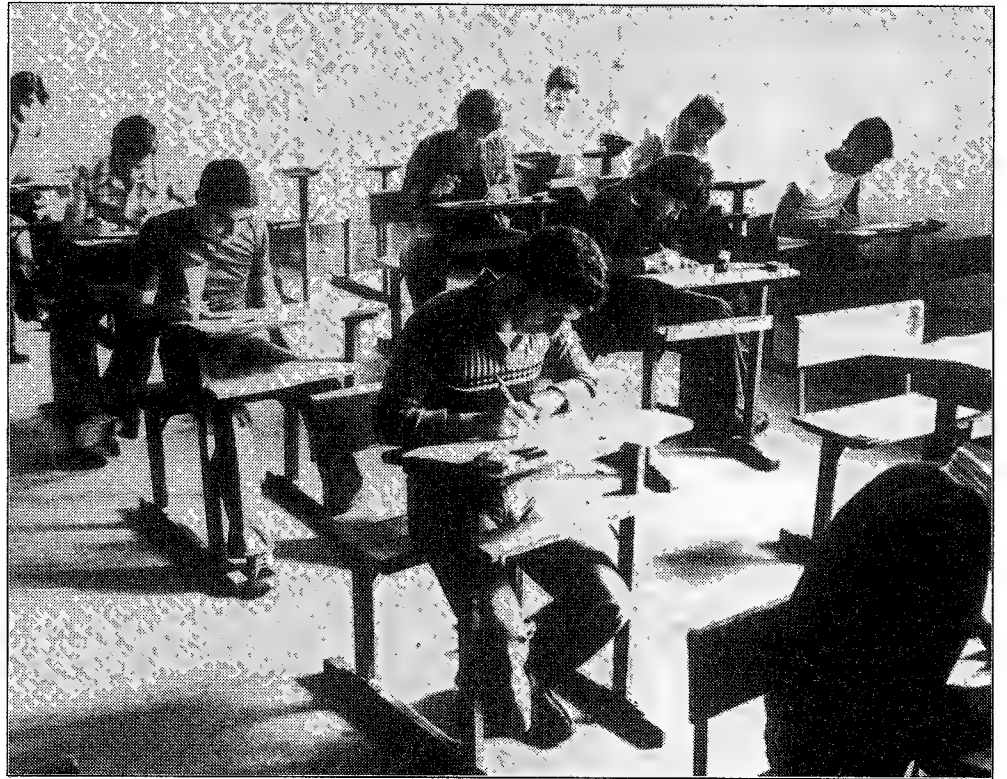
PGA regressam

Os mesmos critérios e os mesmos problemas

As controversas PGAs (Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior) vão recomençar, em primeira chamada, na próxima segunda-feira, com a presença de 95 mil candidatos para as exíguas 40 mil vagas existentes nas universidades, sem, contudo, pretenderem resolver o problema do *numerus clausus*.

A prova, de que já foi divulgado, há semanas, um protótipo, irá, certamente, levantar os mesmos problemas e as mesmas críticas suscitadas no ano anterior. Os estudantes de cursos técnicos vão sentir-se marginalizados frente aos que pretendem frequentar estudos humanísticos. Os candidatos deverão começar por comentar, seguindo um questionário, parte de um texto ou textos em português contemporâneo de uso corrente. Depois, deverão redigir um texto, escolhendo uma hipótese entre três temas propostos.

Antecipando-se às previsíveis críticas, uma fonte do ministério da Educação esclareceu que «os temas não exigem um conhecimento especializado da parte do aluno» e que as classificações se debruçarão sobre «o desenvolvimento intelectual dos alunos, o domínio da língua portuguesa ao nível da compreensão e da expressão, e a sua maturidade intelectual».



Hoc opus, hic labor est, embora não se saiba muito bem se o labor servirá para alguma coisa

O número de candidatos ao acesso à Universidade é superior em cerca de 3 por cento aos dos estudantes que frequentaram o décimo-segundo ano, dado que à prova têm acesso estudantes que a realizaram no ano anterior e procuram melhorar a nota.

A PGA não é, embora bem

sucedida, uma garantia absoluta de entrada na Universidade, dado que alguns estabelecimentos exigem a prestação de provas específicas. Nestes casos, a fórmula matemática que determina a média de acesso poderá baixar até um máximo de 20 por cento.

As provas vão decorrer em

486 estabelecimentos de ensino secundário, cabendo a um grupo de 500 professores a tarefa de efectuar a correcção dos testes. A segunda chamada realiza-se a 2 de Abril, restando uma chamada única (época especial) a realizar a 10 de Agosto.

«DL»/Lusa

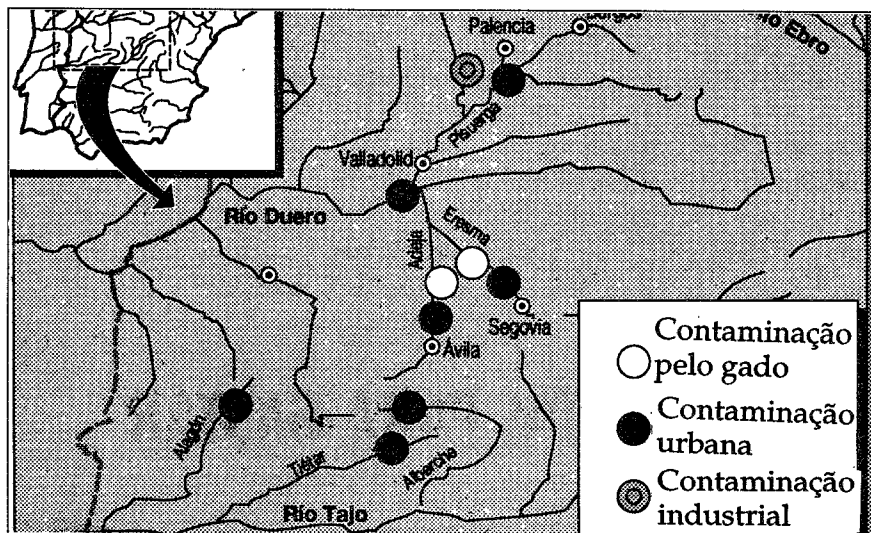
Lixo líquido de Espanha para Portugal

Andam os vizinhos espanhóis preocupados com a poluição crescente nos seus rios de Castela e Leão e a somar as pesetas que terão de gastar para restituir a vida às suas águas. Para nós, portugueses, o problema não é menos aflitivo, já que os rios que constituem ambas as bacias hidrográficas são afluentes ou do Douro ou do Tejo e as suas águas acabam, seja como for, por atravessar a fronteira, entrarem em Portugal e serem servidas em todo o nosso quotidiano.

Aparentemente, vamos ter que aguardar que os espanhóis se decidam a proceder à descontaminação daquelas águas, apenas provisoriamente suas, já que legalmente nada podemos fazer. De facto, os acordos hidrográficos entre os dois países peninsulares estabelecem a obrigação, por parte da Espanha, do fornecimento de um caudal mínimo de água, mas nada foi determinado quanto à qualidade dessa mesma água.

Um relatório, recentemente preparado pelo Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos de Castilla y León, agora divulgado pela imprensa, anota que aquela região, a mais extensa de toda a CEE com os seus 94 147 quilómetros quadrados, sofre uma pressão contaminante sobre a sua rede hidrográfica equivalente à produzida por 5 milhões de habitantes, embora a sua população não ultrapasse os 2,6 milhões.

A rede hidrográfica básica da



Comunidade de Castela e Leão ramifica-se em três bacias principais, das quais apenas a do Ebro não diz directamente respeito a Portugal. As outras são as do Douro alto, baixo e médio, Tormes, Huebra e Águeda; e pelos tributários do Tejo: Alberche, Tiétar e Alagón.

As bacias submetidas a condições mais preocupantes são as da serra que vai de Segóvia a Ávila, devido ao escasso caudal dos rios durante a estiagem. Os principais poluentes são os porcos que abundam na área, mas também não pode esquecer-se que os esgotos de Segóvia e de Ávila são escoados directamente para os rios Adeja e Eresma, ambos afluentes do Douro. Burgos, Palência e Valladolid

fazem o mesmo, importando-se pouco com o que possam pensar os portugueses.

O documento elaborado por aqueles técnicos assinala os progressos da deterioração, com ecossistemas viciados que favorecem a propagação de enfermidades entre a fauna e a flora, a regressão dos tramos aptos à produção de trutas e a quase impossibilidade da utilização das praias fluviais.

A situação tende a piorar e calcula-se ser necessário gastar pelo menos 80 milhões de pesetas em depuradores e emissários, para a inverter.

Roby Amorim

B R E V E S

Central de Cabo Verde quer greve na Constituição

A União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical pretende que o direito à greve fique consagrado na Constituição do país, cuja revisão está agora em curso, afirmou o seu presidente, Júlio Silva, em conferência de Imprensa.

«Defendemos o pluralismo e a liberdade sindical e que isso fique consagrado na Constituição, o que não significa, necessariamente, o parecimento de nova central sindical», disse ainda o sindicalista cabo-verdiano, explicando que o número limitado de trabalhadores - 12 mil, que já estão filiados, mais 8 mil da Função Pública - tira espaço a uma nova organização.

Júlio Silva e Carlos Lopes estiveram em Portugal a convite da CGTP, com quem estabeleceram um protocolo de cooperação bilateral.

CIS contra alteração na lei dos despedimentos

A Convenção Independente de Sindicatos (CIS), cujos estatutos estão ainda em fase de preparação, pronunciou-se contra a alteração da lei dos despedimentos, conforme tem sido noticiado pela Comunicação Social.

Tendo por base as notícias vindas a público, a CIS considera que «tentar neste momento uma nova revisão retomando conceitos antigos seria no mínimo um acto inconsciente» e exige que «a declaração oficial do Governo desmentindo a sua existência se confirme».

A CIS «discorda do projecto de um novo pacote laboral» e «cáso ele venha a ser uma realidade não deixará de tomar as medidas mais adequadas à situação», afirma.

QUOTIDIANO

A publicação de ilustrações que acompanham os textos jornalísticos nem sempre é eticamente correcta. Quem o diz é o Conselho de Imprensa, advertindo também contra a publicidade oculta

Uma questão de óptica

Um parecer do Conselho de Imprensa (CI) acerca da ética na utilização de ilustrações de textos jornalísticos defende que os profissionais da Imprensa devem manter «um nexó evidente entre factos e ideias e as ilustrações que os acompanham».

Esta tomada de posição do CI deve-se a um pedido de parecer, formulado por um jornal não especificado no comunicado daquele organismo, sobre a questão da correcção ou incorrecção ética de uma notícia aleatoriamente ilustrada com uma fotografia de uma máquina cuja marca era visível, o que terá motivado uma reclamação por parte do representante daquela marca em Portugal.

Do ponto de vista deontológico, refere o CI, o jornalista «não deve redigir e deve mesmo obstar à publicação de quaisquer textos, títulos ou fotografias que excedam, contradigam ou distorçam os factos a que respeitam, como se infere da alínea j) do Capítulo I do Código Deontológico dos Jornalistas em vigor».

No entanto, o CI considera que um jornal, por evidentes razões de paginação e conteúdo editorial, «pode escolher as ilustrações que entenda adequadas para acompanhar o relato dos factos e a divulgação das ideias, mesmo que tais ilustrações - entre elas as fotografias - não mantenham uma

relação imediata com a actualidade».

Neste contexto, o CI ratifica a utilização jornalística corrente de imagens de arquivo, desenhos, etc., mas chama a atenção para a obrigação de os jornalistas tentarem manter «um nexó evidente entre factos e ideias e as ilustrações que os acompanham».

Salvaguardar a privacidade

Este parecer do CI, publicamente divulgado por considerar que ele tem todo o interesse para os profissionais da comunicação social e para o público em geral, salienta, por outro lado, a necessidade de se salvaguardar,

por razões éticas, os direitos à privacidade e à imagem «ao publicarem-se fotografias que possam envolver ou afectar terceiros, sem o seu consentimento, muito em particular quando não se tratam de figuras públicas e de acontecimentos públicos».

Em relação à publicidade oculta, o CI sublinha que os órgãos de informação devem rejeitar todas as formas em que ela se pratica, ou seja, que resultem na identificação de marcas, por escrito ou imagem, quando elas próprias não são objecto central da própria informação.

A título de exemplo, o CI salienta que «um produto farmacêutico que se revela nocivo à saúde deve ser iden-

tificado, pois é objecto da notícia. Um novo computador, de características verdadeiramente inovadoras, deve ser nomeado, pois ele é objecto da informação».

Porém, e em particular no caso das imagens, quando elas ilustram um determinado facto sem que o seu conteúdo seja objecto explícito da informação, o CI defende que «as referências pessoais (não consentidas) ou comerciais devem ser ocultadas, seja pelo ângulo da fotografia, seja por artifícios simples que «apaguem» nessas fotografias as referências directas a pessoas ou objectos, etc.».

Assim, o CI considera que «é eticamente incorrecta a possibilidade de identificação de

uma determinada marca, designadamente através da imagem, sem que o produto em causa constitua o objecto central da notícia ou que com ela esteja intimamente ligada».

E partindo o princípio de que estas normas tanto se devem aplicar aos conteúdos informativos desfavoráveis como aos favoráveis a determinado produto ou serviço, o Conselho de Imprensa adverte «que só assim se poderá estabelecer uma correcta distinção - parte integrante da deontologia profissional do jornalismo - entre jornalismo e publicidade», até por que o jornalista «deve recusar-se a elaborar qualquer matéria de carácter publicitário».

«Notícias do Interior» privilegia distrito de Bragança

Um jornal novo, privilegiador do distrito de Bragança, deu ontem à estampa o seu primeiro número. De periodicidade mensal, «Notícias do Interior» define-se, através da Saudação do seu director, Ernesto Rodrigues, como um produto que irá provar que a interioridade — «do sujeito ou dum povo» — «é o país das maravilhas». A estreia desta louvável iniciativa na imprensa dita regional oferece leitura variada, com artigos de índole local e nacional, sem esquecer a intervenção cultural. Ao seu director, colaborador do DL, além de docente na Faculdade de Letras de Lisboa, divulgador da literatura húngara e escritor e poeta, desejamos os maiores êxitos neste empreendimento.

MALHAS DA JUSTIÇA

Não há que hesitar

Está nervoso, quase desesperado, em pé, frente ao juiz. Confessa, claro, que outra coisa não podia fazer, depois de apanhado em flagrante delito. Mas José Manuel tem uma desculpa, bem válida, por sinal. A mulher sofre de qualquer coisa de pulmões, caiu à cama, ela e o filho, que José Manuel, por ele, «segurou-se bem». O tempo é propenso a azares, a mulher sentia-se pior e, carro à porta, não há que hesitar.

Dois zelosos agentes da autoridade, numa operação de auto-stop, convidaram-no a parar e a exibir a licença de condução. É coisa para a qual nunca teve tempo, aliás, não conduz. Apenas em situações destas, de perfeito desespero.

Aí, sim, consegue sem custo dar um jeito com o volante, percorrer estradas e vielas, seguro, sem medo, que o medo não foi nunca bom conselheiro.

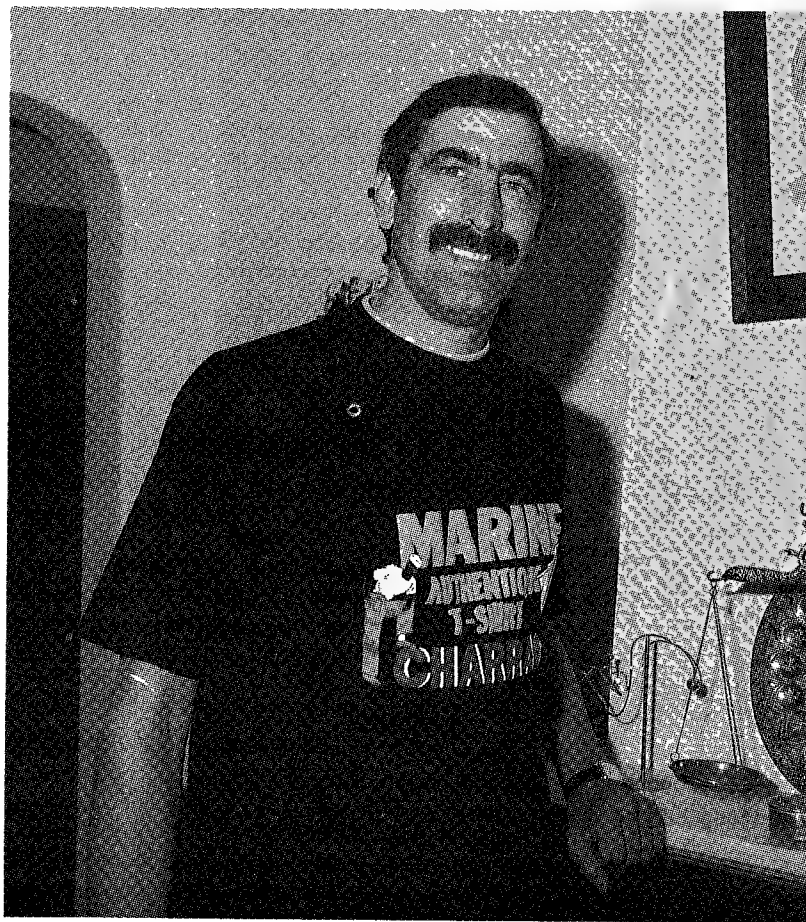
É verdadeira a sua história. A comprová-la, José «rapa» da papelada toda, impressos de entrada e de alta, com carimbo da clínica que costuma socorrer a sua mulher. Os polícias também testemunham. Levaram, eles próprios, a aflita senhora ao serviço de urgência do hospital, onde lhe foi prestada a devida assistência médica.

O juiz entendeu.

Entendeu o desespero do pobre homem, a aflição da pobre mulher, e fez cumprir a pobre da lei. «Vai condenado na pena mínima», decreta, com alguma compreensão; José conduziu sem carta. Se bem que, pela primeira vez...

Emília Trindade

MAIS UM MEMBRO DO CLUBE DOS MILIONÁRIOS DO TOTOLOTO 79 693 814\$00

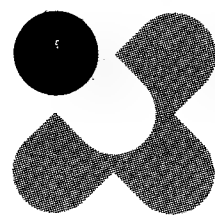


Um "momento de inspiração" decidiu a fortuna de Victor Paes, 41 anos, técnico de isolamentos, o único totalista do concurso do TOTOLOTO desta semana. O novo milionário do TOTOLOTO é casado, pai de um filho de 13 anos e residente na Amoreira (Estoril). Aposta no TOTOLOTO desde o primeiro dia e desta vez, diz, "tinha um ligeiro presentimento que me ia sair qualquer coisa".

Com os cerca de 80 mil contos, Victor Paes planeia largar as ferramentas e dedicar-se à construção civil, actividade que procura desenvolver há algum tempo. Mas, para já, está prometida uma prancha de Skim ao filho e férias na Madeira para toda a família.

O Boletim da Sorte foi entregue na Tabacaria Alvorada, também na Amoreira. O proprietário, João Oleirinha Sarago, partilha a alegria. Dono da Tabacaria há dezasseis anos, já deu sorte a 13 milionários da localidade, "agora só falta descobrirem petróleo aqui na Amoreira", exclama.

Victor Paes, novo membro do Clube dos Milionários do TOTOLOTO. Você que está aí pode muito bem ser o próximo!



totoлото

É Fácil. É Barato. Dá Milhões

O litoral alentejano corre riscos de ser assolado por um fenómeno de algarvização. Há projectos na gaveta que somam cerca de 150 mil camas. As estradas da especulação abrem caminho de acesso a mais apetecíveis locais da costa. Para que se criou uma área de paisagem protegida?

Alentejo perde a alma especulação ganha corpo

O litoral alentejano corre sérios riscos de sofrer um fenómeno de algarvização. Da fase das pressões de grandes e médios investidores interessados em projectos turísticos localizados em cima da costa, passou-se já para o das cedências do poder central e autárquico.

Só um número dá ideia da loucura e do desastre que muitos gostariam de projectar para o litoral alentejano: a intenção de projectos turísticos soma uma capacidade de cerca de 150 mil camas, igual ao total nacional de camas da indústria hoteleira nacional. 150 mil é o número calculado pela arq. Margarida Cancela de Abreu, 120 mil é o número que nos foi estimado pela presidência da câmara de Grândola e pelo gabinete da Área de Paisagem Protegida da Costa do Sudoeste Alentejano.

Se quisermos ter uma ideia de outra ordem de grandeza, e conhecida a realidade algarvia, aquele número representa o triplo da capacidade de alojamento turístico instalada na província do Algarve. A extensão do risco é muito maior se advertirmos que a referida estatística não conta com as dezenas de milhar de ocupantes dos muitos parques

de campismo propostos para a mesma zona. Por aqui ficamos quanto à justificação daquilo que chamamos de riscos de algarvização do Alentejo.

Por hoje, apenas se alerta para o que poderá vir a ser o princípio dos graves «crimes» que esperam a costa alentejana: a construção, em fase final, de uma estrada marginal de ligação de S. Torpes a Porto Covo, no concelho de Sines, decidida pela respectiva câmara municipal. Construída pelo meio de dunas e em cima das arribas das praias de Porto Covo, atravessando a área de paisagem protegida, para além de destruir valores paisagísticos, ela constituirá um eixo de apetites de investimentos em cima da costa, tal como os piores exemplos do que já aconteceu no Algarve.

Francisco Pacheco, presidente da câmara municipal de Sines, por um lado afirma querer atrair os turistas estrangeiros e da Grande Lisboa e, por outro, contradição irresolúvel, diz-me estar disposto a não ceder na defesa do ambiente e da riqueza natural da sua zona costeira. Discordando com alguma agressividade da



Eufrasio Vasconcelos

Os que amam o lugar de Porto Covo, aproveitem enquanto há - o velho pescador espera por piores dias

acusação que lhe lanco de preparar uma ocupação maciça de zonas muito sensíveis, o «eterno» presidente de Sines garante que os equipamentos não excederão a capacidade das praias e, para tal, serão executados planos de pormenor.

Entretanto, não me esconde que estão aprovado dois parques de campismo, um deles em Porto Covo a crescer aos dois que já lá estão, um loteamento para duzentas vivendas e várias unidades turísticas em Porto Covo, cuja população quer setecuplicar. O

que vai resultar disto, que já está incluso no Plano Director Municipal, mais o que, com o correr dos tempos, e ao sabor das cedências, lhe for acrescentado, é a destruição de uma zona natural no interior de uma área de paisagem protegida. Como é possível que um projecto destes seja aprovado, com a comparticipação de um fundo comunitário? Em termos de mentalidade, porque se entende que é isto o desenvolvimento feito à base da especulação fundiária e

da destruição do património natural. Em termos políticos e fromais, porque o projecto desta estrada foi incluído no Plano Director Municipal, o qual foi aprovado por 19 entidades, entre as quais a Comissão Coordenadora Regional, encarregada de zelar por um planeamento correcto da região, o Serviço Nacional de Parques, que devia zelar pela defesa da paisagem e do ambiente, foi sujeito a debate público e ninguém reclamou. Por fim e ao cabo, acabou por ser sancionado por altas instâncias governamentais, através de visita ao local dos ministros do Planeamento e do Ambiente, em 16 de Fevereiro último. E mesmo que acontecesse o ministro do Planeamento não ratificar o Plano Municipal, a última formalidade que falta, já não seria possível travar uma estrada que está na fase final de construção.

Tudo isto se executa, como convém, antes que esteja aprovado um plano de ordenamento da área protegida e de todo o oeste alentejano. De tal modo que, e o exemplo do Algarve não pode deixar de ser chamado mais uma vez, quando os planos de ordenamento chegarem já não serão de ordenamento mas de remendo.

Por isso, quando perguntamos ao arq. António Lagido, director da Área de Paisagem Protegida: e agora? - ele responde: «o que podemos fazer é tentar minimizar os efeitos; evitar que aquela área se transforme numa Costa da Caparica; fazer estudos de ordenamento paisagístico e tentar controlar o volume de carga humana sobre as praias; vai ser difícil que Porto Covo não venha a re-bentar pelas costuras».

Apesar de todas as conivências estatais, o Governo ainda ficou com uma grande margem de manobra e uma grande responsabilidade: a maior parte dos terrenos adjacentes à estrada naquela parte do litoral transitaram da tutela do Gabinete da Área de Sines para o ministério da Agricultura. Também por aí vai ser permitida a especu-

lação?

Está aberto o caminho à destruição de um espaço relativamente selvagem, onde foi possível a Natureza ir realizando a sua obra criativa e manter um equilíbrio que se revela numa riqueza florística e faunística raras e na existência de algumas das mais belas dunas e das mais surpreendentes dunas da nossa costa, está aberto o caminho à conspurcação do zona mais limpa do litoral português.

Desta paisagem escrevi noutro local: «à Terra, os brejos marcados por sebes e madressilvas, as estevas marinhas temperadas, às vezes, com um cheiro de medronheiro e de várias espécies aromáticas selvagens. Ao mar, as mais brutas arribas da nossa costa, o negrume das rochas solitárias, caídas sobre as águas espumadas, uma poalha húmida refractando luzes e projectando cores esmaecidas, de azul acizentado, de violeta desmaiado».

Melhor do que eu escrevi há dezenas de anos Raul Proença: «Poucas praias do País se lhe podem pôr a par no profundo azul das águas e na largueza difusa do horizonte que os seus alcantis



Com a chancela da CEE, a estrada avança em cima da falésia da maior das praias de Porto Covo. Nesta falésia o Rui Veloso já não comerá laranjas, sem riscos de ser atropelado

Eufrasio Vasconcelos



Eufrasio Vasconcelos

Não, não é Albufeira, nem assemelha-se e já se

TOITORRES



TOYOTA

Edifício Toitorres E.N. 8 — Km 43,9 — Telef. 25171/2/3/4 — 2560 TORRES VEDRAS

CONCESSIONÁRIOS

fectos turísticos
esso aos melhores
ida?

dominam. A Este vê-se o rochedo escuro do Pontal e, ao sul, numa perspectiva grandiosa, para além das solitárias praias de Porto Covo e da ilha negra do Pessegueiro, as serranias vaporosas do Cercal, S. Domingos e Monchique, que parecem avançar pelo mar dentro - os últimos planos nebulosos e indecisos de uma visão que se esvai ou a paisagem quimérica de um sonho».

Eurico de Vasconcelos



A.C.

No Inverno ainda é esta quietude; para a margem esquerda da foz do Mira, ao fundo, já avançam grandes empreendimentos turísticos, a começar pelo de Alvados, com quatro mil camas

Outro caso «Via do Infante»

A Junta Autónoma de Estradas põe e o Governo dispõe. Ao contrário de Deus, muitas das vezes a Junta traça torto por caminhos que deviam ser direitos. O último exemplo está bem presente, o da chamada Via do Infante, no Algarve. Também no Alentejo, se corre o risco de repetir os erros que a Via do Infante já tornou evidentes.

Os caminhos não são de todo inocentes. Ou servem interesses públicos ou servem interesses privados, nem sempre compatíveis. Um dos interesses privados mais imediatos consiste no facto de um determinado traçado poder acrescentar o valor de terrenos pertencentes a alguns proprietários, sobretudo se estiverem em carteira determinados projectos urbanísticos. Esta foi uma das mais fortes suspeitas que recaiu sobre as opções

que fundamentaram o traçado da Via do Infante.

O Alentejo vai ser atravessado por novas estradas. Interessa averiguar se serão as estradas do seu desenvolvimento, as de meras passadeiras de transporte rápido para o Algarve ou o instrumento de novas especulações urbanísticas com vista à desenfreada ocupação, leia-se destruição, da sua cobiçada costa.

A que está a caminho de ser lançada, antes da auto-estrada para a Algarve, é uma via complementar, que ligará Sines a Lagos. Foram estabelecidas três alternativas, mas a Junta de Estradas desde logo pareceu inclinada para a solução mais controversa, a que levantou a oposição autárquica e dos órgãos de planeamento regional, a que contraria princípios de desenvolvimento integrado. E esta alternativa é a que se encosta ao litoral, aproximando-se de Vila Nova de Mil Fontes, Almogrove, Cabo Sardão e Odeceixe. As outras inflectem para o interior e a que é defendida pelos representantes regionais, calcorreia Cercal, S. Luís, Odemira e Aljezur, isto é, o interior da zona Oeste do Alentejo.

O presidente da Câmara de Odemira, Justino dos Santos, o que mais tem encabeçado esta batalha, diz-nos que a variante junto à costa «acentua o desequilíbrio existente entre o litoral e o interior, não aproveita nem desenvolve as potencialidades de desenvolvimento do interior e pode conduzir ao desaparecimento ou definhamento, a prazo, de povoações como S. Luís, Colos, Vale de Santiago, Relíquias, acentuando a desertificação humana e económica

de zonas com potencialidades agrícolas.»

Ao contrário, a via marginal repete os erros já assinalados no caso da Via do Infante. Tal opção «vai inutilizar amplas zonas de intensa utilização agrícola do Plano de Rega do Mira, de solos da reserva agrícola, atravessará a área de reserva protegida do Sudoeste Alentejano, e reforçará a procura estival turística» - é ainda Justino dos Santos quem o afirma. E vai acentuar a pressão urbanística dos grandes especuladores que vão reservando terrenos sobre a costa, à espera da primeira aberta, de um favor político, de um qualquer laxismo ministerial ou autárquico - acrescentamos nós.

As estradas são também um factor estruturante de um plano de desenvolvimento regional, e o que de mais profundo envolve a questão deste itinerário, que dá pelo nome de IC 4, tem a ver com uma filosofia de desenvolvimento e com o ordenamento do território que lhe está subjacente. Acentuar o crescimento do litoral, em especial à custa de um excesso de ocupação de investimentos turísticos, ou fazer progredir zonas deprimidas do interior, favorecendo a fixação humana e aumentando o nível e a qualidade de vida das suas populações para evitar manchas de desertificação - eis o que está em jogo.

A escolha do itinerário interior favoreceria o desenvolvimento agrícola em zonas de carentes, articular-se-ia com outros factores de desenvolvimento, facilitando, por exemplo o acesso do porto de Sines às minas de Neves Corvo, optimizaria o sistema de transportes, dado que se aproximava da linha ferroviária, facilitaria o acesso à barragem de Santa Clara, possibilitando aí um desenvolvimento turístico, alternativo do litoral.

Sobre tudo isto a Junta de Estradas não diz nada. O estudo do projecto já deve estar concluído; a câmara de Odemira nada sabe, apesar de insistentes pedidos de informação, o gabinete da Área de Paisagem Protegida desconhece e a Comissão de Coordenação Regional do Alentejo está fora do assunto. Nós também perguntámos. Ficamos sem resposta.

A.C.

COMENTÁRIO

Sr. 1º Ministro como é?

O sr. Primeiro Ministro fez subir a política ambiental ao pódio das prioridades, ao dedicar-lhe integralmente o teor da sua comunicação ao País. E assumiu, em tom solene, a sua «responsabilidade moral» em relação à defesa do ambiente. Em nome dessa responsabilidade aqui lhe deixamos esta reportagem.

Há pouco tempo, igualmente na TV, em entrevista ao programa «Primeira Página», teve palavras de grande esperança e optimismo para o futuro da nossa indústria turística, com o argumento de que dispomos de uma costa invulgar e defesa de conspirações ambientais.

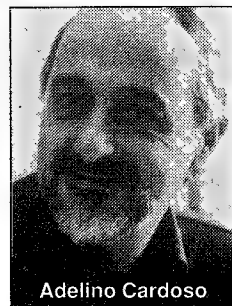
Perante os factos aqui relatados, apenas um capítulo de um livro muito longo, pergunto ao sr. Primeiro Ministro, como é, em que ficamos? Com a benção dos seus ministros se asperge este caminho de abertura para a destruição do litoral alentejano. Quando aqui se faz a história da estrada de Porto Covo ou se alerta para mais uma provável asneira da Junta Autónoma de Estradas, cuja prepotente acção parece sempre desenquadrada do planeamento regional, é também de política de ambiente que se fala, no sentido mais lato do conceito.

Quando Brederode dos Santos relatou nestas páginas, na passada sexta-feira, a degradação progressiva da região de Sintra, ficou claro que, afinal, à pressa da construção da auto-estrada Lisboa-Cascais estão ligados interesses especulativos e que o desenho da nova via estava à sua medida e vai constituir um factor de destruição de um dos mais valiosos patrimónios naturais, a serra de Sintra e o litoral de Cascais. Política do ambiente, num conceito integral, articula-se com a filosofia do desenvolvimento. Não se trata de defender o «paraíso» do subdesenvolvimento, nem a «selva» do crescimento a qualquer preço.

A Holanda e a Dinamarca, à nossa dimensão geo-demográfica, são dois dos países europeus onde o respeito pelo ambiente é mais rigoroso e, nem por isso, deixam de estar no topo da riqueza.

Uma política de ambiente é hoje uma estratégia de prevenção, não se confina a um programa de emergência. Acudir a calamidades tem constituído o conteúdo essencial da acção do Estado. Programar um desenvolvimento calamitoso e colmatar as consequências com a panaceia de uma indústria, que está a crescer como outro «lobby» e vive da poluição porque o seu comércio se faz precisamente dos equipamentos anti-polluição, vira o problema às avessas.

O fundamento mestre de uma correcta política do ambiente assenta num planeado ordenamento do território. Se o sr. Primeiro Ministro não promove esse equilibrado ordenamento não terá uma política do ambiente.



Adelino Cardoso



Quarteira, nem Quarteira, é Vila Nova de Mil Fontes. O chavascal se e já se estende a outros lugares do litoral alentejano

CONCESSIONÁRIOS

A.M.A.

Auto Monumental do Alentejo

S.A.



AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

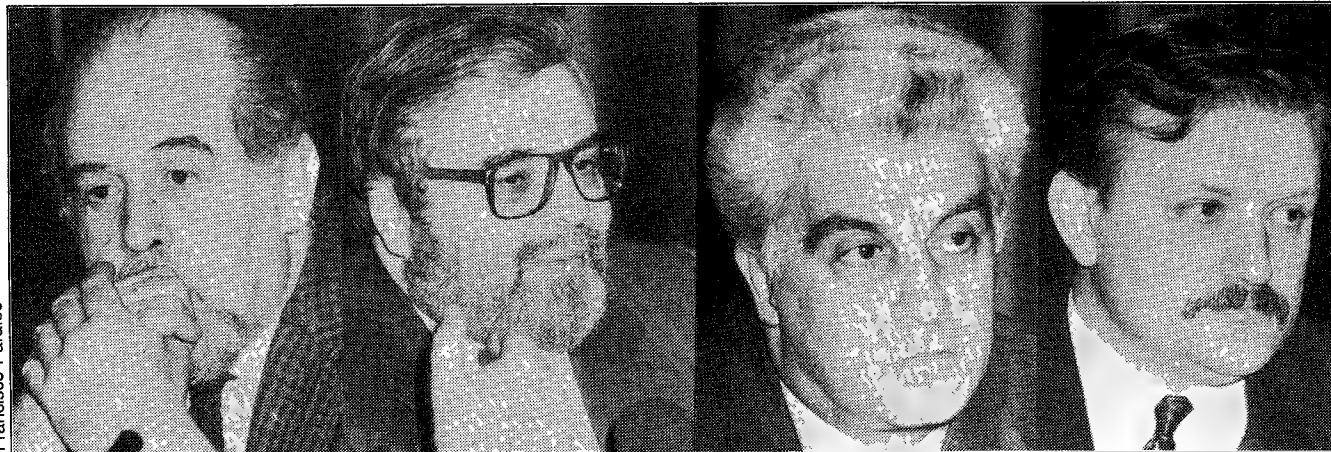
CULTURA

Os anos 60 vistos pelos anos 90, ontem, na Gulbenkian

O nove é um seis invertido?

Já se sabia que o memorialismo político tende a ser comemorativo. Em todas as anteriores sessões do ciclo «Anos 60: Os Factores de Mudança», que versaram sobretudo questões políticas, foi inevitável, por nostalgia ou deferência histórica (o que vem dar no mesmo), que a revisitação de um passado recente tão seminal para as coisas deste presente acabasse por não permitir qualquer inflexão para a realidade que nos envolve. Ontem assim não aconteceu, em mais um colóquio realizado ao fim da tarde na Fundação Gulbenkian. O facto de terem estado em causa a crítica sobre arte, os cineclubes e o cinema novo português, e não temas como a dissidência da revista «Análise Social» para com o corporativismo ou o exílio do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, assim o permitiu.

Deu-se então que nesta iniciativa do Centro Nacional de Cultura em associação com a Sedes, representados ontem, respectivamente, por Helena Vaz da Silva e um Guilherme de Oliveira Martins de braço ao peito e uma boa camada de gesso, um dos intervenientes, Eduardo



Da esquerda para a direita: Bénard da Costa, Eduardo Prado Coelho, Rui Mário Gonçalves e Lauro António

Prado Coelho, fizesse a ponte entre os anos 60 que eram o motivo do debate e, não os anos 80 que alguns colonistas, curiosamente, ainda continuam a glosar como «a década», mas já, e com o seu habitual espírito de actualidade, os 90 que apenas há três meses tiveram início. Dissera Prado Coelho, em improviso, que os tais anos de «todas as mudanças» foram um tempo de formulação teórica. Ou, mais do que isso, de autêntica obsessão pela teoria, beneficiando da crise instalada na filosofia e de com essa crise coincidir a emergência das ciências humanas (que hoje já se dizem

«desumanas»). «Chegou-se não a um teorismo, mas a um terrorismo da teoria, com os maoístas por exemplo», lembrou o expositor muito a propósito.

O fim da semiótica

Vinte anos depois, disse então, assistimos ao «fim da semiótica» e da tentação de sobre tudo falar, voltando cada disciplina à sua própria especificidade.

Tal processo de «re-entramento», como o classificou Eduardo Prado Coelho, permitiu a revitalização da filosofia, com a redescoberta de Kant. Mas se a Teoria sessentista desinchou, espe-

cializando-se, o participante no colóquio não acha que tenha desaparecido. «Nos anos 90 a teoria sofreu uma deslocação de ordem geográfica, passou da França para os Estados Unidos, o que se nota nas actividades recentes dos departamentos de Literatura Comparada nas Universidades ou nas políticas editoriais americanas», opinou Prado Coelho.

Eveio a calhar, num tempo de perigosos receios anti-alemães, dizer-se também que a Alemanha, essa, nunca desistiu de produzir teoria, desde os anos de Marcuse até a estes de Habermas, que afinal fora seu companheiro

na chamada Escola de Frankfurt. E produziram-na os alemães, ainda segundo Eduardo Prado Coelho, «com a vivacidade dos tractores». Mas pronto, muito nos diferencia dos «anos de metopia» em que era razoável tratarem os romances do absurdo narrativo ou o cinema versar sobre a impossibilidade de se fazerem filmes, com um Sartre, na sua «Crítica da Razão Dialéctica», afirmando preto no branco que «o marxismo é o horizonte inultrapassável do nosso tempo». É o que se vê.

Mas se Eduardo Prado Coelho acha, como ontem repetiu, que os anos 60 são os

anos de avanço para o Maio de 68, «quando se deu o paroxismo destruidor», Rui Mário Gonçalves contrapôs na sessão que o «nosso» Maio de 68 foi antes, foi em 62, despoletado pelo Dia do Estudante. E nem por recuar no tempo deixou o conhecido crítico de arte de assentar base, também, na década de 90 portuguesa. Cáustico, Rui Mário Gonçalves considerou que «ser de vanguarda hoje é estar no mercado», de tal modo que o crítico de artes plásticas funciona como uma espécie de «publicitário de segunda». «Em vez de falarmos de cultura, falamos de mercearias», sustentou.

A crítica de pantufas e o cinema com sorte

Na sua opinião, a crítica calçou pantufas e não vai saber o que há de mais válido. A censura coube à Comunicação Social e em particular à Televisão: simplesmente, afirmou, «não há crítica de artes plásticas séria». O desconforto que hoje sente não é, pois, muito diferente daquele que viveu no começo da sua actividade, se tivermos em conta «a incapacidade crítica de então». Na sua «solidão teórica», uma coisa fundamental aprendeu



Uma cena do primeiro filme do «novo cinema português»: «Verdes Anos», de Paulo Rocha

O outro cinema português

Os anos 60 são anos de crise, de desagregação social e política, de grandes contestações. É um lugar comum dizê-lo, mas também é verdade que a produção artística, concretamente o cinema, vive muito todo este ambiente político-social, reflectindo a visão que do Mundo tem toda uma geração. E talvez que em Portugal, a situação política vigente explique as formas e as ideias do «Cinema Novo», ou, como lhe chamou Alves Costa, o «outro cinema».

Esta violenta crise da sociedade saída da II Guerra Mundial não foi só europeia, ou do bloco ocidental.

O mundo socialista viveu também os seus momentos bem difíceis: a «Primavera de Praga» em 1968 e pelo fim da década as movimentações operárias em Varsóvia, são bem exemplos dessas dificuldades.

O Ocidente vê aparecer uma cultura juvenil, marcada pela contestação aos valores estabelecidos e uma indústria fotográfica que se apoia num marketing destinado a promover os vários ídolos da canção pop e rock. Esta geração afirma-se contra o consumismo da sociedade capitalista e começa por aprender a consumir, consumir, consumir. Toda a contestação juvenil explode na revolta do «Maio de 68» que transforma o Quartier Latin num verdadeiro campo de batalha.

A década de 60 vê as colónias europeias a ascenderem à independência, dando forma ao princípio da autodeterminação dos povos. Portugal foi o único país europeu que se recusou terminantemente a conceder a independência às suas colónias - se o tivesse feito na altura própria, talvez a descolonização portu-

guesa não chegasse a ter aspectos tão dramáticos.

Para os Estados Unidos, esta foi a década da derrota. A guerra do Vietname traumatizou de tal forma a sociedade americana que só agora, cerca de dez anos depois do fim do conflito, é que os americanos parecem estar a libertar-se do sentimento de culpa e a aceitar aquela guerra como parte da sua história. Em 1968 crescia o movimento de contestação ao envolvimento dos EUA no Sudoeste Asiático, à mistura com a luta pelos «direitos civis» dos negros, que viram um dos seus mais carismáticos líderes, Martin Luther King, ser assassinado nesse mesmo ano.

A crise do cinema

Falar de cinema é falar de cinema americano.

Os Estados Unidos não são o país que mais filmes produz durante o ano, mas os american movies são os mais conhecidos e vistos: basta passar os olhos por um cartaz dos filmes em exibição em Lisboa para se notar a verdadeira «colonização» cultural americana. Os modelos do cinema clássico começam a desagregar-se, os heróis de tipo John Wayne já não são aceites pelos espectadores: procuram-se antes pessoas comuns, com as preocupações dos mortais e um toque de revolta. A Televisão aparece, e a crise do cinema é ainda maior: as pessoas começam a ficar em casa, fazendo do receptor de TV a tradicional lareira.

Na Europa começam a esboçar-se pelo princípio da década movimentos de renovação das cinematografias nacionais. Os críticos descobrem os valores dos cineastas clássicos americanos, a

estudar a história do cinema, a redescobrir a riqueza do «mudo». Quando passam à realização dos filmes (suprema ambição dos críticos dos Cahiers, por exemplo) eles transportam para a sua obra todo o fruto do seu anterior labor nas páginas das revistas e jornais. E como são jovens estes realizadores, as várias nouvelles vagues integram-se no vasto movimento de contestação da década.

O caso português

Falar de cinema português é logo sinónimo de Manoel de Oliveira, ou das comédias dos anos trinta e quarenta. O primeiro retira-se depois de Aniki-Bobó e só voltará a filmar no fim da década de 50, continuando a sua obra até agora, para gáudio dos seus amantes e desespero de quem o não suporta ou não o compreende. Durante os anos 50 o cinema nacional vive uma profunda crise, pois as comédias já não são as mesmas dos anos anteriores. Mas também o regime político vivia tempos difíceis. A oposição começava a poder mostrar-se, ganhando cada vez mais capacidade de mobilização e chegando mesmo a ameaçar o regime em 1958 com as eleições presidenciais a que concorreu Humberto Delgado.

A década seguinte foi de resistência: resistência do salazarismo face à comunidade internacional e à oposição interna e desta em relação ao establishment político e social de então. É o tempo da guerra colonial, das crises académicas, da ala liberal e da Primavera marcelista.

A Televisão aparece em Portugal em 1955, o «ano zero» do cinema português, pois que não se produziu nenhuma



A mesa dos trabalhos: caras dos anos 90 que também foram caras dos anos 60. À excepção, é óbvio, de Guilherme de Oliveira Martins, que era então um adolescente, sem cara

Rui Mário Gonçalves há vinte anos: «A capacidade de auto-reflexão dos próprios artistas.» Ontem, uma constatação confessou à assistência da Gulbenkian, «a de que só a pintura fala bem da pintura», e sentenciou que o mais grave da cultura portuguesa, agora como nesse tempo, foi nunca se ter vislumbrado «a luz da arte sobre a realidade».

Também Bénard da Costa não deixou de se situar entre presente e passado: «O cinema português não é singularmente bafejado pela sorte, mas já teve algumas sortes históricas.» Por exemplo, o facto de António Ferro, responsável pela propaganda do regime salazarista, não ter conseguido aplicar integralmente o seu programa para o cinema, que o teria

«sufocado» em seriedade; isso independentemente de algumas ideias suas «não completamente reprováveis», como acrescentou. Depois a sorte de não chegar a dominar no cinema português o modelo neo-realista, benefício raro derivado do atraso com que essa estética chegou ao nosso país. A saudável sequência veio com uma «diversidade ideológica», uma «heterodoxia» e uma «abertura» que levaram a que «algo mudasse, mesmo que não se quisesse».

Mas dos azares, sobretudo, reza a história. Após a ruptura definitiva com o cinema «oficial» do fascismo, feita em 63 graças a «Verdes Anos» de Paulo Rocha, «pensou-se que quem votara em Hum-

berto Delgado iria inevitavelmente ver o filme». Não aconteceu assim, é óbvio: o «novo cinema português» foi recebido com indiferença e apatia, para além de que, continuou Bénard da Costa, não lhe correspondeu nenhum movimento crítico e teórico, «salvo excepções». Se os filmes eram incomparavelmente melhores do que os dos anos 50, «o divórcio com o público era exactamente o mesmo».

Um cinema que representava «o lado claustrofóbico da sociedade portuguesa, com a impossibilidade de se afirmarem heróis positivos» teria que ser considerado «intelectual». Assim mandava a inércia pensante mantida na população.

O que não impediu que

dos finais da década de 50 até a meio da de 60 o cineclubismo fosse um sucesso, «com um clima de politização intenso», segundo Lauro António, o último dos comunicantes. Cerca de quatro dezenas de cineclubes, com milhares de sócios nas grandes cidades (o do Porto teve três mil em dada altura) e, mais surpreendentemente, algumas centenas nas vilas do interior, deram forma a uma realidade com frutos inesperados. «O cineclubismo influenciou várias gerações de cineastas e cinéfilos, inclusivamente a que se manifestou nos anos 80», disse o crítico de cinema do «DL». O nove é um seis invertido.

Rui Eduardo Paes

dos anos 60

longa-metragem nesse ano. Nem as tentativas neo-realistas de Manuel Guimarães, ou a utilização das vedetas da canção ou as temáticas religiosas conseguiam salvar o nosso cinema do buraco onde caía. Era preciso que uma nova geração viesse trazer uma forma diferente de fazer e de entender o cinema e os filmes, tal como ia acontecendo pela Europa.

Desta forma e durante a parte final da década de 50 foram vários os cinéfilos que rumaram ao estrangeiro, a Paris e a Londres, para ali se formarem como realizadores. Os que podiam iam à sua própria custa, outros levavam uma bolsa da Fundação Gulbenkian e ainda outros do Secretariado Nacional da Informação, dirigido então por Moreira Baptista. No País crescia o movimento dos cineclubes, associações que tentaram ensinar aos

espectadores mais interessados outras formas de ver e entender o cinema.

Este movimento tinha por finalidade «orientar o gosto do público» e «ensinar a ver cinema», ao mesmo tempo que recusavam «o nacional-patetismo dos filmes nacionais». É uma exigência estética que quer qualquer coisa de diferente, e que toma como mestre Manoel de Oliveira, a quem o Cineclube do Porto dedica um ciclo de homenagem em 1954 e que voltaria a filmar quatro anos mais tarde. E foi do movimento dos cineclubes que veio o primeiro dos filmes que se reclamaram do «cinema novo»: *Dom Roberto* que Ernesto de Sousa filmou em 1962.

A crítica cinematográfica tem também papel importante na reivindicação de uma nova forma de fazer cinema, ao mesmo tempo que hostilizava cada vez

mais os cineastas da geração anterior. O mais curioso é notar que estas críticas surgem em revistas e páginas especializadas dirigidas por personalidades muito próximas do regime: Baptista Rosa na *Imagem* e Augusto Fraga na página «Êxito» do *Diário de Lisboa*. Mas a crítica não era unânime nas suas opções, tal como essa unanimidade não existia nos filmes do «Cinema Novo». De um lado estavam os defensores do realismo crítico (nas páginas da *Seara Nova* e das *Vértices*); do outro os paladinos de um idealismo muito à maneira dos *Cahiers du Cinema* no *O Tempo e o Modo* e, posteriormente, no *Jornal de Letras e Artes*.

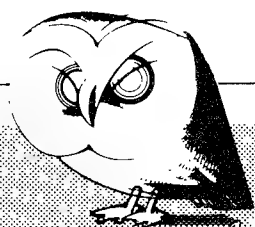
Este o caldo de cultura onde se formaram os realizadores do «Cinema Novo» cujas componentes são o movimento cineclubista, as disputas estéticas e críticas entre os cinéfilos, as bolsas de estudo no estrangeiro, a experiência da publicidade para a Televisão e os vários cursos ministrados pela Mocidade Portuguesa. Foram estes os factores que formaram a geração a que pertencem Paulo Rocha ou Fernando Lopes, António da Cunha Telles ou Alberto Seixas Santos, entre muitos outros valores.

Cunha Telles protagonizou uma tentativa de produção independente e os cineastas, depois da falência do projecto das Produções Cunha Telles, tiveram de se voltar para a Fundação Gulbenkian e, mais tarde, para o Estado. Se não fosse por mais nada, o movimento do «Cinema Novo» valeria por ter feito sobreviver o cinema português e assim permitir que ele, na década de 90, continue a existir.

José Capas e Sousa



José Sousa Monteiro



olhar de mocho

Subscritores da asneira

O Telejornal abriu, ontem, solenemente, afirmando que na RDA a coligação de direita não poderá «governar» (sic) sem se aliar aos sociais-democratas. Não se trata apenas de uma asneira gorda, grossa, indesculpável, indicadora de atraso mental. Governar é uma coisa, alterar a Constituição da RDA, outra muito diferente. Para governar, o partido vencedor precisa apenas de se coligar com um partido qualquer que tenha obtido no sufrágio dois por cento dos votos - em qualquer país democrático, para governar requer-se maioria simples. Alterar uma constituição é que requer dois terços dos votos dos deputados, e aí, sim, os cristãos da Alemanha de Leste precisam de se aliar com os homens do SPD-Leste. Tudo isto se aprende numa escola secundária da RDA em que os alunos não reivindicam o privilégio de dirigir o noticiário televisivo da nação. Pois é, os chefes ideológicos da nossa RTP parecem apostados em nos fornecerem asneiras. É difícil aceitar desculpas de lapsus linguae, ou de gralha nos papéis: a exegese mais benigna apontará o propósito de intoxicar a opinião pública seguindo este raciocínio. A direita ganhou as eleições, mas como não obteve a maioria, precisa de se aliar aos sociais-democratas. Ora estes recusam o jogo. Consequentemente, o país ficará ingovernável e em estado caótico por causa dos maus socialistas que não querem juntar-se aos democratas-cristãos. No campo da ideologia, a receita para vender a banha de cobra está perfeita, só que a asneira não poderá gerar em Portugal e na RTP que o País tem, cidadãos cultos e responsáveis. Eu caí na esparrela e paguei a taxa - certos vícios democráticos dos períodos vividos no estrangeiro e onde se aprende que cumprir deveres cívicos significa contribuir para o progresso colectivo. Mas agora vejo-me na angustiante situação de estar, por ter pago a taxa da TV, metido contra minha expressa vontade, num clube da asneira: sou subscritor da asneira sem o ter desejado. Não haverá forma jurídica de obrigar a RTP a devolver a taxa, ou pelo menos parte dela, sempre que estiver, objectiva e factualmente, a asneirar? Concordo inteiramente - desde que se respeite o pluralismo - que no *Jornal das 9* apareça um senhor germânico a propagandear teorias neonazis (quem será ele? Algum espião desempregado dado que o Muro caiu?), mas é erro que no mesmo dia também não tenha sido dada a oportunidade a um alemão da RDA de expor os seus pontos de vista (poderia ser, também, se a minha suspeita não erra, quanto à profissão do convidado, um espião dos serviços secretos, visto que também eles, os do Leste, entram agora nas merecidas férias de desemprego). Por quanto tempo mais é que tere-mos de ir «cantando e rindo» metidos à força no clube dos subscritores da asneira real e da asneira política da intoxicação ideológica?

Cronologia do cinema novo

1962: *Dom Roberto*, de Ernesto de Sousa. *Acto da Primavera* de Manoel de Oliveira.

1963: *A Caça*, de Manoel de Oliveira, *Pássaros de Asas Cortadas*, de Artur Ramos. *Verdes Anos*, de Paulo Rocha.

1964: *Belarmino*, de Fernando Lopes. *Catembe*, de Faria de Almeida

1965: *Domindo à Tarde*, de António de Macedo. *As Ilhas Encantadas*, de Carlos Vilardebó.

1966: *Mudar de Vida*, de Paulo Rocha.

1969: *Sofia de Mello Breyner Andersen*, de João César Monteiro (curta-metragem).

1970: *O Cerco*, de António da Cunha Telles. *Pedro Só*, de Alfredo Tropa. *Quem Espera por Sapatos de Defunto*, *Morre Descalço*, de João César Monteiro.

1971: *Uma Abelha na Chuva*, de Fernando Lopes. *O Passado e o Presente*, de Manoel de Oliveira. *O Recado*, de José Fonseca e Costa. *Vilarinho das Furnas*, de António Campos.

1972: *Índia*, de António Faria. *Nacionalidade: Português*, filme colectivo. *O Mal-Amado*, de Fernando Matos Silva. *Perdido por Cem*, de António-Pedro Vasconcelos, *A Promessa*, de António de Macedo. *Deixem-me ao Menos Subir às Palmeiras*, de Lopes Barbosa.

1974: *Brandos Costumes*, de Alberto Seixas Santos. *Meus Amigos* de António da Cunha Telles, *Jaime* de António Reis (média-metragem).

A poesia neo-realista, ontem, em debate na Assírio & Alvim

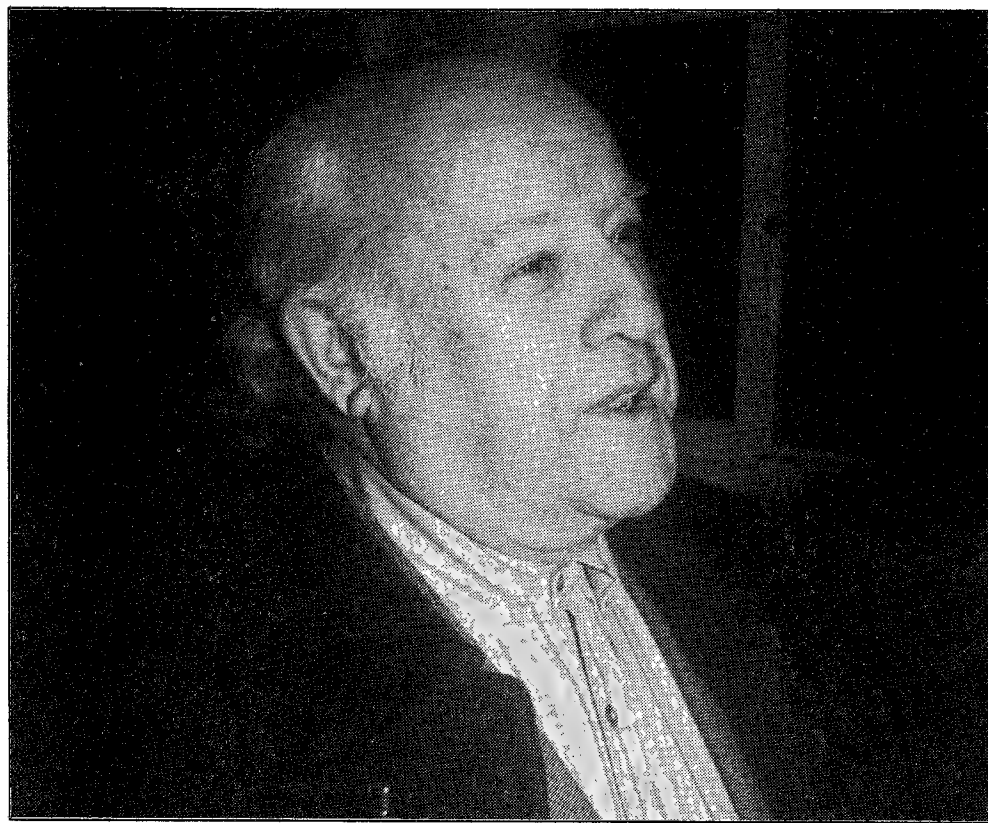
O adeus às armas

Já longe vão os tempos em que o «Zé Povinho» foi promovido a «Zé dos Bigodes». Isto, quando a alvorada de Abril se anunciava distante. Previa-se, então, a primavera, em que o «Zé», qual Joseph Stalin libertador, teria também o seu despertar. A dificuldade da literatura estava em encontrar a voz, adaptá-la às realidades de um lírico país tão falho de sangue, mudar a palavra à história, aprender depressa a derrubar os enleios poéticos da «ganga retórica» em prol da ganga do povo, sorver a brutalidade das revoluções dos outros em terra de brandos costumes. Ainda mais brandos, depois da perenidade de uma ditadura que arrastou a aurora do «até amanhã» aos limites da esperança impossível. O amanhã nunca mais era amanhã.

A acção foi cara aos pequenos burgueses. Os «engenheiros das almas», escritores, não podiam, dramaticamente, ser apenas escritores mas seres investidos, pela voz dos outros, para uma missão única e militante. Contudo, não se pode reduzir os «50 Anos de Neo-Realismo», ontem debatidos na sessão da «Marcia», na Assírio & Alvim, pelos professores Alfredo Margarido e Vítor Viçoso, apenas à caricatura. Como na quadra, evocada por Alfredo Margarido: «A luta sem fim nos olhos do povo não é de cetim nem sabe a ovo».

Mas, muitas outras quadras, isentas de retóricas ou primarismos, afirmavam metáforas libertadoras: «se a vida é curta e a morte infinita despertemos e vamos eia! vamos fazer qualquer coisa de louco e heróico como era a Tuna do Zé Jacinto tocando a marcha Almadanim!». Muitas dessas lutas, madrugadas e vitórias trazem em si um sabor forte a ingenuidade, na demanda impossível da arte honesta. Como se fosse possível dizer a verdade e só a verdade! Como se fosse necessário viver a fome para escrevê-la!

No debate de ontem, houve de tudo um pouco. A poética excelente da escolha de Gastão Cruz, que pôs Lia Gama a dizer Políbio dos Santos Gomes, João José Cochofel, Mário Dionísio, Manuel da Fonseca, Álvaro Feijó, Carlos de Oliveira e José Gomes



Manuel da Fonseca, na opinião de Alfredo Margarido, o poeta neo-realista mais conseguido

Ferreira; a visão historicista de Vítor Viçoso; a oposição amargurada de Alfredo Margarido; e a heroicidade do canto do «Coro da Academia dos Amadores de Música», que nos trouxe Lopes-Graça aliado à poesia neo-realista.

Mas existirá verdadeiramente uma poesia neo-realista? Depois da «Presença», de intenções já histórico-sociais, tudo se agudizou um pouco. Em 1934, o Congresso dos Escritores Soviéticos oficializara o realismo socialista, instituíra como paradigma o herói positivo, na figura do povo-sujeito, e arastara a estética para os terrenos nacionalizantes. «Tratava-se de transformar o mundo ao invés de o interpretar, foi a transição da era da originalidade para a era da responsabilidade», explicou Vítor Viçoso.

Será de não esquecer essa oposição explícita ao modernismo, essa atitude anti-Pessoa, que, curiosamente, se assumiu por entre os grupos neo-realistas. Atitude dilacerante, diga-se. Na poesia, os escritores neo-realistas, agrupados no «Novo Cançãoeiro», iniciado em 1941, lutavam contra a inadequação entre as teorias inventadas pelos universitários e a palavra

poética da criação. Na poesia, era bem mais difícil fazer o relato, a reportagem da denúncia social.

Para Alfredo Margarido a tensão media-se em três frentes. Era «a invenção constante das condições de dominação, a visão dicotómica de um mundo de bons e maus, e ainda a visão profético-messiânica da alvorada libertadora». E o professor «denunciou» a ausência de combate dos intelectuais, na Guerra Civil de Espanha, na II Grande Guerra, na ditadura, contrastante com o empenhamento activo da luta, noutros escritores, de outros países. «Acto falhado», disse, que «depois, mais tristemente, dedicaria poemas a Guernica, a Llorca, a Picasso».

Porém, a luta mais dramaticamente combatida fora a do «Eu». A voz intimista dos poetas tinha agora de se revelar na «voz que escuta», na voz e vitória do outro, na voz dos oprimidos. Diria, então, Mário Dionísio, «Minha mocidade fresca quero sacrificar-te, meu universo isolado quero dizer-te adeus sempre». E foram as «tentativas frustradas», apenas logradas em Manuel da Fonseca, na opinião de Alfredo Margarido, dos desvios idiolectais, procurando

aproximar a poesia aos camponeses. «O homem nocturno e dionisíaco pretendia-se agora apolíneo, nas suas metáforas solares dos dias claros», justificava Vítor Viçoso.

O melhor da poesia neo-realista afastou-se, de algum modo, dos «catecismos». Trouxe-nos também a depuração poética do imaginário real. Subjectivo sempre. No entanto, uma estética que Mário Dionísio definiu como «esperança do século», como «arsenal de esperanças», tinha, na opinião de Alfredo Margarido, algo que não será exactamente merencório mas que também não era exaltante. Como sugeriu Eugénio Lisboa, num ensaio sobre o tema, a poesia definia-se mais por um certo desânimo, uma melancolia cinzenta, um desconsolo, de preferência ao cântico viril e vingativo.

O amanhã era esperança que nunca mais era amanhã nos livros do neo-realismo. Hoje, a sua urgência está esquecida. «Esses livros, que leio nocturna e diurnamente», rematou Alfredo Margarido, «trazem-me um travo de amargura, por vezes, insuportável».

Manuela Baptista

II Festival Internacional da Costa do Estoril inaugurado ontem Cinema com mar ao fundo

O II Festival Internacional da Costa do Estoril podia ser mais uma mostra de cinema com mar ao fundo. É, no entanto, mais do que isso. Se outros certames da nossa costa atlântica, como o da Figueira ou o de Tróia já conquistaram lugar de relevo, o Festival da Costa do Estoril vale sobretudo pela sua especialização num cinema particularmente consagrado à juventude e à defesa do ambiente.

Foi o que ontem ao princípio da noite se defendeu no Casino do Estoril, quando da inauguração oficial do certame. Entre os progenitores desta filosofia conta-se obviamente João Soares Tavares, director do Festival, para quem estamos diante dum «trabalho voltado prioritariamente para um público infanto-juvenil nos aspectos educativo e social». Não é o único, todavia. Luís de Pina, director da Cinemateca, pôs os seus conhecimentos ao serviço da iniciativa e aceitou integrar o júri oficial, completado por Walter Lima Júnior, António Torrado, Tamara Cretulescu e Ernest Anserge. Fez mais do que isso: declarou ao «DL» que «este é um Festival com um campo de acção específico, não se trata de mais uma competição parecida com Tróia ou com a Figueira, onde se mostra o cinema pelo cinema». Tais características, como o próprio Luís de Pina reconheceu, dificultam as possibilidades de selecção de filmes a exhibir. A sua maior virtude, a sua verdadeira razão de ser desloca-se, assim, para a inequívoca diversidade que o programa desde já promete aos frequentadores das três salas em que o Festival decorrerá (Casino, Pavilhão de Congressos do Estoril e Atlântida Cine).

As preocupações ambientais ocupam, no entanto, toda a secção B da selecção oficial. A maioria das dezasseis estreias já agendadas apresentam motivações afins e o grande homenageado de língua portuguesa desta edição do Festival é o brasileiro Walter Lima Júnior, realizador de vários documentários e obras de ficção em que se pugna pela integridade da paisagem. Tudo isto numa área de Portugal em que a concessão de distintivos de qualidade às praias está sujeita a interesses que pouco ou nada têm a ver com o seu verdadeiro estado.

O cinema de intervenção ecológica não é o único trunfo deste Festival. Até ao próximo dia 24, os mais jovens terão ocasião de apreciar, amanhã após manhã, um vasto leque de películas que lhes são especialmente destinadas. Entre estas conta-se, não vale a pena escondê-lo, uma das mais sérias candidatas à «gaivota de ouro»: «Danny, O Campeão do Mundo», filme realizado por Gavin Miller e estrelado pelo pequeno Samuel Irons, ao lado do pai, que é, está-se mesmo a ver pelo apelido, Jeremy Irons, o melhor actor britânico desde Sir Laurence Olivier. À parte estas considerações subjectivas, sabe-se que o Festival Internacional de Cinema da Costa do Estoril vive muito à custa dos patrocínios locais.

A Secretaria de Estado da Cultura recusou qualquer apoio, mas Luís de Pina pensa que é aliciente erguer uma realização destas sem tutelas estatais. «As pessoas aqui residentes participam activamente nestas circunstâncias. Não seria assim se o dinheiro viesse todo de Lisboa» - declarou ao «DL».

A organização, a cargo da Associação Cultural Festoril, da Câmara Municipal de Cascais e do Núcleo de Audiovisuais da Escola António Pereira Coutinho, depende da Junta de Turismo e de várias entidades hoteleiras. Estas dependências contêm em si uma ameaça potencial: a de transformar o Festival em mais uma iniciativa de promoção turística da costa do Estoril. Se a ameaça se concretizasse seria uma pena: um certame promissor transformar-se-ia num festivalzinho de cinema com mar ao fundo...

Maria João Martins

Rolling Stones em Lisboa

Só depois de amanhã se sabe

Dada como certa pela Imprensa portuguesa, a actuação dos Rolling Stones no dia 10 de Junho, em Lisboa, parece seriamente comprometida. Na opinião do cancelamento estarão as notícias «caluniosas» que foram publicadas sobre o assunto, segundo revelou ao «Expresso» o advogado Pedro Oom, representante dos responsáveis pela anunciada vinda da banda a Portugal. Oom desmentiu também a existência de qualquer con-

trato.

As relações públicas do Estádio José Alvalade, para onde se anunciava o concerto, não confirmam nem desmentem a vinda do mítico agrupamento. Pelo seu lado, a CBS Portugal adiantou ao «DL» que, até à data, ainda não recebera informações da CBS UK no sentido de apoiar o concerto, para a data prevista.

O que se sabe, segundo a Lusa é a

France-Presse, é que os Rolling Stones iniciam no Verão uma tournée pela Grã-Bretanha, a primeira do grupo em oito anos.

Segundo a mesma fonte, só quinze minutos depois da conferência de Imprensa que Mick Jagger dará na próxima quinta-feira, às 11 da manhã, na igreja londrina de Notting-Hill Gate, serão revelados os locais e datas da digressão europeia.

«O que há de novo, gatinha?»

Capucine suicidou-se

A actriz francesa Capucine, que contracenou com Peter Sellers em «A Pantera Cor de Rosa», suicidou-se em Lousana, Suíça, lançando-se da janela do seu apartamento, num oitavo andar.

Capucine (Germaine Lefebvre) contava 67 anos e vivia com três gatos. («O que há de novo, gatinha?», foi um dos seus filmes de maior noemada). Segundo pessoa amiga, a actriz, que se suicidou sábado, sofria de depressão.

Nascida em Toulon, iniciou a carreira cinematográfica nos Estados Unidos, tendo-se retirado há vinte anos para Lausana.

Falar de Cinema

Por lapso, a crítica de cinema ontem publicada no «DL» saiu sem assinatura. As nossas desculpas a Lauro António e aos leitores.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Crítica de teatro

Auto autuado

FARSA CHAMADA AUTO DA ÍNDIA, de Gil Vicente, Encenação/Coreografia: Águeda Sena. Cenografia/Figurinos: João Quintão. Música: Nuno Rebelo. Assistente de Encenação: Graça Corrêa. Assistente de Coreografia: João Senna. Interpretação: Hermínia Tojal, Ângela Pinto, Júlio Martin, Ourval Lucena e Luís Vicente (actores). António Fontinha, Cristina Benedita, Marta Lapa, Sofia Lopes, Samuel Esteves, Ana Bergano, Filipa Francisco, Célia Cardoso. (actores-bailarinos). Teatro de Todos os Tempos (Companhia Vicentina). Estreia: Teatro da Trindade (7-03-1990/8-03-1990).

Mesmo sem estatísticas à mão, não é arriscado afirmar que Gil Vicente tem sido, nos últimos anos, o autor português mais representado, e que, dele, o «Auto da Índia» a peça mais utilizada. Digo utilizada em vez de representada porque têm sido numerosas vezes objecto, ou mero pretexto, para reescritas cénicas que, em certos casos, mais parecem serviços do que outra coisa.

Compreende-se o interesse especial por esta peça já que podemos considerá-la paradigma de um certo teatro que a partir de uma estrutura farsca propõe um jogo informativo extremamente rico sobre aquele que é o mais contraditório do nosso imaginário histórico: o dos descobrimentos que é, ao mesmo tempo, o das conquistas. Essa relação descobrimento/conquista traça, afinal, o percurso da nossa gesta.

Das peças do nosso primeiro grande criador teatral posso dizer que vi X espectáculos e a leitura sublime de Rogério de Carvalho e José Manuel Castanheira com o TEUC, aliás, podia definir desse modo a minha relação com esse texto de Gil Vicente até à noite infeliz em que vi o espectáculo em cena na Trindade. Agora será mais correcto escrever que do «Auto da Índia» vi X espectáculos, o espectáculo do TEUC, e este terceiro espectáculo da responsabilidade de Águeda Sena e da Companhia Vicentina (!). Com isto quero dizer que vi espectáculos mais ou menos

interessantes com a referida peça de Gil Vicente, que vi um espectáculo original e de uma criatividade excepcional, é que vi um último espectáculo que melhora fora nunca ter visto, o do Trindade.

Estou pronto a admitir que um texto, mesmo ou principalmente um texto marcado por uma forte história cénica, seja totalmente subvertido. Quando se trata, como neste caso, de estabelecer uma leitura dual através de linguagens que, embora próximas, se definem por parâmetros diversificados (o teatro e a dança) essas alterações não podiam deixar de ser inevitáveis e podiam ser também aceitáveis. O trabalho de Águeda Sena propõe uma interpretação do texto através de uma coreografia, através da representação teatral do texto, em cenas isoladas, e através da interpenetração dessas duas linguagens, numa terceira zona de leitura. Além disso, propõe uma breve colagem em que é imediatamente reconhecível o poema de Fernando Pessoa, da «Mensagem», «O Mostrengo». Estas, além de outras, como veremos, as propostas de carácter dramático e estético que o espectáculo apresenta. Além disso, trata-se da subversão do texto através da mutação social das suas personagens e, portanto, das críticas que elas exprimem no original, e que tem a ver com os caracteres e com a situação social em que vivem. Nesta versão, estas surgem numa situação de bem-estar e até de riqueza, que se traduz

no cenário o qual, utilizando embora materiais modernos, sinaliza um determinado posicionamento social, na maneira como a criada enche um saco de rede no mercado, e nas lembranças que o marido traz da Índia, entre elas um sumptuoso vestido que não tem nada a ver com a situação das personagens.

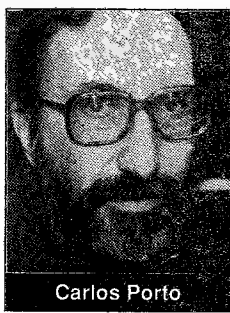
Esta mutação económico-social não é casual, claro, tem a ver com uma crítica que o espectáculo pretende veicular com alguma ingenuidade, explicitando o que nela está implícito mas de forma muito menos produtiva: as personagens surgem mais como expressões de exploração colonialista (cena com as jóias) do que como vítimas, elas também, dessa exploração, como tem acontecido com várias leituras desta peça. Mas o espectáculo vai mais longe nessa tentativa de justificar ou confrontar situações. É o que acontece com a cena em que vemos o marido na Índia, cena que não pertence à peça, claro, a fumar ópio e a regalar-se com as odaliscas locais, tentativa desnecessária e incorrecta de justificar o comportamento da mulher em Portugal: se a mulher trai o marido, o marido traía a mulher, como se não houvesse um determinado contexto histórico, social e cultural a respeitar, como se o espectador não fosse suficientemente inteligente e experiente para saber desses jogos.

Repito que nada tenho contra as liberdades tomadas pelo dramaturgo ou/encenador em relação a um texto, mesmo que se trate de libertinagem, como neste caso; simplesmente, parece-me que esse trabalho de destruição/reconstrução de um texto só é admissível se for um exercício de inteligência, de bondade estética, de rigor. Veja-se como a presença do poema de Pessoa parece em contradição com o questionamento que

esta leitura do Auto propõe, de tal maneira que dir-se-ia não passar de uma piscadela de olho à Comissão dos Descobrimentos... Veja-se, sobretudo, como a introdução de outra cena, de um mau-gosto quase degradante, transformou o espectáculo em qualquer coisa que não é bonito ver. Refiro-me, em termos gerais, ao erro que consistiu em confiar a Hermínia Tojal o papel de missa negra de um erotismo de pacotilha, qualquer coisa de inimaginável, de que a actriz é ao mesmo tempo vítima e cúmplice, e que aliás surge ao longo de todo o espectáculo.

Se na sua parte dançada este «Auto da Índia», como a música de Nuno Rebelo, é uma mistura de registos de que os dançarinos se desvencilham como podem e sabem (isto é, mal), a parte representada não é melhor: num cenário que mistura alusões óbvias às caravelas com elementos abstractos em material transparente, os actores não conseguem apoderar-se das personagens vicentinas e muito menos exprimi-las. A não ser Ângela Pinto que tem, na Criada, um trabalho que se aproxima criativamente do modelo original, acompanhado, nalguns momentos, por Júlio Martin, cuja composição do Castelhana, no entanto, não respeita com suficiente energia cómica, a zona farsca que marca a personagem.

Escrevi aqui recentemente que em teatro o falhanço é não só previsível como compreensível. Deixa, porém, de o ser quando resulta de indigência espiritual (aqui não se trata de um problema de apoio, pelo contrário), de imodéstia, de pretensiosismo, de mau-gosto. Coisas a que estes artistas, e em especial Águeda Sena, não nos tinham habituado. E que não podemos deixar de recusar.



Carlos Porto



Os ciganos são comerciantes, por excelência. A comprová-lo: a quantidade de triciclos em frente a um dos seus bairros, na Buraca

Os maus da fita

«Se não te portas bem, chamo o ciano para te levar!» Ainda não há muito tempo eram eles os maus da fita: os ladrões, os assassinos e o apoio, nada pedagógico, de pais e avós desesperados com as diabruras dos seus descendentes. Talvez por isso, ainda hoje, por medo e defesa, ao contrário dos africanos, os ciganos são fechados, reservados e demonstram-nos, embora não utilizando a agressividade, usando mesmo de diplomacia, que a nossa reportagem não é bem-vinda.

Alguns já moram em prédios, e poucos, homens - porque só a eles é permitido -, constituíram família com gente de outras raças. Nómadas por tradição e cultura, os seus bairros são pobres e pouco cuidados, como se fossem para utilizar uma só noite. Muitos nem se dão ao trabalho de para aí se mudarem, vivendo como outrora, não na caravana, mas em qualquer baldio ou debaixo de qualquer viaduto, muitas vezes utilizado como local de feira, onde vendem os seus produtos: alcatifas, tecidos e fazendas, ou peças variadas de vestuário.

Comerciantes, quase todos, apesar de uma maior riqueza acumulada pelos lucros da sua actividade, não a utilizam no conforto habitacional. Mas os casamentos ou baptizados, nesta comunidade, duram dias seguidos, são comemorados com lautos banquetes, e os convivas vestem-se elegantemente, gastando dezenas de contos no seu vestuário e presentes.

À imagem das comunidades de outras raças e culturas, que entre nós se encontram, os ciganos vivem consoante as suas tradições, mantendo viva a sua cultura.

Os seus bairros estão espalhados um pouco por todos os subúrbios da cidade, com maior incidência na Buraca, Moscavide e Odivelas. Comerciantes que são, nas ruas que circundam os locais onde vivem, podem ver-se dezenas de triciclos de transporte dos produtos que vendem. Estão em praticamente todas as feiras. Por exemplo: na Praça de Espanha e Relógio, na cidade; nos arredores, na Feira de Carcavelos ou Odivelas. Para além de espalhados pelas esquinas das ruas de maior movimento de Lisboa. À imagem do que acontece com os vendedores ambulantes portugueses, também eles vivem em sobressalto constante e fugas precipitadas à polícia, que anda em busca de licenças que, na maior parte dos casos, não pagam por acharem demasiado caras.

Extremamente unidos, vítimas também eles do racismo e preconceito, orgulhosos da sua raça, tentam conquistar o respeito e a dignidade a que têm direito e lhes tem sido negada. Esse motivo, que os torna fechados, faz com que se isolem, dificultando assim o nascimento da confiança entre a comunidade cigana e as restantes. Mas as coisas estão a mudar, e apesar de difícil, o encontro vai-se dando aos poucos. Festeja-se o Dia da Comunidade Cigana, conquista-se o convívio, e dele vão surgindo obras literárias e espectáculos teatrais, como o que actualmente o grupo A Barraca tem em cena.

Quando as barreiras serão transpostas e os paizinhos deixarão de os utilizar como papões (o que virá a acontecer em consequência do bom senso), só na sina lida na palma da mão da sociedade portuguesa se encontrará a resposta.

Maria José Belo Marques

O PARAÍSO A DOIS PASSOS DE LISBOA



OK! Optamos por VALE DE LOBOS! Sim, fica tão perto de LISBOA!

A DECISÃO CERTA! A GARANTIA DO ÉXITO!

Estamos aptos a preparar-lhe o seu

CONGRESSO.

Confie na nossa experiência!

HOTEL ★★★

VALE DE LOBOS

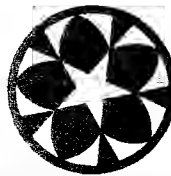
SEMINÁRIOS • REUNIÕES • CONGRESSOS



9273419

VALE DE LOBOS • 2715 SABUGO 9273401 • 9274626

FAX: 9274656 • TELEX: 44564 - VALOBO - P

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA
CONVOCATÓRIA

Convoca-se a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, para o dia 30 de Março de 1990, pelas 17 horas na sede da Associação Portugal-R.D.A., na Praça José Fontana, 17-4.º, em Lisboa, subordinada à seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

— Apreciação, discussão votação do relatório e contas de 1989

Caso à hora marcada não haja «quorum» legal a Assembleia realizar-se-á uma hora depois com qualquer número de associados.

O Vice-Presidente da Assembleia Geral,

Luís Monteiro Baptista

CULTURA E ESPECTÁCULOS

O rescaldo da Primeira Guerra trouxe a voragem do tempo como angústia, uma obsessão colectiva. Se os "anos loucos" tiveram uma moral, essa moral foi tão simples como isto: gozar a vida. Os americanos deram o exemplo, a Europa seguiu-o, países periféricos como o nosso também. Como Júlia Leitão de Barros acaba de recordá-lo num belíssimo livro: "Os Night Clubs de Lisboa nos Anos 20". O tempo da nostalgia...

A década perdida

Ao longo da década de vinte deste século, o Ocidente passou da mais esplendorosa ilusão de riqueza ao mais cru conhecimento da miséria. O resto são factos que justificam o sentido da conjuntura e a certeza de que Scott Fitzgerald tinha razão quando escrevia: «Não há segundo acto na vida dos americanos».

Entre o armistício de 1918 e a «quinta-feira» negra da bolsa nova-iorquina em 1929, viveu-se, com efeito, ao sabor do lema: «Comamos, bebamos e sejamos felizes porque amanhã morreremos». Myrtle Wilson, a personagem pobre de «O Grande Gatsby», tomada de um súbito frenesim de ascensão social, sussurrava a si mesma: «Não podes viver para sempre», quando os derradeiros rebates de moral a procuravam afastar da grande oportunidade de soltar amarras.

Os «speakeasies», os cabarets-dancings ilegais criados na costa Leste dos Estados Unidos eram imitados por toda a Europa e os músicos, os traficantes de álcool durante a «Lei Seca; entre outros assíduos frequentadores das sessões nocturnas de «jazz» eram as personagens mais debatidas nas crónicas sociais de então.

Em Lisboa, à imagem de Paris ou de Berlim, também houve «anos loucos». Até agora, pouco sabíamos deles, de tão submersos pelos quaranta e muitos anos de brandos costumes entretanto impostos pelo ideário fascista.

Durante décadas, a Lisboa da primeira metade do século foi vista pelo olhar cinéfilo de Cottinelli Telmo, Leitão de Barros ou António Lopes Ribeiro. Era a cidade pacata, aldeia de grandes dimensões «em que não há ódios mas estimas»; uma Lisboa de arquinho e balão para adorar a Santo António. Só que se essa cidade existia de facto, era palpável nos bairros populares, ainda que menos

idílicos do que se pretendia, havia a registar também a existência de uma Lisboa mais cosmopolita, agitada pelos fumos transgressores de uma intensa vida nocturna.

Para ilustrar esta realidade, Júlia Leitão de Barros cita o «Diário de Notícias» de 20 de Maio de 1927: «Já lá vai longe o tempo em que Lisboa à noite se assemelhava a uma aldeia em ponto grande(...) Presentemente tudo mudou. Hoje vive-se mais de noite do que dia».

Os clubes nocturnos da capital concentravam-se na sua maioria na «zona compreendida entra a Avenida da Liberdade, os Restauradores e o Chiado» - refere a autora na página 43 do seu livro. Não admira. Esta era a zona nobre da cidade, a área a que os elegantes afluíam com regularidade, se não diariamente, para despachar negócios, comprar uma ou outra extravagância ou descontraír um pouco nos teatros já centenários ou nas salas de cinema da Avenida, ainda jovens, mas igualmente postas ao serviço dos nossos Gatsbys. A estes espaços de lazer essencialmente noctívago vir-se-iam acrescentar durante a década de vinte alguns «night-clubs» de «interiores requintados e démodés».

A ostentação predominava. As gerências destes estabelecimentos não deixavam os créditos por mãos alheias e fizeram o que hoje fazem os partidos: instalaram-nos nas mais sumptuosas casas nobres de Lisboa. É o que Júlia Leitão de Barros refere na página 44: «O Maxim's estava instalado no velho Palácio Foz (1755) em plena Praça dos Restauradores. O Avenida Parque «escolheu» o Palácio Mayer (1789), na Avenida da Liberdade. O «Regaleira Clube» ocupou o não menos grandioso Palácio da Regaleira no Largo de S. Domingos (ao Rossio). E o «Monu-



Um desenho de Almada Negreiros na capa de «Os night clubs de Lisboa nos anos 20»

o Palácio Pais do Amaral». Outros, mais modestos, quedavam-se pelos prédios novos da Avenida da República ou da Almirante Reis, mas o zelo posto nos interiores era uma preocupação comum a todos. De destacar, o «Bristol», na Rua Jardim do Regedor, pela disponibilidade com que abriu as portas aos pintores modernistas.

«A entrada» - afirma a este propósito Júlia Leitão de Barros - «via-se «A Pintura Decorativa do Nu» de Almada Negreiros. Na escadaria, encontra-se o relevo

de Ernesto Canto. Eduardo Viana espunha neste local o seu «Homem de Loucas», e outros, como Leopoldo de Almeida, Guilherme Filipe, António Soares, contribuíram também com as suas obras».

O estado em que actualmente se encontram os espaços que outrora serviram de morada a estes clubes nocturnos, é-nos sugerido pelo precioso apêndice fotográfico incluído na obra. O «Bristol Club» foi transformado em mais uma das muitas casas de refeições rápidas hoje existentes na Baixa e o antigo «Club Monu-

mental» já nada evoca dos seus tempos áureos; é mais um entre os imóveis andrajosos da Rua da Portas de Santo Antão.

As actividades dos «night-clubs»

Pouco animados durante os meses de veraneio, os «night-clubs» de Lisboa estavam incumbidos de distrair as elites durante a estação fria. Para melhor cumprirem a missão, chamavam a si os jogos apreciados pela alta sociedade, apesar das proibições oficiais justificadas por alguns escândalos que tiveram o condão de apimentar as crónicas de má-língua.

Mas não era tudo. Como em New Orleans, as pistas de dança eram freneticamente agitadas pelas «jazz-bands». Não consta que entre nós alinhasse um Louis Armstrong ou um Duke Ellington, mas o importante é que também em Portugal se apreciava, e de que maneira, aquele que ficou para a posteridade como o mais autêntico símbolo da chamada década perdida. Primeiro dançou-se o «fox-trot», depois preferiu-se o «shimmy», o «black bottom» e, por último, o inesquecível «charleston». Ao que parece todos queriam dançar como os americanos fariam no célebre «Cotton

Club» e os filmes exibidos no Salão Central serviam de mestre possível aos candidatos a bailarinos.

Nenhum clube que se prezasse podia descurar, por outro lado, o seu serviço de restaurante. Afinal de contas, essa era a sua designação oficial perante as entidades camarárias e não convinha desiludir o cliente que se servia do clube para selar grandes transacções ou comemorar uma data especial. Poder-se-à mesmo dizer que o restaurante era a porta da frente do clube, aquilo que dizia do seu requinte de maior ou menor respeitabilidade. Quem o refere é a própria Júlia Leitão de Barros: «O clube, pode dizer-se, definia a sua categoria pela qualidade das refeições que fornecia e pelo apurmo dos seus empregados».

Os frequentadores

A década de 20 é um período de irreversível mudança de hábitos. As mulheres emancipam-se, os homens embelezam-se, mas as crónicas da época, tomadas de pruridos morais, desatam em furiosas diatribes contra o que dizem ser a dissolução de costumes. Boa parte dos frequentadores dos «night-clubs» de Lisboa é, de facto, constituída por mulheres modernas de cabelos cortados «à garçonne»; audazes condutoras do seu próprio automóvel. As saias que, até ao princípio do século se mantiveram castamente descidas até cobrirem o pé, subiram a uma altura jamais vista e descobriram a carne até à curva da perna. A Igreja clamou em vão contra o desaforo. As saias compridas só voltaram a ser admitidas nas cerimónias de gala. Os homens mais evoluídos também não escaparam à crítica voraz desferida pela Lisboa mais provinciana. Usavam calças à golfê, jaqueta, repudiavam o colete e defendiam, assim, uma maior liberdade de movimentos. Coisa abominável numa sociedade que em grande parte ainda apreciava as virtudes de uma compostura solene!

Os inovadores viam rapidamente postas em causa as suas mais viris aptidões. Com a implantação do Estado Novo e o ocaso da festa em 1929, as luzes foram-se apagando para sempre nestes palácios noctívagos. Nada resta deles, a não ser a memória que Júlia Leitão de Barros conseguiu, finalmente, resgatar. Quanto mais não seja para a história destes anos que Scott Fitzgerald consagrou sob o título nostálgico de década perdida.

Maria João Martins

Trangeste

Sociedade de Transportes e Trânsito, Lda.

LISBOA: AV. D. CARLOS I, 45-2.º ESQ.

1200 LISBOA

Tel. 609305/600676

Fax. 678186

Telex 42816

PORTO: RUA ALFREDO DA CUNHA, 125 — SALA 9

Apartado 241

4453 MATOSINHOS CODEX

Tel. 936893/937157/9370657

Fax. 933008

Telex 20243

TEM O PRAZER DE COMUNICAR QUE FOI NOMEADA AGENTE EXCLUSIVO EM PORTUGAL POR:
UNION-TRANSPORT GmbH & Co. oHG — ALEMANHA
INCLUINDO O GRUPO ALSTER



UNION - TRANSPORT GmbH & Co. oHG ALEMANHA

Incluindo o Grupo Alster têm o prazer de comunicar que nomearam seu agente exclusivo em Portugal a:

TRANGESTE

Sociedade de Transportes e Trânsito, Lda.

LISBOA: Av. D. Carlos I, 45-2.º Esq.º

1200 LISBOA

Tel. 60 93 05/60 06 76

Fax 67 81 86

Telex 42816

PORTO: Rua Alfredo da Cunha, 125 — sala 9

Apartado 241

4453 MATOSINHOS CODEX

Tels. 93 68 93/937 15 97/937 06 57

Fax 933008

Telex 28243

DESPORTO

O «DL» com o Benfica na URSS

Soviéticos acreditam em reviravolta

DO NOSSO ENVIADO ESPECIAL DNIEPROETROVSK (URSS) — Aqui temos o Benfica, com alma e genica para tentar (pelo menos) defender a magra diferença de um golo que, como aval para as meias finais da Taça dos Clubes Campeões Europeus, transporta daquela noite em que no, soberbo e aderente parque da Luz, teve ao dispor uma goleada de alta craveira, tornada bem possível por um guarda-redes (Gorodov) que parecia ter sido tomado de tremedeira meia hora antes do exame de promoção. Nessa altura (sete do corrente) intitulámos a crónica neste nosso jornal de *um perdulário soberano: leque de golos ficou no tinteiro*. Será que, nesta cidade da Ucrânia, o «onze» da águia irá pensar muito nesse esbanjamento que faz hoje tanta carência?

Há duas semanas, em Lisboa, o Dniepr surgiu rodado em várias latitudes (Espanha, RFA) mas obrigatoriamente desfalcado e unidades vitais

para a sua mecânica no espectáculo: Kusnetsov, Iarovenko e Zaitsev (lesionados) mais Tichenko, a contas com castigo uefeiro, mas todos já prontos a alinharem amanhã face a um Benfica, onde (como se calcula) reaparece o suco Thern, que foi submetido a dois duros exercícios (cada um de 90 minutos) na 1.ª «mão» da esgrima com estes soviéticos e, logo a seguir ante os portistas, ainda mal saído de uma lesão com demorado tempo de recuperação. Ao mesmo tempo sabe-se que, ainda que poupado em Setúbal (na discussão nacional, com o Portimonense) Valdo é agora um homem marcado, pela alta influência que tem em toda a manobra do «team» de Eriksson e, do mesmo modo, por ser bastante conhecida a qualidade técnica e estratégica que poderá manter no «escrute canarinho», quando Lazaroni se ativar à conquista do ceptro mundial.

Na Luz, o Benfica desaproveitou um prémio com todos

os rótulos de bom rendimento: aquele guarda-redes (Gorodov) talvez não volte a ter uma noite de igual catarata de asneiras: apenas na nossa capital não houve um só benfiquista que soubesse aproveitar o maná bruscamente tombado dos céus. E amanhã, como será?

Há 15 dias, aconteceram coisas do arco-da-velha, como aquela do Dniepr chegar à Portela de Sacavém, e por ausência de qualquer recepção á altura da boa hospitalidade lusitana, os vários elementos da comitiva terem de pegar nas malas e zarparem, em táxis, até ao lisboeta Hotel Penta. Hoje, preocupado com o primeiro tiro no navio almirante (após vitórias nas duas etapas de abertura no campeonato soviético, travar de marcha em Minsk: 0-2) o grupo dirigido pelo presidente Sitnikov e treinado por Kutchevski tem um único e inédito horizonte: progressão europeia sob um conjunto que tem gala em toda a Europa. Objec-



Paneira, Silvino, Samuel e Ricardo na caminhada para a Ucrânia

tivo (aliás) que Eriksson igualmente persegue: e, entre alguns dos benfiquistas que se deslocaram à URSS, já se comenta o facto de, na transacta época desportiva, o Benfica (então sob orientação do Toni) ter chegado ao título através de resultados muito escassos mas bastante positivos, enquanto o caríssimo treinador nórdico mora a três degraus de distância de Artur Jorge e terá entrega (em casa própria) todos os caminhos para a coroa de louros a um Porto que vai desfilar entre alas da concorrência sem perder pitada do espectáculo.

Naquela noite, em Lisboa, o treinador soviético Kutchevski foi brincalhão. Quando lhe perguntaram que unidades benfiquistas mais temia, juntou a Ricardo outros dois defesas: Samuel e José Carlos, como que dando a entender que apenas a defensiva rubra tinha estado no terreno. Puro engano: aconteceu (só e apenas) que o Benfica entrou no rectângulo com deficiências de montagem e planeamento. As chamadas a plano inteiro de jogadores que vinham com *rectificação de segmentos* (Thern) ou emergiam de períodos pouco sólidos da sua vida normal (Vitor Paneira) provocaram empenamento na máquina: e foi fácil de ver que somente uma grande penalidade deu limitado alívio a milhões de benfiquistas. Esse solitário golo de Mats Magnusson chegará para travar (e vencer) o esperado tiroteio

dos ucranianos?

Dúvida, é evidente. Porque, em nossa casa, o Benfica jogou a meio gás. Nessa noite, o compositor e cançonetista Tozé Brito não guardava pontos de vista na arca: *tenho saudades do Benfica de Mortimore e Toni*, juntando-se a mulher de Chalana para (na Rádio Cidade) comentar: *há coisas, em relação ao meu marido que só posso esclarecer daqui a meses*. Em poucas palavras: o ataque benfiquista não existiu e, quanto ao meio-campo, andou a passo. O difícil de conter, mas bem previsto contra-ataque soviético colocou encostado ao paredão um Benfica superpotente para ganhar ali uma vantagem de todo o tamanho. E (*vamos a um supranhamos*, como costuma dizer o meu muito admirado amigo Raul Solnado) se amanhã chover? Estamos feitos ao bife! — na frase curiosa de um benfiquista que sempre acompanha a equipa de nossa casa, mas se farta de rir quando, ao chegar aqui há coisa de sete/oito dias, ouviu dizer a Kucherevski (o treinador da equipa do Dniepr) que nunca tinha dado uma entrevista à RTP e que tudo o que tem dito até agora se fica nos três ou quatro minutos de «conversa mole».

Fernando Chalana, que enviou a camisola do Bordéus e já esteve nesta cidade da URSS quando a turma francesa eliminou o Dniepr (1985) recordava, em Setúbal:

— Nessa altura, não nos deixaram viajar directamente para Dniepropetrovsk: ficámos em

Moscou e apenas nos permitiram voar para aqui pouco tempo antes do almoço, no próprio dia do jogo. Nos 90 minutos, empacámos a um golo: fomos a prolongamento e, nada. Vieram os «penalties»: cobrei um e passámos adiante, na Taça dos Clubes Campeões Europeus. Agora, não sei que diga...

Eriksson, como vai sendo trivial, deixou em Lisboa o «pequeno genial»...

Fundado em 1936, sob o nome de Stali, o Dniepr (como o rotulámos em Portugal dispõe do Estádio Meteor, que possui somente 30 mil lugares. Foi campeão nacional em 83 e 88, está no mapa desde 1936. Nunca passou destes quartos-de-final da Taça dos Campeões. Ambicioso ou apenas lunático, o facto é que se classifica como o 1.º clube de futebol da URSS abençoado pelo Papa, e uma espécie de ajudante do «muro das lamentações», quando volta a pisar tecla usual: o futebol soviético perdeu, em dois anos, 35 das suas vedetas. Deão sido por isso, que, pensadas as contas, não baixou taipais?

O professor Kucherevski, treinador dos Dnieprs, não está com meias medidas:

— Vou fechar todas as portas e rasgar a casa de Eriksson. Quero mostrar que o Dniepr é o novo estilo do futebol soviético. Analisada perfeitamente a questão, julgo que vou decidir o problema como o Karpov: logo aos primeiros lances.

Palavra de honra? Não acredito.

Neves de Sousa

Em Angola era conhecido por Rico

Gil: o tempo voltou para trás?



Quantos anos Gil?

A notícia reporta-se a 7 de Fevereiro de 1987, quando os «onzes» futebolísticos do Benfica e do FC Porto, foram a Luanda participar no Torneio Sonangol, com a turma do Petro angolano e o «team» brasileiro do Vasco da Gama. No nosso colega «a Bola», pela pena do jornalista Santos Neves, pode ler-se:

**RICO, AVANÇADO, 18 ANOS
TREINA-SE COM O BENFICA**

LUANDA, 6 — Tem 18 anos, é avançado, joga no Grupo Desportivo Reirador, da segunda divisão angolana e participou nos dois treinos que o Benfica aqui fez. Chama-se Rico, foi indicado por observadores benfiquistas, em Luanda e as primeiras impressões dos técnicos «encarnados» são positivas. Mas, claro, é muitíssimo prematuro falar de transferência.

Tal como nós próprios então escrevemos, de Angola, Rico acabou por não viajar com a equipa então treinada por Mortimore, embora o seu padrinho (que reside no Estoril), garantisse que se responsabilizava pela hospedagem no nosso país. Simplesmente, daí a poucos meses, Rico era contratado pelo emblema da águia e ingressava no futebol português com o seu nome próprio: Nelson Gil de Almeida Homes, o dianteiro que já conquistou o título europeu de juniores e em quem os treinadores Carlos Queirós e Nelo Vingada apostam para grandes andanças, Rico (Gil) que, em Fevereiro de 1987 tinha 18 anos mas que, por ordem de outra documentação (certamente oficial), recuou no calendário passando a ter 2 de Dezembro de 1972 como data de nascimento e, portanto, acabado há três meses de completar 18 anos. Será que o tempo voltou atrás ou foi tudo um leve equívoco?

TORRES da BELA VISTA

(Planalto S. António dos Cavaleiros) Lisboa Informações: 988 0646/0489

TORRES do SADO

Setúbal Informações: 065 721144

Compre o seu apartamento de 2, 3 ou 4 assoalhadas
Preços baixos e entradas facilitadas. Empréstimo tratado por nós junto C.G.D.



Cifrões em causa

João Pinto poderá regressar ao Bessa

A transferência do jovem João Pinto para o Atlético de Madrid continua em fase de acentuada discórdia entre os presidentes dos clubes em causa, admitindo-se o seu regresso ao Bessa e o contrato-promessa existente entre a colectividade liderada por Valentim Loureiro e os «colchoneros» ficar sem efeito. Toda a questão está relacionada com a lenta recuperação da lesão contraída por João Pinto no encontro com o FC Porto, e Jesus Gil y Gil parece pouco disposto a remeter os 500 milhões de pesetas para os cofres do Boavista, antes de ver o futebolista completamente apto fisicamente. Ontem, foi recebido um «fax» no Bessa em que Gil y Gil propõe o pagamento de 30 milhões de pesetas ao Boavista a fazer no dia 1 de Novembro do ano em curso, prometendo que «em 1991 o contrato continue como estava previsto». Resta saber se Valentim Loureiro aceita as novas condições ou se manda para Madrid o bilhete de retorno do jovem futebolista.

Celta pretende Madjer

Representantes do Celta de Vigo estiveram ontem no Porto para começo das conversações com Pinto da Costa e seus pares do executivo dos «dragões», com vista à eventual transferência do argelino Madjer para aquele clube espanhol. Pinto da Costa não «fechou a porta» ao desejo dos espanhóis, mas considerou não ser oportuno tomar uma decisão imediata pelo que, na próxima semana, haverá mais conversa.

Hoje na Taça

Farense e União da Madeira discutem hoje, no Estádio de S. Luís, qual deles prosseguirá na Taça de Portugal, em encontro de desempate dado que no confronto realizado no Funchal não chegaram a qualquer conclusão. O vencedor defrontará na eliminatória seguinte o Valonguense.

Calendário muda

A jornada n.º 25 do campeonato nacional da 1.ª divisão tem já quatro jogos antecipados para sábado.

Chaves-Belenenses (15 horas), Feirense-Penafiel (15 e 30), Marítimo-Belenenses (16) e Estrela da Amadora-V. Setúbal (21 e 30), com transmissão directa na RTP-2.

O jogo Boavista-Beira-Mar poderá também ser antecipado. Os restantes jogos realizam-se no domingo, às 16 horas.

Magnusson é o quarto «artilheiro» europeu

O sueco Mats Magnusson, do Benfica, continua no quarto lugar da lista dos melhores «artilheiros» dos campeonatos de futebol da Europa, para atribuição da «Bota de Ouro» pelo «France Football».

O primeiro classificado continua a ser o mexicano Hugo Sanchez, do Real Madrid, com 31 golos em 30 jogos, seguido do austríaco Rodax, do Admira, com 29 tentos em 30 jornadas e do polaco Polster, do Sevilha, com 27 golos.

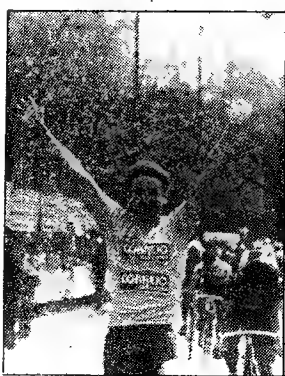
No quarto lugar está Magnusson com 26 golos nas 24 jornadas do Nacional da Primeira Divisão já disputados, seguido do francês Papin, do Marselha, com 24 golos em 29 jogos.



Mas que grande par de botas!...

Em foco

O ciclista Pedro Silva, envergando a camisola do Recer / Boavista, foi o triunfador do Grande Prémio «Correio da Manhã», batendo toda a concorrência sobre a linha de chegada na Avenida da Liberdade.



O «keeper» Quim, do Beira Mar cometeu a proeza de, num «despacho directo» lançado da sua área, fazer um golo de «porta a porta» surpreendendo o seu opositor do lado contrário (Lúcio, do Tirsense). Um feito histórico que todo o Portugal comenta.

Regra dos impostos para desportistas

Os agentes desportivos passam a pagar impostos de acordo com regime fiscal transitório, referente aos anos de 1989, 1990 e 1991, conforme diploma do Ministério das Finanças.

Os agentes desportivos que afixarem rendimentos provenientes da sua actividade desportiva, em virtude de contratos que tenham por objecto a sua prática, podem optar por um de dois regimes, segundo o Decreto-Lei 95/90, hoje publicado na Folha Oficial.

Por um lado, a legislação prevê o englobamento de 50 por cento dos rendimentos auferidos exclusivamente na sua actividade desportiva, profissional ou amadora, no ano de 1989, 75 por cento no ano de 1990, e 100 por cento no ano de 1991.

Em alternativa, os desportistas podem optar por tributação autónoma dos rendimentos brutos auferidos com aplicação nos anos de 1989, 1990 e 1991, respectivamente de um quinto, um quarto e um terço da taxa e da correspondente parcela a abater, previstas na tabela prática do IRS.

O diploma do Ministério das Fi-

nanças exclui deste regime transitório especial os rendimentos provenientes de publicidade e os auferidos pelo cónjuge que não seja agente desportivo.

Por agente desportivo, o diploma considera os que, em resultado da prática de uma actividade desportiva, auferirem rendimentos dela directamente derivados, seja por força de contrato de trabalho, seja em regime de trabalho independente.

Os treinadores, árbitros, secretários técnicos, docentes, pessoal médico, e paramédico, dirigentes desportivos e outras pessoas que directa ou indirectamente intervenham qualquer actividade desportiva não são contemplados neste regime fiscal especial.

Os clubes desportivos passam, por sua vez, a dispor da possibilidade de dedução fiscal das importâncias investidas em novas infra-estruturas desportivas ou despendidas em actividades desportivas de recreação e no desporto de rendimento até ao limite de 90 por cento da soma algebrica dos rendimentos líquidos previstos no código do IRC.

Andebol: Selecção perde em França

O Racing de Estrasburgo venceu a selecção de Portugal por 30-26, no jogo particular de andebol realizado ontem à noite naquela cidade francesa.

«A equipa ressentiu-se bastante da fadiga da viagem, mas foi um treino muito proveitoso», disse à Agência Lusa o dirigente José Luís Rocha, recordando que a selecção chegara na véspera a França.

A equipa portuguesa alinhou com Santa Bárbara (Miguel Fernandes): Paulo Carneiro (5), Mário Macedo (2), Carlos Resende (4), José Luzia (4), Tó Leite (2), Manuel Pastor, Rui Ferreira (6), Armando Pires (2) e José Santos (1).

Os portugueses, que se encontram alojados no Centro de Estádio de Mulheres, a cerca de 120 quilómetros de Estrasburgo, defrontam hoje à noite a equipa local, no segundo jogo-treino de preparação para o «Mundial» a realizar na Finlândia.

Ciclismo: «Semana Catalã»

Os portugueses Manuel Abreu e Américo Silva, classificaram-se, respectivamente, na 8.ª e 9.ª posição, da primeira etapa da «Semana Catalã». O vencedor foi o italiano Guido Bonempi e Acácio Silva é o nosso representante melhor posicionado na tabela geral, ocupando o 19.º posto a 20 segundos do líder (Francis Moreau, de França). Jorge Silva é 26.º a 21 segundos e nas posições imediatas encontram-se Manuel Abreu, Serafim Vieira e Fernando Mota.

Ginástica: Portugueses na Bélgica

Um grupo de três ginastas do Sport Algés e Dafundo (Clara Piçarra, Patrícia Bate e Sónia Bernardes) encontra-se na Bélgica para participar no Torneio Internacional de Louvain-la-Neuve, na disciplina de ginástica rítmica. A comitiva do SAD, é chefiada pela treinadora Ida Ferreira e a prova decorrerá de 21 a 26 do corrente.

Hóquei em campo: Árbitro português na Taça dos Campeões

O árbitro, João Faria, foi designado pela Federação Europeia de Hóquei (FEH), para arbitrar alguns jogos do grupo «B» da Taça dos Campeões Europeus.

João Faria, que pertence à Associação de Lisboa vai pela primeira vez dirigir jogos da Taça dos Campeões Europeus, que este ano se disputam de 1 a 4 de Junho em Amiens (França).

Por seu turno, também o juiz português Mário Faria, que representou a arbitragem portuguesa em 1989 na Irlanda, quando da disputa da Taça dos Campeões foi designado pela FEH para dirigir alguns jogos da primeira edição da Taça dos vencedores das Taças, em Barcelona, onde estará também presente a equipa do União de Lamas.

O grupo «B» vai pôr frente a frente equipas de Gibraltar, Malta, Jugoslávia e do nosso país, que se fará representar pela formação do Ramaldense.

Jogos Ibéricos entre jornalistas

Os sextos Jogos Ibéricos e o primeiro encontro Pan-Europeu de Jornalistas realizam-se em Benalmadena e Torremolinos, (Espanha), de 28 de Abril a 1 de Maio, anunciou o Clube dos Jornalistas.

Mais de 250 jornalistas portugueses e espanhóis, pertencentes à União dos Jornalistas de Madrid e ao Clube de Jornalistas de Portugal, com os respectivos acompanhantes, integram as duas embaixadas desportivas.

As modalidades desportivas são o futebol de onze, futebol de cinco (equipas masculina e feminina), xadrez, golfe, basquetebol, ténis e ténis de mesa (masculino e feminino), atletismo (masculino e feminino), xadrez, natação (masculino e feminino).

Simultaneamente com os jogos realiza-se o primeiro encontro Pan-Europeu, organizado pelo União dos Jornalistas de Madrid, Clube dos Jornalistas e Sindicato dos Jornalistas.

Para o encontro, que tem o patrocínio do Conselho da Europa foram convidadas todas as organizações europeias de jornalistas.

DESPORTO

A emoção segue dentro de momentos

Hoje realizam-se os encontros Mónaco-Valladolid (Taça das Taças) e Antuérpia-Colónia (Taça UEFA)



Rosa Santos, Manuel Nogueira e Vitor Correia quando se preparavam para a viagem até à Jugoslávia onde, amanhã, coordenarão o encontro Partizan-Dinamo de Bucareste para a Taça das Taças. Rosa Santos será o árbitro

Naturalmente que o confronto Dniepr - Benfica, a realizar amanhã na Ucrânia, é aquele que prende todas as atenções dos portugueses sejam eles afectos ao emblema da águia, do dragão, do leão, da Cruz de Cristo ou de qualquer outro. Bem, mas do ambiente que reina lá para o Leste falamos noutras páginas desta edição do «DL». Aqui, breves palavras sobre os demais 15 jogos integrados nas três competições uefeiras a realizar entre o dia de hoje e quinta-feira.

O AC Milão numa acentuada curva descendente de forma, recebe o Malines e tentará confirmar o favoritismo que lhe é atribuído graças ao empate a zero registado no jogo da primeira «mão». O AC Milão, que domingo foi derrotado no seu terreno, pelo Inter (1-3) está longe da sua melhor forma, enquanto o Malines, especialista na contra-ataque, evidencia uma melhor adaptação aos métodos do seu novo técnico.

Uma eliminatória, onde o desfecho final está longe de se poder adivinhar ou pelo menos de fazer inclinar a tendência de uma previsão.

O Marselha, onde pontifica o ex-benfiquista Mozer, recebe o CSKA depois de há 15 dias ter vencido na Bulgária por 1-0 e de ter assim, praticamente, resolvido a eliminatória. Os franceses, segundos classificados no seu campeonato, contam ainda com nomes famosos como Jean Tigana e Jean-Pierre Papin, homens perfeitamente capazes de neutralizar qualquer tipo de esboço búlgaro no sentido de uma inesperada recuperação.

O último encontro da Taça dos Campeões, coloca frente a frente o Bayern de Munique e o PSV Eindhoven, duas formações de características muito semelhantes. Na primeira «mão» os alemães-federais receberam e venceram os holandeses por 2-1, numa partida onde o equilíbrio foi a nota dominante.

Apesar de não poder contar com o concurso do brasileiro Romário, actual melhor marcador do campeonato holandês, o PSV surge neste encontro com algum favoritismo, até porque o Bayern se encontra numa fase de remodelação.

Na Taça das Taças, o encontro que se prevê seja mais equilibrado e o que se realiza hoje e opõe o Mónaco ao Valladolid, já que na primeira «mão» se verificou um empate a zero golos.

Os franceses, que afastaram o Belenenses logo na primeira eliminatória, contam com o factor «casa» e ainda com a inexperiência da formação espanhola.

Com o português Rosa Santos como árbitro, tendo Vitor Correia e Manuel Nogueira como auxiliares o Partizan recebe a turma do Dinamo de Bucareste e tentará rectificar o 1-2 registado 15 dias antes.

Markado por alguma contestação política em redor da equipa romena, o encontro tem a virtude de opor equipas, de valor muito semelhante o que aumenta o interesse pelo espectáculo.

Na Áustria, o Admira Wacker serve de anfitriã à equipa belga do Anderlecht, com a difícil missão de neutralizar o 2-0 verificado na primeira «mão». A formação belga, grande favorita ao triunfo nesta competição, tem a eliminatória ao seu alcance sendo de prever que não a deixe fugir.

Ainda na Taça das Taças, há o jogo Grasshoppers - Sampdoria, onde os italianos beneficiam de uma vantagem de 2-0 sobre a equipa suíça. A Sampdoria, recheada de inter-

nacionais italianos está muito perto ds meias-finais, restando aos suíços saborear o feito de terem atingido os quartos de final de uma competição da UEFA.

Na Taça UEFA, o Werder Bremen, RFA, depois de ter vencido na Bélgica o Liège por 4-1, passara no seu terreno toda a sua categoria.

Os germânicos, peritos na arte de aliar a técnica à velocidade, terão oportunidade de voltar a golear a equipa belga que na época passada eliminou o Benfica da Taça das Taças.

A Juventus (de Rui Barros) é igualmente favorita para o encontro que realiza no seu terreno com os germânicos do Hamburgo, «carrasco» do FC Porto nesta competição. Os italianos venceram na RFA por 2-0 e o apuramento para as meias-finais está dependente apenas do mero cumprimento da formalidade de um jogo de 90 minutos.

Mais equilibrados serão os encontros Auxerre (França) - Fiorentina (Itália) e Antuérpia (Bélgica) - Colónia (RFA).

Na primeira «mão», a antiga equipa de Eriksson (Fiorentina) venceu no seu campo por 1-0, sendo de esperar agora um maior empenhamento dos franceses que sentem ter a eliminatória ao seu alcance.

Mais complicada é a tarefa do Antuérpia que terá de anular a desvantagem de 2-0 averbada há 15 dias no terreno do Colónia. Os germânicos são agora favoritos, embora tenham de ter em linha de conta que o futebol belga se encontra num bom momento.

Telefonema de Dniepropetrovsk

Ânimo, confiança e optimismo trilogia entre benfiquistas

Tudo a «correr sobre esferas» entre os benfiquistas aqui presentes e, para além de forte legião de dirigentes com o juiz Adriano Afonso (presidente da assembleia geral e legítimo representante de todos os seus consócios) no comando, aqui estão mais 154 adeptos do clube da águia. Muita confiança, muito optimismo, e ânimo bastante forte é a trilogia verificada em cada grupinho que se forma por todos os cantos do hotel onde se encontra instalada a «esquadra de Eriksson».

A saída de Lisboa foi marcada pelo atraso do brasileiro Lima que não terá atentado à movimentação na marginal e a ligação Cascais-Portela fez-se de forma lenta a provocar a espera de toda a comitiva. Os dirigentes benfiquistas terão aceite a justificação do atleta e não se prevê que ele venha a ser sancionado. Depois foi o voo até Gwów feito em condições normais e boa disposição a bordo. À chegada uma agradável surpresa com os termómetros a registarem 12 graus e a parte que mais «chateou» o pessoal foi a longa demora (3 horas) para as necessárias formalidades alfandegárias. Chegados aqui, impera a boa disposição e Eriksson não tem qualquer problema de ordem física na sua «moçada». Valdo e Thern estão aptos para «todo o serviço» e amanhã lá estarão prontos para evidenciar toda a gama das suas potencialidades de artistas de raro talento. Eles e os demais, e tudo indica que o onze inicial seja este: Silvino; José Carlos, Ricardo, Aldair e Veloso; Hernâni; Paneira; Thern e Valdo; Lima e Magnusson.

O árbitro já se sabe ser o holandês John Blankestein e quanto à transmissão directa pela RTP decorrem as negociações sendo quase certo de que Portugal vai inteirinho assistir ao encontro.

Já agora, refira-se que os dirigentes do Benfica trouxeram de Lisboa diversos quilos de bacalhau, linguado, lombo, vitela, fruta, vinho, café, queijo e água e para que a confecção destes alimentos seja bem ao paladar da rapaziada, que integram a comitiva, o cozinheiro Jorge Dias Carlos e o seu ajudante José Fernando Nunes. E todos nós, representantes dos órgãos da Comunicação Social, já estamos convidados para a «bacalhauzada».

Em termos de preparação esta manhã houve uma «peladinha» e pelas 16 horas ocorrerá nova sessão.

N. S.

Mundial 90

Seleccionador italiano «aposta» na Argentina

A Argentina é a principal favorita para o Mundial de futebol «Itália-90», à frente da Holanda e do Brasil, na opinião do seleccionador transalpino, Azeglio Vincini.

Em conferência de Imprensa ontem realizada, Vincini afirmou que o seleccionado argentino é favorito, muito embora, conforme adiantou, espere que Diego Maradona tenha razão quando declara que normalmente os favoritos nunca ganham.

«Penso que 15 ou 16 equipas que vão participar no mundial, convencidas de que conseguirão classificar-se entre os quatro primeiros», disse Vincini, acrescentando estar convicto, como sucede com a maioria dos técnicos, que no próximo Mundial, que terá lugar de 8 de Junho a 8 de Julho, se vão marcar poucos golos.

O seleccionador italiano considera que as equipas sul-americanas não terão problemas de adaptação, uma vez que uma boa parte dos seus futebolistas se encontram ao serviço de clubes europeus, especialmente no que respeita aos jogadores argentinos, brasileiros e uruguaios.

Segundo Vincini, o futebol actual baseia-se no jogo de conjunto e depende menos das «vedetas», ainda que estas possam estabelecer as diferenças. O técnico italiano garantiu que não comunga da euforia que se vive no país sobre as possibilidades da «Squadra Azzurra» conquistar o título, limitando-se a garantir que na final estarão presentes duas boas equipas.

Vincini sublinhou também que não compartilha do ponto de vista expresso pelo presidente do Milão, Silvio Berlusconi, segundo o qual toda a equipa milanese deveria constituir o «onze» nacional. «Todo o presidente gosta da sua equipa e pretende que os futebolistas que a integram sejam internacionais, mas eu não gosto de nenhum clube em especial e espero que o tempo me dê razão», comentou Azeglio Vincini.

Ainda a este respeito, o técnico transalpino referiu uma vez mais que não tenciona formar uma selecção com base numa só equipa de clube, como sucedeu na década de 80 com o Juventus, sob a regência do seu antecessor, Enzo Bearzot.

EM AGENDA

Árbitros em assembleia

A APAF — Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol vai reunir-se em assembleia geral ordinária no dia 30 do corrente (21 horas), na respectiva sede (Av. Almirante Reis, 40-A), com a seguinte ordem de trabalhos: apreciação e votação dos relatórios dos exercícios de 1988 e 1989, apreciação e votação do plano de actividades e orçamento para 1990. Seguidamente, em sessão extraordinária, proceder-se-á à eleição de um secretário da direcção (lugar vago) e serão prestadas informações aos árbitros filiados.

Programa da jornada

Taça dos Campeões

Dnepr Dniepropetrovsk (URSS)-Benfica (Portugal).....	0-1
Olympique Marselha (França)-CSKA Sredets (Bulgária).....	1-0
PSV Eindhoven (Holanda)-FC Bayern Munchen (RFA).....	1-2
AC Milan (Itália)-FC Malines (Bélgica).....	0-0

Taça das Taças

Mónaco (França)-Valladolid (Espanha).....	0-0 (a)
Admira Wacker (Áustria)-Anderlecht (Bélgica).....	0-2
Partizan (Jugoslávia)-Dinamo Bucareste (Roménia).....	1-2
Grasshoppers (Suíça)-Sampdoria (Itália).....	0-2 (b)

Taça UEFA

FC Antuérpia (Bélgica)-FC Koln (RFA).....	0-2 (a)
Juventus (Itália)-Hamburgo SV (RFA).....	2-0
Auxerre (França)-Fiorentina (Itália).....	0-1
Werder Bremen (RFA)-FC Liège (Bélgica).....	4-1

a) — hoje
b) — quinta-feira

DESPORTO

Manuel João tem plateia em silêncio

Enquanto se espera a denúncia das vigarices e quem (já) «decretou» a despromoção do clube algarvio

«Hoje, no futebol, é a hora da vigarice... A federação é o que se sabe: foi feita de arranjos a qualquer preço. A arbitragem é o que se vê... Há muito má gente que já escolheu os clubes que serão obrigados a descer de divisão e o Portimonense está marcado com um traço muito negro.»

Autor do desabafo: Manuel João, presidente da Direcção do Portimonense. Local: Estádio do Bonfim, após o encontro com o Benfica.

Um desabafo com eco de revolta, desânimo, descrença e denúncia. Sabe-se que o condutor do executivo do clube de Portimão, tem o hábito de remeter recados sempre que, na sua perspectiva, o clube do seu emblema e da sua afeição é prejudicado e fá-lo com vigor e contundência.

Por isso tem uma ficha federativa bastante carregada de negro e certamente que o conselho de disciplina não deixará passar em claro mais estas afirmações, feitas no átrio do parque do Bonfim.

Castigar o presidente da nobre colectividade de Portimão com mais uns dias de punição é, obviamente, tarefa fácil para os «zeladores da disciplina futebolística» pois bastas-lhes abrir o código disciplinar e lá

encontrarão a legislação bastante para remeter Manuel João para a bancada, privando-o de assistir aos jogos do seu clube sentado no banco dos responsáveis e privá-lo de participar em qualquer acto oficial. Os efeitos penalizadores não vão além disto. Só que ficamos sem saber quais as «vigarices» que segundo o autor existem no futebol, como foram conseguidos os arranjos para a formação do actual elenco federativo e qual o preço pago e as contrapartidas recebidas, quem paga e quem recebe. Também se ficará por conhecer quem são os «mauzinhos» que já decretaram quais os clubes condenados à descida de divisão e quem ousou fazer traço negro sobre o nome do Portimonense.

Seria bom que Manuel João não ficasse pelo subjectivo e talvez que os «conselheiros» da justiça federativa o convidem a exercer o direito e o dever da objectividade.

Acusar sem provas não favorece a causa. E quanto a denúncias, acusações e suspeições, está o velho palacete da Praça da Alegria cheio. Tem o acusador a palavra. A plateia está em silêncio. Porque espera.

Alves Henriques

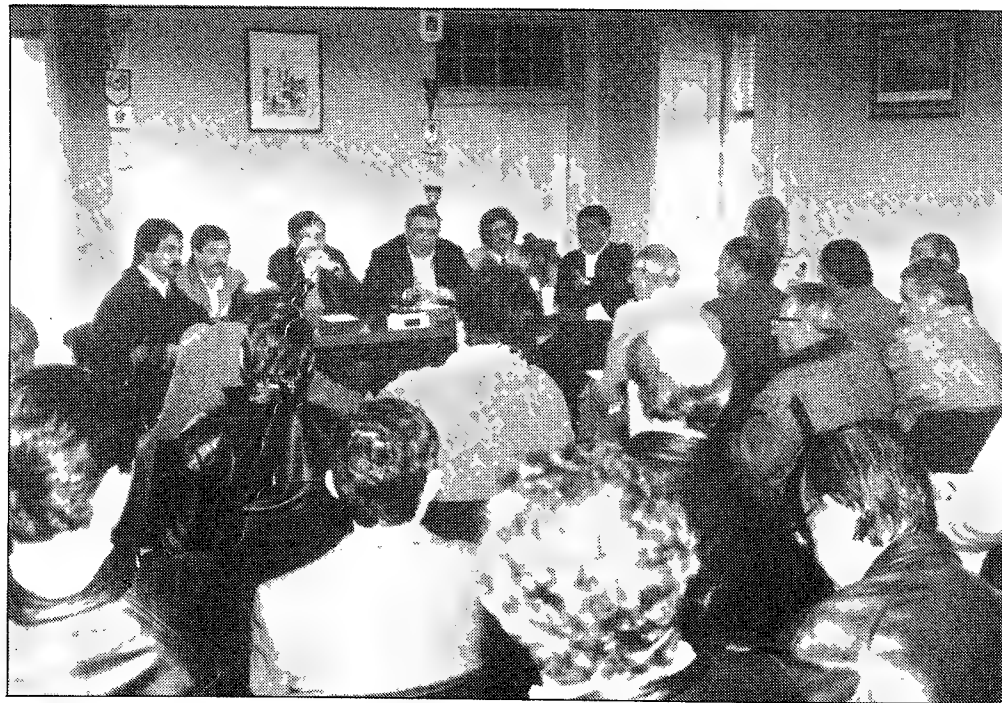
Câmara de Lisboa

Palácio dos Desportos no «plano de emergência»

Através dos contactos estabelecidos com os dirigentes das centenas de colectividades de desporto da capital, o vereador Rego Mendes, responsável pela área desportiva da autarquia lisboeta, concluiu da necessidade de ser elaborado, a curto prazo, um plano de emergência para as infraestruturas desportivas da cidade o qual deverá ser apresentado à vereação no próximo mês de Maio. Rego Mendes adiantou que o plano global da área desportiva da capital inclui a construção de um Palácio dos Desportos e será ultimado até ao final do ano em curso.

Rego Mendes já visitou mais de 120 colectividades de 23 das 53 freguesias do concelho e até final de Abril deverá ter concluída a «rota», observando as quatro centenas existentes em Lisboa. O objectivo destas visitas consiste na concretização de um levantamento das carências e das potencialidades de cada uma das colectividades de desporto, cultura e recreio, e informá-las das linhas gerais da política do novo executivo autárquico.

As dificuldades até agora



Vereador Rego Mendes recolhe informações sobre as questões que mais preocupam as colectividades da Freguesia da Ajuda

detectadas e que, segundo Rego Mendes, se traduzem sobretudo em carências de espaços, conduziram à necessidade de se avançar de imediato para o plano de emergência, o qual promoverá a beneficiação de instalações já existentes em

alguns clubes, a cedência de terrenos em direitos de superfície e a construção de espaços totalmente camarários, que serão depois disponibilizados aos clubes necessitados.

Quanto ao futuro Palácio dos Desportos de Lisboa de-

verá ficar localizado na zona de Chelas segundo informou Rego Mendes ao «DL», mas a decisão definitiva apenas será tomada após um estudo do órgão responsável pelo planeamento urbanístico do Município.

Às terças-feiras

JL

jornal de letras, artes e ideias

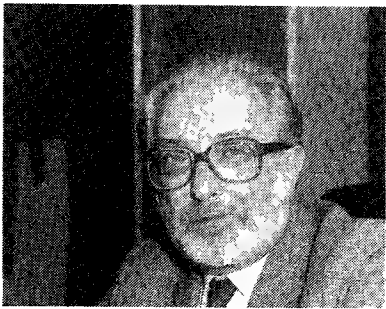
Dois grandes escultores

João Cutileiro e Jorge Vieira

- Entrevistas
- Poemas inéditos de João Cutileiro

Pedro Tamen

Poesia escreve-se com Pen

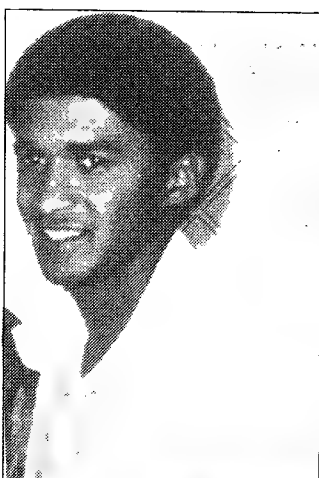


Emmanuel Mounier, a presença do Espírito

• Textos de A. Alcáda Baptista, Jaime Gama, João Bénard da Costa, José Leitão e Mário Murteira

«Escrete canarinho» em ponto de bala

«Craques» de cá à ordem de Lazaroni



Os internacionais brasileiros que actuam em Portugal e foram convocados pelo técnico Lazaroni para o «escrete» que vai disputar o Mundial, estão autorizados pelos seus clubes a integrar a selecção canarinha no jogo particular com a Inglaterra (dia 28, em Londres). A Confederação Brasileira de Futebol anunciou ter garantido a dispensa de Valdo, Ricardo e Aldair (todos do Benfica), Silas (Sporting) e Branco (FC Porto), para a partida com a Inglaterra, integrada na preparação das duas equipas para Itália.

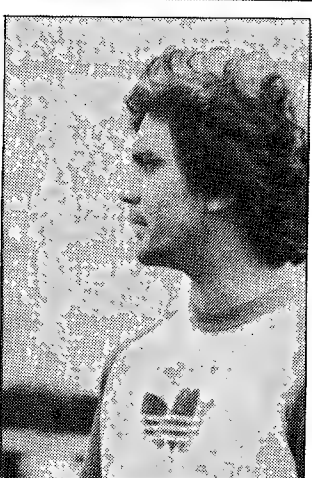
Contudo (adianta a CBF) está ainda por definir a questão da libertação dos «portugueses» do «escrete» a partir de 23 de Abril, dia em que o técnico brasileiro Sebastião Lazaroni pretende concentrar a sua equipa. Aldair, Valdo, Ricardo, Silas e Branco (todos eles virtuais titulares na selec-



Aldair, Valdo, Ricardo, Silas e Branco

ção brasileira) têm tido dificuldades em obter dispensa, face ao campeonato português só findar a 20 de Maio, duas semanas antes do início do Mundial.

Entretanto, a Confederação



Brasileira informa que a partida particular programada com a Bulgária poderá ser transferida de São Paulo para Campinas ou Rio de Janeiro, por terem surgido «problemas com a comercialização do jogo».

I Série N.º 66
Dia 20 de Março

DIÁRIO DA REPÚBLICA



SUMÁRIO

Presidência do Conselho
de Ministros

Decreto-Lei n.º 94/90:

Altera a Lei Orgânica do Governo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/90:

Cria os Comissariados Regionais do Norte e do Sul da Luta contra a Pobreza.

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 95/90:

Cria diversos benefícios fiscais (altera os Códigos do IRS e do IRC, o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Decreto-Lei n.º 152/89, de 10 de Maio (aprova o novo regime do imposto automóvel).

Portaria n.º 201/90:

Alarga o quadro da Direcção-Geral do Património do Estado.

Ministérios das Finanças,
da Agricultura, Pescas e Alimentação
e do Comércio e Turismo

Portaria n.º 202/90:

Fixa o preço de garantia do figo industrial e da aguardente de figo para a campanha de 1990-1991.

Ministérios das Finanças
e da Educação

Portaria n.º 203/90:

Cria novos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico.

Ministérios das Finanças
e do Emprego e da Segurança Social

Portaria n.º 204/90:

Adita ao quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa um lugar de técnico superior de 1.ª classe.

Portaria n.º 205/90:

Cria no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Higiene e Segurança do Trabalho um lugar de assessor.

Portaria n.º 206/90:

Cria um lugar de assessor no quadro de pessoal do Serviço de Informação Científica e Técnica.

Despacho Normativo n.º 24/90:

Cria um lugar de assessor principal no quadro de pessoal do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Ministério da Agricultura, Pescas
e Alimentação

Decreto-Lei n.º 96/90:

Prorroga por um ano a vigência de diversas normas do regime transitório relativo à rotulagem do azeite e outros óleos alimentares. Altera o Decreto-Lei n.º 343/88, de 28 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 97/90:

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 78/52/CEE, do Conselho, de 13 de Dezembro, relativa a planos nacionais de erradicação acelerada da brucelose, da tuberculose e da leucose enzootica dos bovinos.

Decreto-Lei n.º 98/90:

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 72/461/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à polícia sanitária de trocas intracomunitárias de carnes frescas.

Decreto-Lei n.º 99/90:

Estabelece regras de ordem sanitária relativas à troca de produtos à base de carne entre Portugal e outros Estados membros.

Portaria n.º 207/90:

Permite aos pescadores profissionais capturar o lagostim-vermelho-da-luisiana (*Procambarus clarkii* Girard) com balança ou ratel, à mão sem candeio e com covo ou cesto de rede rígida. Revoga o n.º 2.º da Portaria n.º 223/88, de 13 de Abril.

Ministério da Educação

Decreto Regulamentar n.º 6/90:

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 157/89, de 12 de Maio (cria o Centro Escolar do Senhor da Serra «CESS»).

Portaria n.º 208/90:

Autoriza o Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA a iniciar, em Lisboa, o funcionamento do curso de Matemáticas Aplicadas.

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 100/90:

Modifica o regime de equivalência do curso de Enfermagem Geral ao bacharelato. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro.

Região Autónoma dos Açores

Governo Regional

Decreto Regulamentar Regional n.º 11/90/A:

Cria na Região Autónoma dos Açores o porto da Praia da Vitória.

Decreto Regulamentar Regional n.º 12/90/A:

Altera a orgânica e gestão hospitalar da Região.

AGENDA

O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território: - Céu por vezes muito nublado por nuvens altas. Vento geralmente fraco do quadrante Sul. Nebulina matinal.

Mar encrespado ou de pequena vaga com ondulação Noroeste de 1 a 2 metros na Costa Ocidental e de pequena vaga com ondulação Sueste de 2 a 3 metros na Costa Sul.

AÇORES

Grupo Ocidental: - Céu geralmente muito nublado e vento fraco ou moderado do quadrante Oeste. Períodos de chuva fraca. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros.

Grupos Central e Oriental: - Períodos de céu muito nublado e vento fraco ou moderado de Nordeste. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 metros.

Amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento moderado a forte de Noroeste. Aguaceiros fracos.

Depois de amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento moderado do quadrante Leste.

MADEIRA

Céu geralmente muito nublado e vento moderado de Sueste. Aguaceiros.

Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação Noroeste de 1 a 2 metros na Costa Norte e encrespado com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

Amanhã: - Céu geralmente muito nublado e vento fraco a moderado de Leste, por vezes com rajadas.

Depois de amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento moderado de Leste, soprando fraco no Funchal.

Amanhã

No Continente:

Céu geralmente muito nublado, especialmente por nuvens altas. Vento geralmente fraco do quadrante Leste. Nebulina ou nevoeiro matinal. Pequena subida das temperaturas máximas.

Depois

No continente:

Períodos de céu muito nublado e vento fraco ou moderado de Noroeste. Aguaceiros fracos nas regiões do Norte. Pequena descida das temperaturas.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

MADEIRA



Céu limpo

Céu pouco nublado

Céu muito nublado

Chuva

Trovoadas

Neve

Vento

Mar calmo

Mar encrespado

M A R É S

Hoje

PREIA-MAR BAIXA-MAR

09.19 2,6m 02.26 1,7m

22.03 2,7m 15.03 1,8m

Amanhã

11.07 2,6m 04.11 1,6m

23.29 2,9m 16.42 1,7m

PORTUGAL

Min. T. 6 h Às 18 h.

Bragança..... 7 7 P. nub.

V. Castelo..... 9 9 Nebulina

Vila Real..... 11 11 Limpo

Porto..... 11 11 Nebulina

P. Douradas..... - - -

Coimbra..... 11 13 P. nub.

C. Carvoeiro..... 14 15 Limpo

C. Branco..... 10 11 P. nub.

Portalegre..... 14 14 P. nub.

Lisboa..... 13 13 P. nub.

Évora..... 12 12 P. nub.

Beja..... 11 11 M. nub.

Sines..... 12 12 P. nub.

Faro..... 13 13 Limpo

Sagres..... 14 14 M. nub.

P. Delgada..... 14 14 P. nub.

Horta..... 14 14 P. nub.

Funchal..... 21 24 M. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 23; Porto, 23; Faro, 20; P. Delgada, 18; Funchal, 26.

EUROPA

Min. T. 6 h Às 18 h

Madrid..... 4 5 Limpo

Londres..... 5 5 Nevoeiro

Paris..... 12 12 Encoberto

Bruxelas..... 10 10 Chuva

Amsterdão..... 6 6 P. nub.

Genebra..... 3 5 Encoberto

Roma..... 6 6 Nebulina

Oslo..... 3 4 P. nub.

Copenhaga..... 4 4 M. nub.

Estocolmo..... 4 12 M. nub.

Berlim..... 12 12 M. nub.

Viena..... 1 1 Limpo

Varsóvia..... 1 3 Limpo

Atenas..... 13 14 Limpo

Moscou..... 1 5 Limpo

MUNDO

Min. Máx. Às 13 h

Chicago..... -5 10 Quente

Houston..... 4 21 Limpo

Los Angeles..... 13 26 Limpo

Montreal..... -3 2 Neve

Nova Iorque..... 4 7 Chuva

S. Francisco..... 9 18 Limpo

Toronto..... -5 3 Neve

Vancouver..... 5 10 Limpo

Washington..... 4 10 Aguaceiros

Hong Kong..... 16 20 Limpo

Melbourne..... 11 24 Limpo

Pekim..... 7 13 Chuva

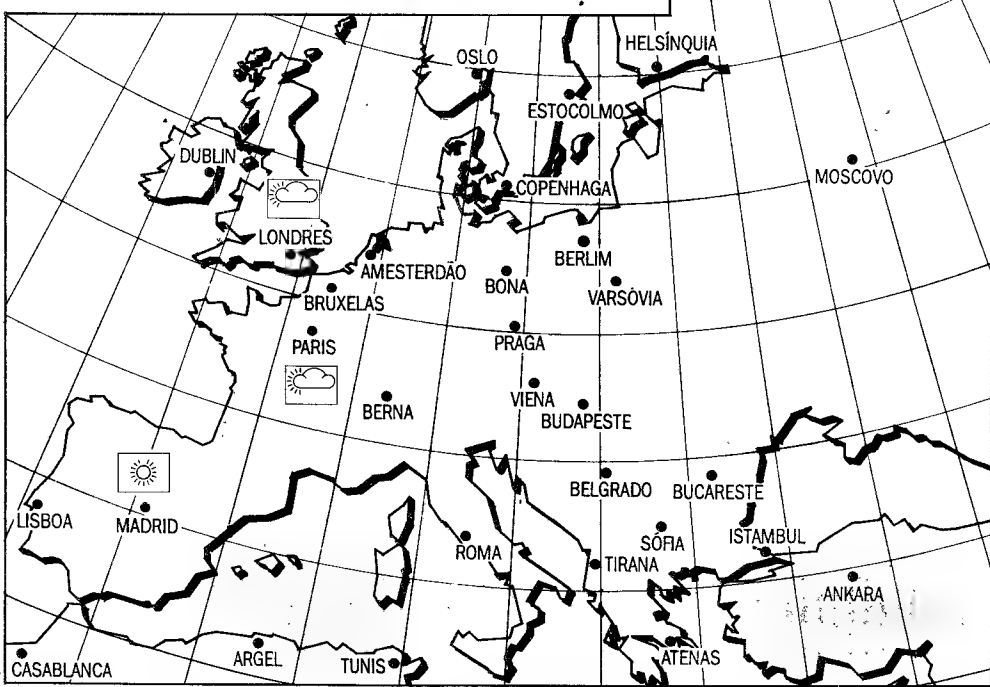
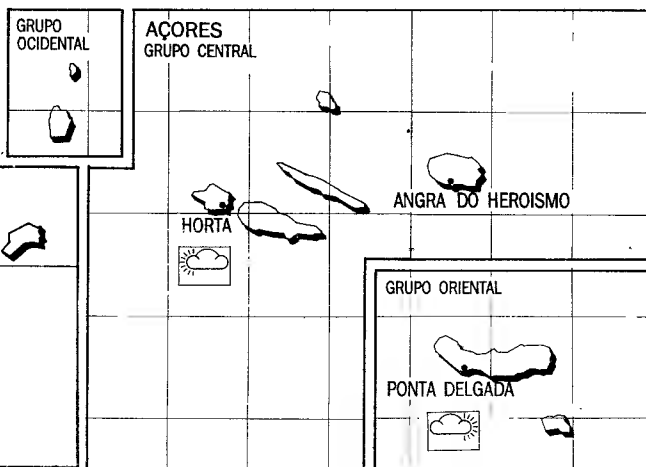
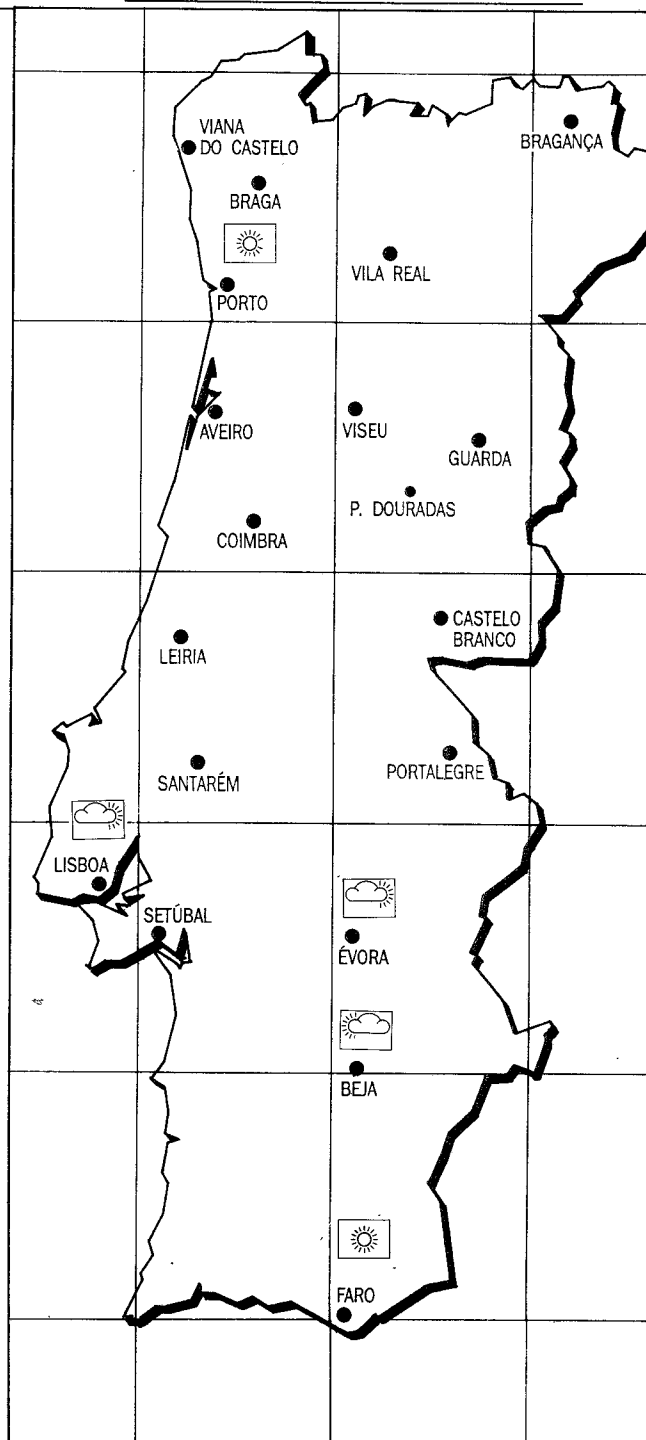
Perth..... 16 27 Limpo

Singapura..... 26 32 Aguaceiros

Sydney..... 15 25 Aguaceiros

Tóquio..... 6 13 Limpo

Wellington..... 9 17 Aguaceiros



AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO

PERMANENTE

Alvalade: Lfibia, Av. Igreja, 4 B-C, Tel. 891681; **Arco Cego - Estefânia:** Délio, Rua Açores, 32-34, Tel. 572388; **Av. Novas - João Crisóstomo:** Cosmos, Av. João Crisóstomo, 44-C, Tel. 520592; **Bairro Azul:** Bairro Azul, Av. Ressoano Garcia, 7-A, Tel. 571451; **Baixa:** Normal de Lisboa, Rua da Prata, 220, Tel. 878342; **Benfica - Bairro Santa Cruz:** Lavinha, Rua Eng.º Paulo Barros, 28-A, Tel. 542312; **Campo de Ourique:** Linada, Rua Ferreira Borges, 30, Tel. 660955; **Chelas - Av. Dr. Aug. Castro - Carris:** Sacramento, Rua Actriz Palmira Bastos, Lote 42, Tel. 8590904; **Chile - Alameda:** Nobel, Rua Actor Vale, 53, Tel. 8142152; **Conde Redondo - Santa Marta:** Davi, Rua Conde Redondo, 68-72, Tel. 554342; **Galinheiras - Charneca - Lumiar:** São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1, Tel. 7590969; **Pampulha - Janelas Verdes:** Nazário Pinto, Rua Presidente Arriaga, 39, Tel. 667460; **Quinta da Luz - Carnide:** Findor, Rua Adelaide Cabete, 10-E, Tel. 7145271; **Santo Amaro:** Botânica, Rua da Junqueira, 38-40, Tel. 3638192; **Brandoa - Amadora:** Tavares de Matos, Rua Irene Lisboa, Lote 108, Tel. 993220; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; **Moscavide:** Banha, Av. Moscavide, 22-A, Tel. 2518518; **Odivelas:** Monserate, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 31-A, Tel. 9811139; **Pontinha:** Flora, Azinhaga dos Besouros, Lote R8.

REFORÇO

Areeiro: Garantia, Av. Padre Manuel da Nobrega, 5 A-B, Tel. 887300; **Belém:** Bom Sucesso, Rua Bartolomeu Dias, 63-A, Tel. 611454; **Graça:** Morão, Largo da Graça, 63, Tel. 860700; **Jardim dos Anjos:** Confiança, Av. Almirante Reis, 46-A, Tel. 821653; **Jardim Zoológico:** Alegria, Estrada Benfica, 180 A-B, Tel. 780511; **Olivais Sul:** Marta, Rua Cidade Nampula - Ed. Paris, Lote 534, Tel. 333696; **Praça da Alegria:** Brites Moita, Praça da Alegria, 33-34; **Picheleira:** Marliuz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Poço dos Negros:** Valentim, Rua Poço dos Negros, 88-90, Tel. 601453; **Saldanha:** Dalva, Av. Duque d'Ávila, 125, Tel. 545225; **Xabregas:** Salter, Rua Xabregas, 63-65, Tel. 381185; **Buraca - Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; **Olivais Baste:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29, Tel. 2104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Pinto, R. Antero Quental, 9, Tel. 4190610. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A-r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:**

Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavilos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Paço de Arcos:** Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco, Tel. 2435147. Até às 22 h; **Oeiras:** Ribeiro, R. Dr. Flávio Resende, 9-A, Quinta Marquês, Tel. 4466066. Permanente; **Parede:** Do Junqueiro, R. Luanda, Lote 5, Tel. 2477838. Permanente; **S. João do Estoril:** Das Areias, Urb. Areias. Até às 22 h; **Sasoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2851212; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Cascais:** Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40, Tel. 280170. Permanente.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Central, Av. Cardoso Lopes, 25-A, Tel. 4932210. Permanente; **Melo:** P. D. João I, 9-B, Tel. 4932756. Até às 22 h; **Damaia:** Damaia, P. Alex. Gusmão, 9-A, Tel.

970523. Até às 22 h; **Queluz:** Pereira Dias, Monte Abrão, Tel. 4375566. Permanente; **Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro,** 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Garcia, Av. Missionários, 2, Tel. 9242181. Permanente; **Mem Martins:** Química, Est. Mem Martins, 285, Tel. 9210012. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Dumas Brousse, Calc. Rinchoa, 2, Tel. 9260404. Até às 22 h; **Sintra:** Misericórdia, Vila Pendoa, Tel. 9230456. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **Loures:** Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831250. Permanente.

OUTRA

BANDA

Almada: Algarve, R. Fernão Lopes, 1, Tel. 2750271. Permanente; **Cova da Piedade:** Atlântico, Av. Rainha D. Leonor, 45-A, Tel. 2764466. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, Q. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Carlos, Av. Mar, 34-A, Tel. 2901060. Até às 19 h; **Larangeiro:** Baptista Marques, R. Boa Vontade, 17-B, Tel. 2538572. Até às 22 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaq. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Cesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Barreiro:** Diogo Roque, Av. Miguel Bombarda, 299, Tel. 2070602. Permanente; **Baixa da Banheira:** Aliança, Est. Nacional, 178-B, Tel. 2040302. Até às 19 h; **Corroios:** Universo, Est. Nacional, 10, Tel. 2535484. Até às 19 h; **Amora:** Nova Amorense, E.N. 10 - Bloco A, Loja A, Paivas, Tel. 2216824.

HÁ 20 ANOS



Professores à procura de um contrato

Os professores do ensino particular têm um contrato colectivo com nove anos de idade. A 30 de Janeiro deram-se os primeiros passos para rever esse contrato e conseguir um novo que dê satisfação às reivindicações de uma classe que é de importância fundamental no quadro da educação do nosso País. (...) Actualmente, os ordenados máximos das diversas categorias integradas pelo Sindicato são os seguintes: para os professores do ensino primário e infantil, 2560 escudos (30 horas por semana) e 1370 escudos (15 horas semanais), ou 23 escudos à hora; para os professores do ensino liceal ou secundário...

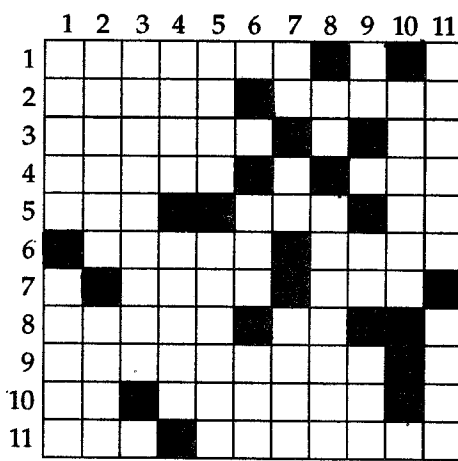
Complicações Israel-Washington

Os israelitas devem «estar preparados para mais dificuldades e complicações nas relações entre Israel e os Estados Unidos» - afirmou o ministro israelita sem pasta Israel Galini, em Jerusalém, dirigindo-se aos telespectadores do programa «Focus».

Lei que proíbe a publicidade

O Senado norte-americano aprovou a lei que proíbe os anúncios de cigarros na Rádio e na Televisão. O decreto-lei só aguarda a assinatura do presidente Richard Nixon.

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17881

HORIZONTAIS:

- 1 - Prender com amarra. Artigo definido.
- 2 - Molhai com baba. Sai do solo.
- 3 - Dividir em toros. Arsénio (s.q.).
- 4 - Falhas. Apelido.
- 5 - Irmã da mãe (inv.). Mil e quatro em romano. Antes de Cristo.
- 6 - Danço o samba. Metal precioso de cor amarela.
- 7 - Zombará. Despida.
- 8 - Nome de planeta. Átomo.
- 9 - Concluíram.
- 10 - Ruténio (s.q.). Latada.
- 11 - Sufixo que designa abundância. Pedaco de paño com que se conserta uma parte do vestuário.

VERTICAIS:

- 1 - Arruine. Asno.
- 2 - Assassinais. Culpados.
- 3 - Fracassaram.
- 4 - Invulgar. Escavar.
- 5 - Esteiros. Rebentar.
- 6 - Nome de letra. Reduza a pó por meio de moinho. Estime.
- 7 - Rubídio (s.q.). Nota musical. Lavram.
- 8 - Letra grega. Desejo.
- 9 - Contracção da preposição de com artigo. Género de palmeiras do Brasil.
- 10 - Ilha inglesa da Irlanda.
- 11 - Pesara para abater a tara. Senhorio.

HORIZONTAIS:

- 1 - Vila e sede de concelho (Braga). Cidade da Alemanha.
- 2 - Alentaram. Nessa ocasião. Gatuno.
- 3 - Tempo do verbo ir.
- 4 - Prendam. Grandes.
- 5 - Perfilhara.
- 6 - Fole. Prendera com elos.
- 7 - Conjunção. Nota musical. Preposição.
- 8 - Antes de Cristo. Jaqueta.
- 9 - Passagem estreita entre montanhas (pl.). Grande quantidade.
- 10 - Gostas muito de. Bens.
- 11 - Seguias. Momices.

VERTICAIS:

- 1 - Lago da Finlândia. Cidade do Japão.
- 2 - Nome de mulher. Reis. Juba.
- 3 - Repetiram. Pêlos de certos animais.
- 4 - Artigo indefinido. Serenatas.
- 5 - Da Galiza.
- 6 - Em má hora (ant.). Leito.
- 7 - Pátria. Taramelas.
- 8 - Recrutats. Cério (s.q.).
- 9 - Prasiódímio (s.q.). Falha (inv.).
- 10 - Jaz. Torne a coser.
- 11 - Miados. Frutos silvestres.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 880

HORIZONTAIS: 1 - Arredar. Ser. 2 - IE. Ir. Ao. 3 - Amoladas. Mi. 4 - Os. Nicaria. 5 - Fr. Calara. 6 - Ódio. Sana. 7 - Ri. RDA. 8 - Tasca. Ago. 9 - Um. OTAN. Res. 10 - Avançar. Ga. 11 - Armas. Assas. VERTICAIS: 1 - A. FORTUNA. 2 - Remordiam. 3 - Rios. Am. 4 - Corcova. 5 - Diana. Datas. 6 - Ardil. An. 7 - Saca. Anca. 8 - Asaras. As. 9 - Só. Rançar. 10 - É. Im. CEGA. 11 - Raias. Rosas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 690

HORIZONTAIS: 1 - Nagasaki. Ac. 2 - Abará. Ulano. 3 - Na. Aleai. Or. 4 - Que. Pandora. 5 - Ulm. Oil. Mo. 6 - Ião. Canadá. 7 - Mi. Cãs. Sola. 8 - Soaram. 9 - Cairo. Avô. 10 - Ali. Aval. 11 - Ormuz. Aso. VERTICAIS: 1 - Nanquim. Nô. 2 - Abaulais. 3 - Ga. Emo. Ócio. 4 - Ará. Caa. 5 - Salpicar. 6 - Ea. Asar. 7 - Kuanon. Mo. 8 - Ilidias. 9 - Domava. 10 - Anormal. Vãs. 11 - Corão. Atolo.

PROVÉRBIO: A FORTUNA É CEGA.

EFEMÉRIDES

1792

- Morre, em Roma, o escritor, filósofo e pedagogo português Luís António Verney.

1816

- Morre a rainha D. Maria I, de Portugal.

1863

- A Marinha Portuguesa passa a ter a divisa «A Pátria honrai, que a pátria vos contempla», segundo uma portaria do ministro Mendes Leal.

1888

- O Teatro «Baquet», no Porto, é destruído por um incêndio.

1945

- O general norte-americano Douglas Macarthur anuncia a invasão, por parte de forças dos EUA, da ilha de Panay, Filipinas, no decurso da Segunda Guerra Mundial.

1984

- Cinco tripulantes de um petroleiro soviético ficam feridos e o barco danificado devido à explosão de uma mina em Porto Sandino, na Nicarágua, colocada por rebeldes direitistas antigovernamentais, apoiados pelos Estados Unidos da América.

- A cimeira da CEE, em Bruxelas, malogra-se após dois dias de negociações entre os chefes de Governo dos 10 países, o que coloca membros daquela organização numa situação de quase rotura, o malogro é atribuído, pela maioria dos participantes à inflexibilidade da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher.

1986

- O Primeiro-Ministro Cavaco Silva anuncia no Parlamento que o Governo vai baixar o preço do leite e dos combustíveis, com excepção da gasolina.

Resolveu completamente este problema?
Procure, agora em segundo passatempo,
o provérbio nele inscrito.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas.

ALFA 1

NASCIDO A 4 DE JULHO
 Filme de Oliver Stone
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.30 e 00.30 horas.

ALFA 2

MISS DAISY
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 3

SHIRLEY VALENTINE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4

CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Filme de Peter Weir c/Robin Williams
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa
 Telef. 691275
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30 horas.

AMOREIRAS 2

MISS DAISY
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3

SHIRLEY VALENTINE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4

QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6

OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 7

FLORES DE AÇO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8

NEGÓCIO DE FAMÍLIA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 9

VALMONT
 Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening

Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10

CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A
 Telef. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10
 Telef. 776098
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.00, 18.00, 21.30 horas

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15
 Telef. 324194
A MÁQUINA DA MORTE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO

Parque Mayer
INVESTIGAÇÕES SEXUAIS
 Hard-core-1º escalão (porno)
 Maiores de 18 anos
 Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27
 Telef. 573407
O QUE É O VIBRADOR MALTÊS?
 Hard-core-1º escalão (porno)
 Maiores de 18 anos.
 Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37
 Telef. 533253
FLORES DE AÇO
 Maiores de 16 anos.
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
O ÚLTIMO DRAGÃO
 Maiores de 18 anos
 Às 24.00 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA
 Telefone 9434762
BRIGADA ASSASSINA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.15 e 21.15 horas

CINEMATECA

PORTUGUESA
 R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546085
IL MESSICA
 Filme de Roberto Rossellini, às 18.30 horas.
O JARDIM ONDE VIVEMOS
 Filme de Vittorio de Sica, às 21.30 horas.

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34
 Telef. 549999
NOVE SEMANAS E MEIA
 Filme de Adrian Lyne
 Maiores de 18 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2
 Telef. 322523
ROCK DE FOGO
 Filme de Sidney Lumet
 Maiores de 12 anos



QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?

Em exibição

SALA 4

Quarteto

PUB

M/16 anos

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques, 35
 Telef. 555134
CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F
 Telef. 8487255
ALVOS HUMANOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfica 503
 Tel 7145088
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas
FONTE NOVA 2
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo
 Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
O BANDO DAS QUATRO
 Filme de Jacques Rivette
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13.00, 15.45, 18.30 e 21.30 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2
O PROCESSO DO REI
 Filme de qualidade de João Mário Grilo
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques
 Telef. 555134
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes
 Telef. 8480808
O RIO DA MORTE
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C.
 Telef. 8480808
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2

CLUBE DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

KING TRIPLEX 3

LIMPO E SÓBRIO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara
 Telf. 3631162
ROCK DE FOGO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2

OS FABULOSOS IRMÃOS BACKER

TRIBUNAL JUDICIAL

DA COMARCA DE ALMADA

ANÚNCIO

FAZ SABER que na Acção de Divórcio Litigioso que correm seus termos nesta secção e Juízo e registados sob o n.º 464/89 em que é autora, MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA MARTINS, residente na Rua da Bela Vista, Lote 3 - 5.º D, Pragal - Almada, move contra EMANUEL DE JESUS TAVARES RIBEIRO, actualmente em parte incerta e com última residência conhecida na Rua Carvalho Araújo, 106 - r/c - Lisboa, é este réu citado para contestar, querendo, a referida acção devendo apresentar a sua defesa no prazo de 20 dias, que começará a contar da última publicação do anúncio e de tudo o melhor consta da petição inicial, cujo duplicado lhe será entregue quando solicitado.
 Almada, 6 de Fevereiro de 1990.

O Juiz de Direito,
 José Inácio Manso Rainho
 O Escrivão Adjunto,
 João Manuel Machado Fouto
 «DL» 2.º Pub. — 20/3/90

Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES

Av. de Roma, 7-A
 Telef. 801313
VALMONT
 Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão
 Telef. 538743
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2

SHIRLEY VALENTINE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3

FLORES DE AÇO

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

O Doutor Juiz de Direito do Tribunal de Círculo de Portimão — FAZ SABER que nos autos de Acção Ordinária 807/89, pendentes na Secretaria deste Tribunal, que a autora, MARIA ANTONIETA NEVES DOS REIS, residente na Av.ª S. João de Deus, 40-1.º Dt.º em Portimão, faz mover contra os réus MARIA NINAZ BEGAM AHAMADE POPAT, solteira, AHAMADE ALI e mulher MALEQUE SULTANA, todos com última residência conhecida nos Apartamentos Velamar — Forte de S. João — Albufeira, SADRUDDIN ALIBHAI SANGY e MUNIRA SADRUDDIN ALIBHAI, ambos com última residência conhecida na Rua José Buissel, 69 em Portimão, todos actualmente em parte incerta, são estes réus citados para contestar o pedido, apresentando a sua defesa no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de SESENTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, pedido esse que consiste em serem os ora citados condenados a pagar à autora a quantia de 6 275 373\$00 (seis milhões, duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta e três escudos) e ainda os juros legais vencidos após a citação, a liquidar em execução de sentença, com a cominação de, não contestando, se virem a considerar confessados os factos articulados pela autora.

Os duplicados da petição inicial encontram-se na Secretaria deste Tribunal à disposição dos citandos.
 Portimão, 13 de Março de 1990
 O Juiz de Direito,
 (Álvaro da Cunha Gomes Rodrigues)
 A escrivã-adj. int.ª,
 (Maria dos Reis Matos)
 «DL» 2.º Pub — 20/3/90

Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS

Av. 5 de Outubro, 42-B
 Telef. 574362
AS LOUCURAS DO MEU FANTASMA
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON

R. dos Condes, 4
 Telef. 326283
O RIO DA MORTE
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 18.00 e 21.30 horas

OLIMPIA

R. dos Condes, 13
 Telef. 325309
AMOR DE ALTO PREÇO
 Filme porno
 Maiores de 18 anos
 Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade
ROCK DE FOGO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2

NEGÓCIO DE FAMÍLIA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA

R. Portas de Stº Antão
 Telef. 326305
PHOENIX - A GUERREIRA
 Filme de Robert Hayes
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16
 Telef. 771378
CIÚMES DE MORTE
 Filme de Nicholas Broomfield
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00 e 24.00 horas.

ANÚNCIO

TRIBUNAL

JUDICIAL DE LEIRIA

Faz-se saber que no dia vinte seis do mês de Abril, pelas 14 horas, no Tribunal desta Comarca, no processo de Carta Precatória extraída dos autos de Inventário Obrigatório n.º 7/87, a correr termos no T. Judicial do Seixal, a que se procede por óbito de António Eduardo Gonçalves e desempenha as funções de cabeça de casal Maria Alcina André M. Nunes de Sousa, residente em Rua Sociedade Filarmónica Operária Amorense, Lote 20 — 4.º Esq.ª, na Amadora — 2840 SEIXAL, não-de ser postos em praça para serem arrematados ao maior lance oferecido, acima dos respectivos preços anunciados, os seguintes — Veículo Ligeiro de mercadorias, da marca TOYOTA, DINA DIESEL, de matrícula SP-98-23, de caixa aberta, a qual vai à praça pelo valor de 650 000\$00 (seiscientos e cinquenta mil escudos).
 O referido veículo encontra-se em casa de VITOR PEDROSA FRIAS, conhecido pelo filho de Maria do Outeiro, residente em Sismaria-Monte Pedondo-Leiria.

Leiria, 1 de Março de 1990
 O Juiz de Direito,
 (António Joaquim Piçarra)
 A Escrivã adjunta,
 (Maria Pires Marques Oliveira)

«DL» 20/3/90 — 2.º Pub

CARTAZ

QUARTETO 2

CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30,
21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3

FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30,
21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4

QUE FIZ EU PARA MERECER
ISTO?
Filme de Pedro Almodovar
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15,
20.00 e 22.00 horas.

SÃO JORGE 1

Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15
horas.

SÃO JORGE 2

SHIRLEY VALENTINE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

SÃO JORGE 3

MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e
21.45 horas.

7ª ARTE

Av. da República
Telef. 730715
QUERIDA EU ENCOLHI
OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

TERMINAL

Estação do Rossio
Telef. 371573
ESCORPIÃO VERMELHO
Maiores de 12 anos
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30
horas

TURIM

Estrada de Benfica, 723-A



Pauline Collins, em «Shirley Valentine»

Telef. 706666
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 17.30 e 21.30
horas.

XENON

Av. da Liberdade, 9
Telef. 3468446
LIMPO E SÓBRIO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e
21.30 horas

AMADORA BABILÓNIA

Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
ASSASSINATO
SOB CUSTÓDIA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

CACÉM ESTÚDIO FLORES

Telef. 9247570
Encerrado para descanso do
pessoal

QUELUZ KING D. PEDRO III

Telef. 4364845
SALA 1
RIO DA MORTE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15
horas.
SALA 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30
horas.
SALA 3
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45
horas.

CASCAIS

OEIRAS
ALTO DA BARRA 1
Av. das Descobertas - Telef.
4439759
ROCK DE FOGO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
COMO O CÉU SE ENGANOU

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS CINE PALMEIRAS 1

Telef. 2479144
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2

NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS ATLÂNTIDA CINE

Telef. 2465653
PROFISSÃO DURO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS

MIRAMAR 1
Telef. 2841744
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2

FLORES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD

Avb. 25 de Abril - Telef.
2865027
ROCK DE FOGO
Maiores de 12 anos
Sessões às 16.00 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA ACADEMIA
ALMADENSE
Telef. 2752127
MANOBRAS PRIVADAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA

CINEMA PESCADOR
Telef. 2905350
AS LOUCURAS
DO MEU FANTASMA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 21.45 horas.

TEATRO LISBOA

TEATRO DE CARNIDE
Azinhaga das Freiras -
Telef. 7145178

Sextas e Sábados às 21.30
horas
DIVINAS PALAVRAS
De Ramón del Valle-
Inclan.

TEATRO

DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef.
7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas.
Dom. às 17.00 horas,
descanso à 4ªFeira
SALA NOVA
PÉCORA de Natália
Correia.
Em cena até ao final do
mês.
CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo
Em cena aos Sábados às 24
horas.

TEATRO

DA CORNUCÓPIA
R. Tenente Raul Cascais, 1-
A - Telef. 661515/669205
De 5ª a Sáb. às 21.30. Dom.
e Feriados às 16.00 horas
SALADA
De Tristan Rémy.

RITZ CLUBE

R. da Glória, 57 - Telef.
325140
De 5ª a Sábado às 21.30. Sá
FECHADO PARA OBRAS

TEATRO ABC

Parque Mayer - Telef.
3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e
22.45. Domingos e Feriados
às 16 horas
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/



«A Salada», em cena no Teatro da Cornucópia

Camilo de Oliveira, Miguel
Simões e Paulo César.

TEATRO MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras,
nº 52 - Telf. 897017
3ª, 4ª e 5ª, às 21.30. Sextas e
Sábados às 20.30 e 23.00.
Dom. e Feriado. às 15.00 e
18.00 horas.
SEVERA
De Júlio Dantas.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer - Telef.
3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e
23.00 horas
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana,
Francisco Nicholson,
Augusto Fraga, Nuno
Nazareth Fernandes e
Fernando Ribeiro.

TEATRO DA TRINDADE

R. Nova da Trindade -
Telef. 323200
De 5ª a Sáb. às 21.45, Dom.
às 16.00 horas
AUTO DA ÍNDIA
Pelo Grupo de Teatro de
Todos os Tempos

VARIEDADES

Parque Mayer - Telef.
326037
De 3ª a Domingo às 21.30.
Domingos e Feriados às
16.00 horas
OS MENINOS À RODA
DA MAMÃ
Versão livre de Henrique
Santana.

«GLOBAL — COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.»
CERTIFICADO

Para efeitos de publicação, que por escritura de 6 de Março de 1990, lavrada de folhas 71 a folhas 72, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 11-E, do Vigésimo Sexto Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do Notário Carlos Manuel da Silva Almeida, foi aumentado o capital social da sociedade anónima, com a firma em epígrafe, com sede em Lisboa no Largo Jean Monnet, número 1, 3.º andar, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 69229, de 1 500 000 000\$00 para 1 650 000 000\$00, sendo o aumento de 150 000 000\$00 efectuado em dinheiro já entrado na caixa social e subscrito mediante a emissão de 150 000 novas acções do valor nominal de 1 000\$00, cada uma.

Que, em consequência do referido aumento foi alterado o artigo quarto do respectivo contrato social, o qual ficou com a seguinte redacção:

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL
ARTIGO 4.º

O capital social é de mil seiscientos e cinquenta milhões de escudos, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e é representado por um milhão seiscientos e cinquenta mil acções do valor nominal de mil escudos cada uma.

VAI CONFORME.

Lisboa, doze de Março de mil novecentos e noventa.

VIGÉSIMO SEXTO
CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
CERTIFICADO

Que me foi apresentado o livro de actas das Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade «GLOBAL — COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.» Livro este que contém cinquenta folhas, numeradas por páginas e encontra-se selado na competente Repartição de Finanças.

Mais certifico que de páginas dezasseis a páginas vinte e cinco do mesmo Livro, se encontra exarada a acta número quatro, de cinco de Março corrente, da qual já se encontra fotocópia arquivada neste Cartório, a instruir a escritura lavrada a folhas setenta e uma do Livro de Notas número 11-E, onde consta e verifiquei que foram nomeados mais dois membros para o Conselho de Administração que são os senhores Xavier Du Malet, e António Duarte.

VAI CONFORME NA PARTE TRANSCRITA.

Lisboa, doze de Março de mil novecentos e noventa.

O Ajudante
Laura Maria Ferreira Tafula Gonçalves Vieira

«GLOBAL VIDA — COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.»
CERTIFICADO

Para efeitos de publicação, que por escritura de 6 de Março de 1990, lavrada de folhas 72, verso a folhas 73 verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 11-E, do Vigésimo Sexto Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do Notário Carlos Manuel da Silva Almeida, foi aumentado o capital social da sociedade anónima com a firma em epígrafe, com sede no Largo Jean Monnet, número 1, 3.º andar, em Lisboa, matriculada na Segunda Secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 196, de 1 500 000 000\$00 para 1 650 000 000\$00 sendo o aumento de 150 000 000\$00 efectuado em dinheiro já entrado na caixa social e subscrito mediante a emissão de 150 000 novas acções de valor nominal de 1 000\$00 cada uma.

Que em consequência do referido aumento foi alterado o artigo quarto do respectivo contrato social, o qual ficou com a seguinte redacção:

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL
ARTIGO 4.º

O capital social é de mil seiscientos e cinquenta milhões de escudos, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e é representado por um milhão seiscientos e cinquenta mil acções do valor nominal de mil escudos cada uma.

VAI CONFORME.

Lisboa, doze de Março de mil novecentos e noventa.

O Ajudante,

(Laura Maria Ferreira Tafula Gonçalves Vieira)

VIGÉSIMO SEXTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

CERTIFICADO

Que me foi apresentado o Livro de Actas das Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade «GLOBAL VIDA — COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.», Livro este que contém cinquenta folhas numeradas por folha e encontra-se selado na competente Repartição de Finanças.

Mais certifico que de folhas nove a folhas doze do mesmo Livro se encontra exarada a acta número quatro, de cinco de Março corrente, da qual já se encontra fotocópia arquivada neste Cartório, a instruir a escritura lavrada a folhas setenta e duas verso do Livro de Notas número 11-E, onde consta e verifiquei que foram nomeados mais dois membros para o Conselho de Administração que são os senhores Xavier Du Malet, e António Fundão Duarte.

VAI CONFORME NA PARTE TRANSCRITA.

Lisboa, doze de Março de mil novecentos e noventa.

Rasurado: «número, quatro, fotocópia, número».

O Ajudante,
(Laura Maria Ferreira Tafula Gonçalves Vieira)

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA
DE LISBOA

6.º JUÍZO

ANÚNCIO

FAZ SABER que por esta Secção e Juízo correm termos uns autos de Acção Ordinária, registados com o n.º 5468, nos quais são Autor FERNANDO JOSÉ PEREIRA GALHARDO, residente na Rua Fialho de Almeida, n.º 17-4.º Esquerdo, 1000 LISBOA e Réus INCERTOS, correndo editos de trinta dias, após a data da segunda e última publicação do anúncio, citando os réus, para no prazo de vinte dias, contestarem, querendo, a presente acção, na qual o Autor pede que a acção seja julgada procedente e provada, reconhecendo-se-lhe o direito de propriedade sobre o jazigo com o n.º 1387, sito na Rua 27-D do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, como de tudo melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra nesta Secretaria à disposição dos citandos.

Lisboa, 8 de Março de 1990

O Juiz de Direito,
Joaquim Manuel Cabral
e Pereira da Silva

A Escrivã Adjunta,
Maria Ondina Barbosa Pereira

«DL» 2.ª pub. — 20/3/90

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo,
31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb.
às 20.30 e 22.45. Domingos
e Feriados às 16.00 e 21.30
horas
ORA BATE...
BATMAN'SO.

INFANTIL

OS PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas,
Lº1658-r/c-Dº - Telef.
7141823
3ª 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00
horas
HOJE SOU REL...
AMANHÃ NÃO SEI
De Guida Maria, Maria
João Trindade e Mário
Jorge.

TIL

R. Leão de Oliveira, nº1 - Telef.
3639974
Aos Sáb. Dom. e Fer. às 16 horas
FELIZ ANIVERSÁRIO
De Fernando Gomes.

CARTAZ / TELEVISÃO

SNOOPY POR SCHULZ

HOJE
RTP-1

- 16.40 - HOSPITAL CENTRAL
129º episódio
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
97º episódio
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
73º episódio
21.15 - PRIMEIRA PÁGINA
22.10 - CRÔNICA DO CRIME
27º episódio: na festa de aniversário "surpresa" do Mike Torello, Danny Krycheck é atingido a tiro por um assassino contratado que dá pelo nome de Tony Costa. Enquanto Danny luta pela vida no hospital, Costa e os seus homens de mão raptam o gerente de um casino de Vegas e a sua mulher, exigindo um resgate de quatro milhões de dólares. Torello toma conta do caso e desencadeia uma encarniçada acção contra os raptadores.
23.00 - 24 HORAS
23.30 - UM DIA
2º programa
23.35 - REMATE
23.40 - CARTAS DE HUMOR
8º programa

RTP-2

- 16.55 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS
17º episódio
17.22 - HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS
17º episódio
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
64º episódio
18.25 - MUSIC BOX
«Via Rápida»
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66», 23º episódio



Em Cinemadois, no 2º Canal às 21.30, «O Último Domicílio Conhecido»



No 1º Canal às 22.10, «A Crónica do Crime»

- 20.30 - CINE MAGAZINE
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMADOIS
«O Último Domicílio Conhecido»: um filme de José Giovanni, com Lino Ventura, Marlène Jobert e Michel Constantin.
Marceau Vincini, de origem italiana, é um comissário da polícia da brigada criminal de Paris, que foi transferido para uma pequena esquadra de bairro devido aos seus métodos eficazes, mas duros. Encarregam-no de «limpar» locais de sádicos e exibicionistas que impor-

tunam as mulheres e dão-lhe como assistente o jovem e idealista Jeanne. Depois, os dois vão ocupar-se juntos de um misterioso caso e, para resolvê-lo, só dispõem de uma pista: a «última morada conhecida» de uma testemunha indicada para depor num processo e que desapareceu.

ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOSINFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGES

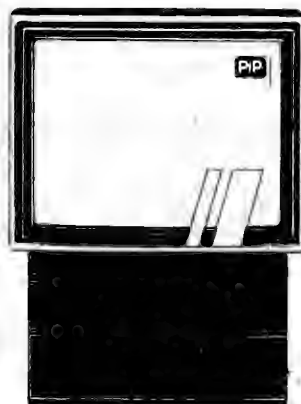
AMANHÃ

RTP-1

- 09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - TAMBÉM OS RIOS CORREM
14.15 - VILA FAIA
15.05 - O MUNDO ANIMAL
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.35 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR
NO TOTOBOLA
21.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«O Baile» de Ettore Scola
23.40 - 24 HORAS
00.10 - UM DIA
00.15 - REMATE
00.25 - CARTAS DE HUMOR

RTP-2

- 14.31 - TELEMERCADO
15.00 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA, ESCOLHA
16.55 - OS CAMPBELLS
17.20 - HISTÓRIA
DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA
LIMA
18.25 - A ROTÁ MARÍTIMA DA SEDA
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O SUBMARINO
22.25 - SÉCULO XX - A CAMINHO
DA GUERRA
23.20 - MÚSICA N' AMÉRICA

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...● BLAUPUNKT
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença



AOS CONDUTORES

"Mal pressinta a presença de crianças,
prepare-se para travar."

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA / PORTUGUÊS



«Os Alfacinhas sabem que Lisboa enfrenta tantos e tão graves problemas que, para solucioná-los maciçamente, não parece possível dispensar a ajuda de Santo António»

Sequeira Afonso, «Diário de Notícias», 19.03.90

A PERGUNTA DO DIA



Vítor Direito, director
do «Correio da Manhã»

O «Correio da Manhã» entrou ontem no seu décimo primeiro ano de vida. Que projectos é que tem para o futuro?

«Nós não temos projectos na manga porque trabalhamos sempre de mangas arregaçadas. Aliás, só assim é que conseguimos ser o jornal de maior tiragem e maior expansão deste nosso pequeno país. O «Correio da Manhã» é um projecto feito por profissionais e que tem uma característica muito especial: não se reclama um jornal independente. Somos dependentes da amizade dos nossos leitores e dos nossos anunciantes. Há por aí alguns que se reclamam independentes e depois andam a dizer mal das empresas concorrentes daquelas que os subsidiam. Nós, desde o primeiro dia, demarcámo-nos, sim, dos grandes grupos económicos e políticos, e por isso preferimos continuar a fazer o jornal e não pensamos em televisão.»

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

Centros
de saúde
vão ser
privatizados?

Cartas
de Washington
e Moscovo

Artigos de
Joaquim Letria
e Manuel Alegre

Cartoon
de Pedro Palma

ENTREVISTA

Fernando Curado Ribeiro foi um dos grandes galãs do celulóide e da rádio. As cartas de amor chegavam todos os dias às dúzias mas o estatuto de playboy nunca lhe agradou. Hoje, está afastado das telas, dedica-se mais ao teatro e lamenta a intelectualidade dos realizadores portugueses

«O cinema português inquieta-me»



D.L. - O que é que faz actualmente?

C.R. - Sou actor, trabalho no Teatro Nacional, embora neste momento não tenha nenhuma peça em cena, sou colaborador da televisão e sou realizador de rádio e responsável pelo núcleo de teatro rediofónico na RDP.

D.L. - Deixou o cinema?

C.R. - Nos últimos tempos tenho colaborado em filmes estrangeiros, em filmes portugueses não.

D.L. - Porquê?

C.R. - Não há nenhuma deliberação da minha parte, tem sido assim.

D.L. - O que pensa do actual cinema português?

C.R. - Deixa-me um bocado inquieto. Não sei bem porque é que se faz assim, lá ter as suas razões. É um cinema que, em algumas das suas obras mais recentes, se atira quase exclusivamente para o campo intelectual, e eu não sei se será isso o melhor.

D.L. - Os actores portugueses são acusados de, na televisão e no cinema, serem muito teatrais...

C.R. - Nós não temos direcção de actores, temos muito poucos. Claro que são linguagens diferentes e a naturalidade em teatro não pode ser a mesma que na televisão ou no cinema, mas isso será o director de actores que terá que encontrar a justa medida para que os actores possam encontrar o equilíbrio. Não há actores de cinema

nem actores de teatro, há actores.

D.L. - Como é que era o cinema no seu tempo?

C.R. - O cinema não ia muito além de uma comédia de costumes. Não estou a minimizar a comédia de costumes, pelo contrário, acho que aquelas em que eu entrei cumpriram, coincidentemente. Eram obras dirigidas ao grande público e isso perdeu-se. Deveria haver hoje obras dirigidas ao grande público. Talvez o nosso cinema tenha diminuído em consequência disso.

D.L. - Era mais fácil fazer cinema nessa altura?

C.R. - Sempre ouvi falar em crise. Mas, no fim de contas tenho que constatar que era mais fácil arranjar dinheiro para as fitas nessa altura do que agora. Não havia o Instituto Português de Cinema, e eram capitalistas que davam o seu dinheiro, e se o davam era porque ganhavam com isso. O cinema rendia, era um negócio.

D.L. - Era considerado um galã do cinema. Sentia-se um galã?

C.R. - Não. Eu era muito novo, não me preocupava com essas coisas, preocupava-me com a vida...

D.L. - Mas as mulheres vinham ter consigo, escreviam-lhe cartas de amor.

C.R. - Isso era natural. Escreviam-me sobretudo muitas cartas. Repare, nessa altura não havia televisão e a rádio tinha um impacto maior

do que a televisão tem neste momento, fornecia mais admiradores do que actualmente.

D.L. - Que é preciso para ser galã? Basta ser bonito?

C.R. - Oxalá que não. O galã é um sector aborrecido da vida artística, muito ingrato. Eu durante muito tempo fiz galãs mas desejei sempre passar para os outros papéis. O galã, de maneira geral, é um papel fraco, mau.

D.L. - Uma vez afirmou que a crítica achincalha o teatro. Continua a pensar assim?

C.R. - Continuo a pensar que a crítica é um bocado desordenada, mas acho que melhorou bastante. Não quer dizer que não haja nos críticos actuais muitas incompetências. A maioria dos críticos não tem qualidade no seu trabalho, move-se por interesses particulares e precipita-se em avaliações e juízos nefastos para aqueles que actuam.

D.L. - Acusava-os também de serem malcriados...

C.R. - Houve uma altura, não muito distante, em que os críticos eram malcriados pois, como queriam atingir organizações que não podiam atingir devido à censura, batiam nos actores, que eram os intermediários entre eles e as organizações que eram alvo das críticas. Os actores eram apanhados no meio e os críticos chegavam às raíças da indelicadeza.



Primavera com silhueta

Rompeu consigo próprio e não adiou mais - como o rei de Sheherezade - a morte. A própria morte. Esse contador de histórias psicanalíticas e antropológicas sobre os nossos contos de fadas, quase nonagenário, Bruno Bettelheim, era ainda tão jovem que soube suicidar-se. Aconteceu na semana passada e ficou escrito.

Vienense com parentes na Morávia, tal como Freud, psicólogo, Psiquiatra, maravilhoso leitor de maravilhas populares, judeu cativo de Hitler, Herr Professor dos Americanos, especialista de crianças autistas, disponível, educador que aprendia a viver com os seus educandos, psicanalista de Barba Azul, admirador prudente do lobo dito mau, dado, pragmático, atento. Atento aos desejos primitivos de todos os homens, aos segredos originais de todos nós, e também aos segredos adquiridos, segundo ele necessários, para ganharmos o nosso eu.. A função desse eu é ter medo e dominá-lo. Uma terapêutica de cor pansimpática.

Misturo tudo: a personalidade invulgar de Bruno Bettelheim, as feridas simbólicas descobertas por ele nos rituais primitivos que são igualmente nossos apesar de todos os alibis, e a sua obra escrita entre a poesia e o clínico, o lado fascinante desse homem comum em tudo o que fez.

Foi ele que já não quis a última passagem para a Primavera, ela, que segundo as suas palavras, é «passagem circular». Ela chega hoje, se não me engano em meteorologia, às 21 horas, 19 minutos e alguns segundos. Sem ele.

Mas que o meu modesto texto «primaveril» lembre esse homem terno e talvez eterno, de eternidade à nossa reduzida medida.

Jorge Listopad



Na entrevista a Vera Lagoa, publicada no «DL» do dia 13 de Março, foi referido por lapso que o Conselho da Revolução lhe quis retirar o pseudónimo. Na realidade, quem o pretendia fazer foi o Conselho de Redacção.

A.M.A. Auto Monumental do Arco

CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE ECONOMIA

Diário de Lisboa

É urgente a inovação dos sistemas financeiros

A reforma da Bolsa é urgente e a inovação dos sistemas financeiros franceses e portugueses está na ordem do dia, avisam os especialistas do sector.

É necessário voltar a emitir Bilhetes do Tesouro a prazos não superiores a dois anos, pois a generalidade dos agentes económicos ainda não interiorizou expectativas de descida da inflação interna, afirma o governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira.

O Tesouro português tem que oferecer aos aforistas e investidores institucionais Valores do Tesouro em condições concorrenciais, considera Alberto Ramalheira, presidente da Junta de Crédito Público. Estas são algumas conclusões da Jornada Financeira Franco-Portuguesa realizada, pela primeira vez, no final da passada semana, em Lisboa.

Protagonistas deste encontro, além de uma centena de especialistas do mercado financeiro, foram a Caixa Geral de Depósitos e a Caixa de Depósitos e Consignações francesa, às quais Robert Lion chamou de «artesãos de uma cooperação equilibrada e diversificada».

Através dos seus presidentes, Rui Vilar e Robert Lion, foi sintetizada a importância das trocas de experiências e relações privilegiadas entre si, para uma solidificação e maior transparência de métodos na corrida que é necessário levar à prática com a liberalização, universalização e diversificação das actividades financeiras.

Pág. 6

Uma profunda reestruturação que visa a modernização, a segurança e o combate à concorrência desleal de empresas de «vão-de-escada», mas também a liberalização da actividade de cabotagem



Transportes de mercadorias com mudanças aceleradas

São de mudança e de reestruturação, aceleradas, os tempos que correm no sector dos transportes de mercadorias. Incentivadas pelo Governo, impostas pela concorrência, decorrentes da integração comunitária, exigidas pelos intervenientes, as alterações consubstanciam-se na desregulamentação, no acréscimo da concorrência, na modernização das frotas e na necessidade de aumentar a fiscalização.

Fruto da desregulamentação, a acção fiscalizadora do Estado deverá ser incrementada. Porém, este encontra-se com a acção inibida,

por as suas estruturas sofrerem de incapacidades várias.

De resto, a evolução do confronto entre a vontade da nova directora-geral dos Transportes Terrestres, Maria de Lurdes Martins, e a inércia do aparelho, será algo a que merecerá a pena estar atento, tal a disposição evidenciada por esta responsável de operacionalizar as ancilosas e burocratizadas estruturas existentes.

Neste sector, caracterizado pelo grande peso das empresas «vão-de-escada», a concorrência é atreita a desenrolar-se em moldes ruinosos,

como afirmou Oliveira Martins. A recente explosão em Santa Apolónia dá-nos um exemplo flagrante das consequências deste tipo de concorrência.

Entretanto, da Comunidade vem a necessidade de modernizar e reestruturar. Os transportadores portugueses têm na próxima liberalização da actividade de cabotagem a oportunidade de manifestar a sua capacidade concorrencial e na actual reestruturação italiana, um exemplo a ponderar.

Centrais

Construtores de automóveis degladiam-se na Europa

Enquanto que em Portugal a quebra nas vendas de automóveis começa a provocar sérias preocupações no sector, a Europa prepara-se para ser palco de uma dura luta entre os principais construtores mundiais, em particular os japoneses.

A partida, com a sua alta taxa de produtividade e com uma qualidade de produção sem concorrência próxima, os japoneses parecem estar bem situados para ganhar o mais importante mercado consumidor do mundo. Mas os construtores europeus estão a apostar na cooperação entre eles para enfrentar um perigo que pode pôr em causa entre 120 e 140 mil postos de trabalho.

Pág. 8

Têxteis:
pedir o dobro
para ganhar
metade
Pág. 2

Internacionalização e soberania
A análise
de Geraldo Dias
Pág. 3

Cadeia de frio é essencial para qualidade alimentar
Pág. 7

AGROPROMOTORA

CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS

PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA

RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

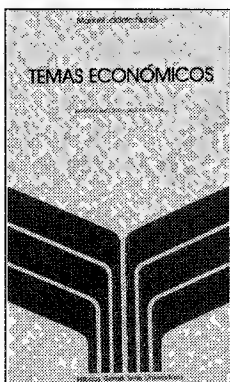
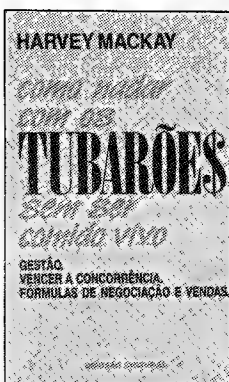
ECONOMIA

Portugal e o drama da reconversão

Têxteis: pedir o dobro para ganhar metade

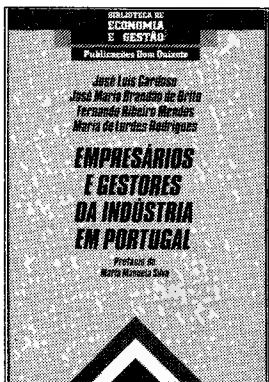
B R E V E S

«Como Nadar com os Tubarões» sem ser Comido Vivo» é obra com um milhão de exemplares vendidos nos Estados Unidos. Para este sucesso contribuiu o facto de não se tratar de um manual demasiado técnico de gestão de empresas, mas um bom indicador sobre negócios. O autor, Harvey Mackay, é a pessoa indicada para poder aconselhar os interessados, já que é fundador, proprietário e administrador da Mackay Envelope, com uma facturação anual acima dos 33 milhões de dólares



«Temas Económicos», de Manuel Jacinto Nunes, publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, é a reunião de escritos de vários indóles do autor, numa tentativa «honesta de informar e formar». Segundo Jacinto Nunes, o leitor mais culto tem a oportunidade de rememorar conceitos e acontecimentos e de exercer uma actividade crítica sobre o que se escreveu e o menos informado colherá maior proveito da leitura conjunta dos textos que apareceram dispersos no tempo.

«Guia do Mercado Comum ao Alcance de Todos», da autoria de Hugh Arbuthnott e Geoffrey Edwards e publicado por Edições 70, é um livro «que não pode deixar de ser lido por quem quer informar-se acerca da Comunidade Europeia e por todos quantos pretendem enfrentar com serenidade o desafio de 1993». O que são e como funcionam as instituições e as políticas comunitárias são a base de uma obra que se dirige aos cidadãos, «beneficiários últimos da integração europeia».



«Empresários e Gestores da Indústria em Portugal» (Publicações Dom Quixote) tem por base os resultados principais de um projecto de investigação que decorreu no CISEP durante cerca de dois anos e meio e que visou encontrar respostas para as seguintes questões centrais: quem são? o que pensam? como agem os empresários, gestores e dirigentes da indústria portuguesa? Autores: José Luis Cardoso, José Maria Brandão de Brito, Fernando Ribeiro Mendes e Maria de Lurdes Rodrigues.

Do nosso correspondente em Bruxelas

Portugal estima em dez anos, a partir de 1993 inclusivé, o período necessário à reconversão e modernização da indústria têxtil, o sector que representa um terço das exportações globais do País. A Comunidade não aceitará um período tão longo. As posições portuguesas poderão ser interpretadas como pura estratégia negocial.

O ministro da Indústria e Energia afirmou em Bruxelas que, na eventualidade da estratégia e o programa de reestruturação da indústria têxtil e do vestuário não serem apoiados pela CEE, poderia prever-se o encerramento, por falência, de um número significativo do total das 2500 empresas do sector. Assim, «quanto mais rápida for a abertura do mercado, tanto mais rápido e maior seria o colapso das empresas».

Em Bruxelas, encara-se a posição portuguesa como estratégia negocial. A Comunidade não vai conceder mais do que dez anos para a reconversão da indústria têxtil. No entanto, se durante esse lapso de tempo a parte determinante da reconversão se concretizasse, havia a possibilidade de a prolongar para além do período transitório. Aliás, o período de dez anos a conceder pela CEE é já uma perspectiva optimista que Portugal não desdenharia.

750 milhões

O ministro Mira Amaral deu a conhecer, numa intervenção que efectuou num dos hotéis da capital belga, um estudo encomendado pelo



Têxteis: Mira Amaral pede o impossível

Governo português à empresa de consultores Werner, em 1980, trabalho que foi sendo actualizado em presença de novas opções de política industrial e que aponta para uma verba de 750 milhões de contos necessária à reestruturação do sector.

Salientou o governante que o processo que a indústria portuguesa iniciou em 1988/89 está a decorrer numa conjuntura menos favorável do que aquela em que se processou o da maior parte das indústrias têxteis comunitárias: maior grau de liberalização face a países terceiros; maior agressividade dos novos países industrializados e dos países em vias de desenvolvimento; emergência de novas condições políticas, resultando numa maior abertura na Comunidade aos países do Leste (tendo-se já verificado concessões importantes à Polónia e à Hun-

gría); e ainda a pressão que se está a efectuar sobre as empresas em matéria de defesa do ambiente.

Segundo Mira Amaral, «estima-se que apenas 20 por cento do esforço de reestruturação na indústria têxtil portuguesa possa estar terminado até finais de 1992». Seria, aliás, irrealista prever que a reestruturação total de um sector que emprega para cima de 215 mil trabalhadores (28 por cento da indústria transformadora) se pudesse fazer em quatro anos, ou seja de 89 a 92.

Reivindicações

O representante do Governo português disse ser necessário um investimento de 45 milhões de contos por ano durante um período de 15 anos, a partir de 1993, para que o sector têxtil se prepare para concorrer num mercado liberalizado. Este período terá

de corresponder àquele que medeia o fim do Acordo Multifibras e o regresso às regras Normais do GATT.

Mira Amaral assentou a estratégia nos seguintes pressupostos: apoio ao investimento de modernização/reestruturação na indústria têxtil; e apoio noutros sectores de actividade (industrial, comercial ou de serviços) das regiões onde a indústria têxtil está concentrada, de forma a que estes absorvam a mão-de-obra eventualmente libertada. Afirmou também: «Não estando os actuais fundos estruturais da CEE adaptados nem vocacionados para apoiar esta estratégia, é preciso que a Comunidade desenvolvesse as acções necessárias à criação de um instrumento específico que apoie a reestruturação da indústria têxtil nesta e noutras regiões comunitárias igualmente desfavorecidas e muito dependentes desta indústria, durante os 15 anos de período transitório que se estimam necessários desde o fim do presente Acordo Multifibras até à liberalização total do comércio têxtil».

O ministro disse que Portugal apoia inteiramente um plano europeu de inovação e desenvolvimento tecnológico na indústria de malhas e do vestuário. «Tudo isto mostra que o sector não está condenado na Comunidade. Não há, aliás, sectores industriais obsoletos. O que há são empresas que se modernizam e incorporam as novas tecnologias e vão sobreviver e outras que não o fazem e desaparecerão do mercado», afirmou ainda Mira Amaral.

José Rui Cunha

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O

Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ____ / ____ / ____ Pelo período de

☐ 1 ANO	— 18 000\$00
☐ 6 MESES	— 9 000\$00
☐ 3 MESES	— 4 500\$00
☐ 1 MÊS	— 1 500\$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70\$00 cada • Mudança de endereço: 150\$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850\$00. • Informação ao assinante: os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacional até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluídos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA

Os novos benefícios fiscais

Os Códigos do IRS, do IRC e o Estatuto dos Benefícios Fiscais foram alvo de várias alterações no sentido de alargar e/ou corrigir vários benefícios fiscais, desde os agentes desportivos aos grandes investimentos produtivos, passando pelos que se dedicam à pecuária.

Os grandes projectos de investimento em unidades produtivas de valor global superior a 10 milhões de contos, dirigidos predominantemente para a exportação e com impacto positivo excepcional na balança de pagamentos, incluindo os correspondentes efeitos directos e indirectos, podem beneficiar de benefícios fiscais no âmbito do IRC, Sisa, Contribuição Autárquica e Imposto do Selo, desde que sejam efectivamente determinantes para a concorrência entre localizações alternativas.

Por outro lado, os rendimentos da categoria C dos sujeitos passivos que exerçam predominantemente a actividade pecuária intensiva serão considerados em 1989 apenas por 40 por cento, em 1990 por 60 e em 1991 por 80 por cento do seu valor. Durante os primeiros cinco anos de aplicação do IRS, os rendimentos da categoria D serão considera-

dos apenas em 40 por cento do seu valor.

Durante o mesmo período de tempo não constituem rendimentos sujeitos a tributação os resultantes de actividade agrícola, silvícola ou pecuária, com proveitos inferiores a três mil contos, ou exercida em prédios rústicos cujo valor patrimonial total para efeitos de Contribuição Autárquica seja inferior a 1500 contos.

Menos IRC

No que respeita ao IRC, os sujeitos passivos que exerçam a título predominante a actividade pecuária serão tributados à taxa de 20 por cento em 1989, de 25 por cento em 1990 e de 31 por cento em 1991.

Foi também fixado que são tributados à taxa liberatória de 25 por cento os rendimentos de quaisquer títulos nominativos ou ao portador, bem como os ganhos ou rendimentos resultantes de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantia de preço ou de outras operações similares ou afins, excepto no que respeita aos ganhos e rendimentos das operações de reporte sobre títulos de dívida pública, em que a taxa é de 20 por cento.

ECONOMIA

Especialistas mundiais analisam Portugal

Portugal tem sorte em estar na CEE

Se Portugal não tivesse aderido à CEE corria o risco de se tornar a "Turquia do Ocidente". Esta afirmação de Ernâni Lopes caracteriza o ambiente dominante do *meeting* organizado pelo World Economic Forum (WEF) sobre Portugal, realizado em Lisboa, à porta fechada, nos dias 15 e 16. O ex-ministro das Finanças foi ao ponto de classificar a pertença à Comunidade como «algo de verdadeiramente importante, de decisivo na conjuntura actual».

Destinada a examinar as oportunidades empresariais em Portugal em função de 1993, das mudanças na Europa Central e de Leste e dos propósitos liberalizadores nos mercados mundiais, a reunião correu, segundo um participante, em «ambiente franco», o que «naturalmente justifica que tivesse sido fechada à imprensa».

Este participante não deixou, contudo, de pormenorizar a caracterização feita de Portugal como a de um país que é um «ponto estratégico», uma «porta de entrada e de saída», facto de que a Comunidade se dá progressivamente conta e que, por pertencer à CEE, beneficia de muitas vantagens no actual contexto internacional.

Com efeito, as conversas havidas permitiram aos participantes saber o que Portugal era, o que é e o que vai ser. Os contactos com o Governo e a Oposição «deram para ter



Ernâni Lopes: «Ao aderir à CEE, Portugal evitou o risco de se tornar a Turquia»

uma ideia global e neutra, para fazer uma opinião».

«A moda, muda»

Desta forma, ficam de algum modo prejudicadas as perspectivas receosas da abertura de Leste. Lá, como afirmou outro participante, permanecem muitas incógnitas. Não se sabe como será o sistema de mercado, como será a convertibilidade das moedas, inclusive, não se sabe se há electricidade para as fábricas... O próprio Ernâni Lopes disse que a evolução previsível caracteriza-se, à excepção da RDA, por «um elevadíssimo grau de incerteza» e acrescentou que «a moda, muda», a propósito do que recordou o entusiasmo despertado pela China,

há dez, quinze anos atrás. «Hoje já não há tanto este entusiasmo», disse.

Da parte dos responsáveis políticos portugueses, houve a preocupação de eliminar eventuais entendimentos de Portugal como país periférico e de o apresentar como dotado, ou em vias disso, das infraestruturas necessárias à actividade económica.

Enquanto Valente de Oliveira garantiu que até 1992, Portugal não terá problemas quanto aos fluxos financeiros destinados pela Comunidade àquelas infraestruturas, Deus Pinheiro frisou que Portugal não corre perigos de cair na periferia europeia, dados os seus laços privilegiados com África e América Latina e a futura arquitectura europeia.

Segundo o responsável pelos Negócios Estrangeiros, a Europa do futuro continuará a verificar fortes relações com os EUA (o que inibirá a deriva para Leste), terá o seu desenvolvimento liderado pelos "12" (onde Portugal «tem a sorte de estar») e manterá a influência da NATO (cujas potencialidades «estão longe de estar esgotadas»).

Ligações privilegiadas

Metade dos 85 participantes nesta conferência da WEF eram estrangeiros, em particular grupos económicos da Comunidade Europeia.

A presença da Kuwait International Investments Company (KIIC) e do Banco América do Sul, do Brasil, constituíram as grandes surpresas, ao participarem ao mais alto nível.

Criada em 1971, em Geneve, por Klaus Schwab, para promover contactos e trocas de informação entre *leaders* políticos, empresariais e académicos, a WEF afirma-se como uma organização independente e neutra e financia-se através das contribuições dos participantes nas conferências. Entre os seus 700 associados, oriundos de 50 países, contam-se 15 empresas portuguesas, das quais seis participam regularmente nas cerca de 20 conferências feitas pela WEF anualmente em vários países.

R.N.

COMENTÁRIO

Internacionalização

A exploração de uma situação estratégica para o País, a rentabilização das modalidades de inserção internacional - num quadro de complexificação da divisão internacional do trabalho e das relações de dominação/dependência, de hierarquização mais diversificada e de reformulação das tradicionais alianças político-militares - passam por um processo que desenvolva a autonomia e potencie a capacidade de acção exterior do Estado assegurando a *utilidade não transferível do País*. Tal exige um protagonismo nacional efectivo à escala local/regional no contexto do complexo das suas relações internacionais, aprofundando um desenvolvimento dinâmico apoiado nas novas formas de organização político-social.

É condição fundamental do «programa» de relacionamento externo que seja *crédível* - perspectivando a relação diplomacia/qualidade dos meios/organização - aos olhos de todos quantos têm interesse em aprofundar o relacionamento com Portugal, da Europa ao Brasil, das ex-colónias à América, a Macau ou à China.

Não somos ameaça para ninguém nem existem razões para nos sentirmos ameaçados se, a partir do posicionamento geo-estratégico próprio, descortinarmos as formas de relacionamento económico, diplomático e político que permitam o desenvolvimento de alianças que conduzam ao aproveitamento de recursos únicos.

Tal passa pela concretização de uma aproximação plural e diversificada num mundo que não passou a ser pacífico - pela atracção do valor de uso das formas não clássicas da força - mas onde existem reais possibilidades com o desanuviamento.

O poder simbólico do reconhecimento do País como industrializado facilita a função de «ponte», mas chama também a atenção para as vantagens consideráveis da força económica a par das forças da cultura, influência política, património histórico-geográfico, posicionamento estratégico.

Também o facto histórico, uma estabilidade ancorada em práticas sociais seculares de luta por soberania e autonomia, se apoiadas num desenvolvimento interno económico e político, são elementos susceptíveis de mobilização para funções de conciliação/cooperação e, associados a uma postura de reivindicação de representatividade e legitimidade, factores de protagonismo nas novas formas de produção, controlo e organização do espaço europeu.

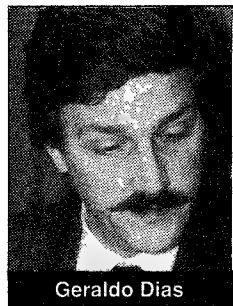
O País entrou para a Europa numa conjuntura que se modificou, mas os argumentos contabilísticos não perturbam as potencialidades do trajecto se evitadas a banalização/periferização continental e a diluição ibérica.

A Espanha, potência média/regional, no contexto da bi-polarização militar mundial - apesar da gama de potências nucleares incluída a própria - e de oscilação bipolarização/multipolarização político-económica, para além da sua influência incomensurável na Comunidade, é um país da Europa do Sul que enfrenta os problemas e os desafios da «integração do Leste».

Para lá dos problemas de gestão dos recursos materiais, a Europa debate-se, neste momento, com questões ao nível monetário, político, militar - desanuviamento/gestão da violência -, o que exige um programa estratégico nacional, lugar de articulação de questões múltiplas, em que a adesão ao Sistema Monetário Europeu é apenas uma, que permita ter uma perspectiva da evolução e o que fazer a cada novo lance, no sentido de atualizar a capacidade de defesa e potencializar a influência.

A influência externa assenta numa capacidade de acção sobre o meio imediato, gerindo vulnerabilidades, do agro-alimentar e energia à investigação e desenvolvimento, das comunicações à defesa, da informação à educação, aspectos essenciais da reestruturação industrial interna, mas também elementos fundamentais da articulação com os processos de inserção internacional no sentido do aprofundamento da autonomia, base para o desempenho de funções de «ponte» ou de influência regional. A modernização é um processo de reestruturação interna que ultrapassa os efeitos da inserção internacional.

A política económica e financeira implica uma visão interna e externa de alianças num jogo em que o número de actores cresce mais depressa do que o dos decisores. As actuais vicissitudes institucionais, nomeadamente em torno da união monetária/europeia/alemã, como manifestação de assimetrias de poder reforçam a necessidade da construção europeia enquanto processo de produção de democracia, evitando a deriva burocrática, estruturada sobre o conceito de *relatividade das relações internacionais*, jogo de forças diversificado, e utilizando os canais múltiplos que oferecem a diplomacia, a interdependência económica, as relações políticas, a solidariedade.



Geraldo Dias

Missão económica francesa analisa situação minhota

Minho e Clermont-Ferrand estudam cooperação

Sectores como os da mecânica e dos metais, no Minho, podem vir a ser alguns dos beneficiários de acordos de sub-contratação ou de participação no capital de empresas existentes ou de novas, por parte de PME's francesas de Clermont-Ferrand. Este um dos pontos essenciais abordados no decorrer da deslocação de uma missão técnica da Câmara de Comércio e Indústria daquela região.

Segundo disse ao DL Arnaldo Ribeiro, director da delegação da Associação Industrial do Minho (AIM) em Fafe, que acompanhou a visita dos técnicos franceses, a missão fez um levantamento do tecido empresarial da região minhota, tendo estabelecido contactos com empresários locais, a fim de elaborarem perfis económico-sociais e conhecerem as características da zona.

A visita, que terminou no passado fim-de-semana, ficou marcada com a assinatura de um protocolo de colaboração entre a AIM e a Câmara de Comércio de Indústria de Clermont-Ferrand, tendo sido feita por iniciativa dos empresários franceses, que pretendiam estabelecer contactos com instituições portuguesas das mesmas dimensões.

Conforme disse Arnaldo Ribeiro,

«tornou-se evidente haver similitudes entre as duas regiões e patamares de interesses». O director regional da AIM referiu-se também à visita feita em Dezembro, pela Associação, a França, o que «constituiu uma descoberta», sendo esta deslocação francesa a continuação dos contactos estabelecidos. Para breve, acrescentou, haverá a contrapartida de novos contactos em Clermont-Ferrand.

Transferir tecnologia

Um dos objectivos é que sejam transferidas, para o Minho, tecnologias aplicadas na região francesa, considerada, pela AIM, como a mais semelhante com a de Braga. Contudo, essa transferência «não pode ser feita gratuitamente, pelo que terá de haver contrapartidas», acrescentou Arnaldo Ribeiro.

Nesse sentido deverão vir a ser estabelecidas relações entre empresas, em termos de compra e venda, contribuindo os franceses, caso as negociações sejam levadas a bom termo, para a reconversão tecnológica de sectores onde são mais experientes.

Um exemplo apontado foi o da Michelin, que comanda a economia de Clermont-Ferrand e ocupa entre 40 a 50 por

cento da população local. Embora estando fora de causa os interesses directos desta fábrica num sector no Minho, as PME's que se encontram a montante e a jusante daquela têm conhecimentos tecnológicos e metodologias que podem ser aplicados em Portugal.

Na fase actual o protocolo centrou-se na troca de informação e social, mas também na troca de técnicos e técnicas e na promoção de relações inter-empresas.

Atrair investimentos

Ainda segundo o representante da AIM, há interesse em promover exportações portuguesas para França, pelo que vão ser promovidas missões empresariais do Minho a Clermont-Ferrand, onde se encontra a segunda maior comunidade portuguesa naquela país.

Essas missões irão, segundo Arnaldo Ribeiro, tentar atrair, para o Minho, mais investimentos de portugueses ali radicados e associar estes ao desenvolvimento regional, de que já há exemplos, nomeadamente na viabilização de novas tecnologias.

Redacção «DL»

Há muito a fazer, e rapidamente - concluem as análises. Quanto a consegui-lo, são poucos os que têm certezas e muitos os que têm dúvidas

Transportes de mercadorias rolam em plena mudança

Modernização, desregulamentação, internacionalização e fiscalização são as áreas onde acontecem, ou são reclamadas, as principais mudanças no sector dos transportes de mercadorias em Portugal, como patenteou o Fórum "Transportes - anos 90", organizado pela Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM).

A disseminação das necessidades leva a ANTRAM a afirmar que «há muito a fazer e rapidamente».

Este "muito para fazer" deve-se a carências básicas de capital e de recursos humanos, à fraca capacidade de aceitar o desafio da internacionalização decorrente da integração europeia, a modelos de gestão anquilosados, à

tendência para a concorrência ruínosa, às empresas de "vão-de-escada", à insuficiente capacidade organizativa e, ainda, à frota envelhecida, referiram diversos participantes.

A estas insuficiências dos agentes económicos, juntam-se os problemas decorrentes do aumento previsível do volume de trânsito (a um ritmo de quatro a seis por cento ao ano, o que representará no final do milénio mais 60 por cento em relação ao existente) que, cruzado com as limitações nas infra-estruturas existentes (actualmente perto da máxima capacidade e sem planos de expansão), impõem o aumento da produtividade e da eficiência como saídas para a falta de capacidade de transporte que, então, será manifesta, como

previu Fernando Fernandes, da Volvo.

Como se não bastassem estes problemas, o sector tem ainda de fazer face a pressões ecológicas, aos desafios da inovação tecnológica e às questões - omnipresentes - da segurança.

"Seria triste..."

Na sua comunicação, a direcção da ANTRAM afirma que «desde a falta de capacidade comercial e financeira das nossas empresas, até aos congestionamentos burocráticos da nossa Administração Pública, passando pelo degradado estado das nossas viaturas, conhecemos perfeitamente os problemas».

Depois de considerar não haver «desculpas» para a inação, anunciou ir «privilegiar, nos próximos anos, a

acção positiva empreendedora, em vez de persistir na pura reclamação formal junto dos Ministérios».

A capacidade do sector para se regenerar foi, contudo, posta em causa por alguns dos intervenientes no Fórum.

José Manuel Carvalho, da RAR-Transportes, disse que «para não perdermos competências, temos de nos preparar» e acrescentou que «a resposta é a competência, e esta passa pela passagem profissional, pela passagem do amadorismo ao profissionalismo».

Só que «como é que se espera que a resposta seja positiva, quando não somos capazes de impor regras de mercado internamente e permitimos que os preços sejam impostos pela con-

corrência ou pelo cliente?». Assim, «como é que evitamos que as grandes oportunidades se tornem grandes dificuldades?».

Para este empresário, o importante é as empresas encontrarem sistemas de formação e profissionalização e terem a «coragem» de os concretizar, porque «nesta actividade, onde até está determinado o acesso à profissão, seria triste não demonstrarmos que somos capazes».

Questão essencial

Com a mesma acutilância expressou-se Ricardo Félix, dirigente da ANTRAM, ao afirmar que «não há condições para abordar as 94 semanas que faltam para o mercado interno em condições de igualdade com os outros transportadores eu-

ropeus» e ao prever que nos próximos anos assistir-se-á a um aumento do número de falências de empresas sem capacidade de gestão. A preparação das empresas para o mercado interno em 1993 foi classificada como «questão política essencial» por José Bourbon, secretário-geral da ANTRAM, em declarações ao "DL".

Depois de afirmar que «o sector é o único que não tem um sistema integrado de estímulos ao investimento», Bourbon ao investir que a satisfação das várias necessidades «só será possível, no actual quadro, se forem criadas regras específicas e de apoio, como taxas de juro bonificadas e subsídios a fundo perdido».

Oliveira Martins, para responder a esta questão, anunciou no Fórum a com-

Cabotagem livre começa em Julho

Com vinte anos de atraso em relação ao Tratado de Roma, a política comum de transportes dá os primeiros passos. A cabotagem de mercadorias é um. Começa em 1 de Julho próximo, altura em que os transportadores comunitários poderão trabalhar com tráfego doméstico em qualquer dos Estados membros, sem necessitarem de aí estar sedeados.

Lídia Sequeira, da DGT, entende que a cabotagem é «um factor de mudança irreversível» e «uma ameaça natural» para os transportadores portugueses, devido à superior capacidade de gestão e organização dos outros transportadores da CEE, bem como ao seu apetrechamento em novas tecnologias, contra o que Portugal responde com a «vantagem competitiva» do costume: os baixos salários.

Apesar da «naturalidade» da ameaça, Lídia Sequeira não está pessimista, porque «não é credível» que os transportadores europeus queiram vir para cá. A ameaça concreta, especifica, vem de Espanha.

A liberalização controlada das actividades de cabotagem (é feita em função de licenças atribuídas aos Estados membros) permite, por outro lado, a Portugal o acesso a mercados atractivos e, por hábito, fechados, como são os de Espanha, França e Alemanha.

De forma "misteriosa", esta técnica superiora referiu-se ao caso italiano. «É complicado», disse, acrescentando: «Tenho uma sensação pessoal que, mesmo com preceitos legais, vai ser muito difícil entrar». Como se sabe, aos transportadores não-italianos acontecem, com frequência, surpresas desagradáveis em território transalpino: assaltos, destruições, intimidações...

Para iniciar esta nova fase do sector, o Conselho de Ministros dos Transportes distribuiu 15 mil licenças da seguinte maneira: Alemanha - 2073, Holanda - 1842, Itália - 1767, França - 1673, Espanha - 1350, Bélgica - 1302, Dinamarca - 1263, Inglaterra - 1107, Portugal - 765, Luxemburgo - 606, Irlanda - 585 e Grécia - 573.

Segurança depende do a

Desregulamentação exige mais fiscalização. O Estado é m

Sem fiscalização eficaz não haverá bases sólidas para a desregulamentação e liberalização anunciada para o sector dos transportes de mercadorias. Oliveira Martins, que expressou esta ideia, entende que «quando se trata da segurança de pessoas e bens, não pode haver menos Estado». A materialização destas intenções está, porém, comprometida pela incapacidade estatal ou inibição da acção fiscalizadora.

Por outras palavras: o aumento de concorrência provocado pela liberalização piorará as já de si deterioradas condições de segurança deste tipo de transportes, dada a incapacidade do sector responder com investimentos àquele aumento, o que "compensa" com a degradação da qualidade do serviço, preços ruínosos, fugas ao fisco e aos encargos com a segurança social, excessos de carga, desleixos na manutenção das viaturas...

A exigência de fiscalização é comum a muitos dos agentes que, de algum modo, estão ligados a estes transportes.

Maria de Lurdes Monteiro, directora-geral dos Transportes Terrestres, entende que «a tendência crescente de desregulamentação e liberalização do mercado de transportes pressuporá preparação profissional,

acrescida de maiores exigências em matéria de segurança e de responsabilidade».

Osvaldo Costa, presidente da ANTRAM, afirma que «as novas orientações legais constituem uma enorme liberalização do acesso à actividade» e manifesta a vontade de «evitar o aviltamento» suscitado pela «avalanche de aventureiros», enquanto o secretário-geral da associação, José Bourbon, disse-nos que «abertura sim, mas com a garantia de uma efectiva fiscalização».

De resto, é o próprio ministro dos Transportes quem reconhece que o sector transportador, sem medidas de enquadramento, «tende para a concorrência ruínosa».

Empresas de "vão-de-escada"

Em editorial publicado no último número da revista "Trânsito e Transportes", o director, Luís Branco, afirma que «se existem sectores em que se possa falar de empresas de vão-de-escada, um é sem dúvida o de transportes».

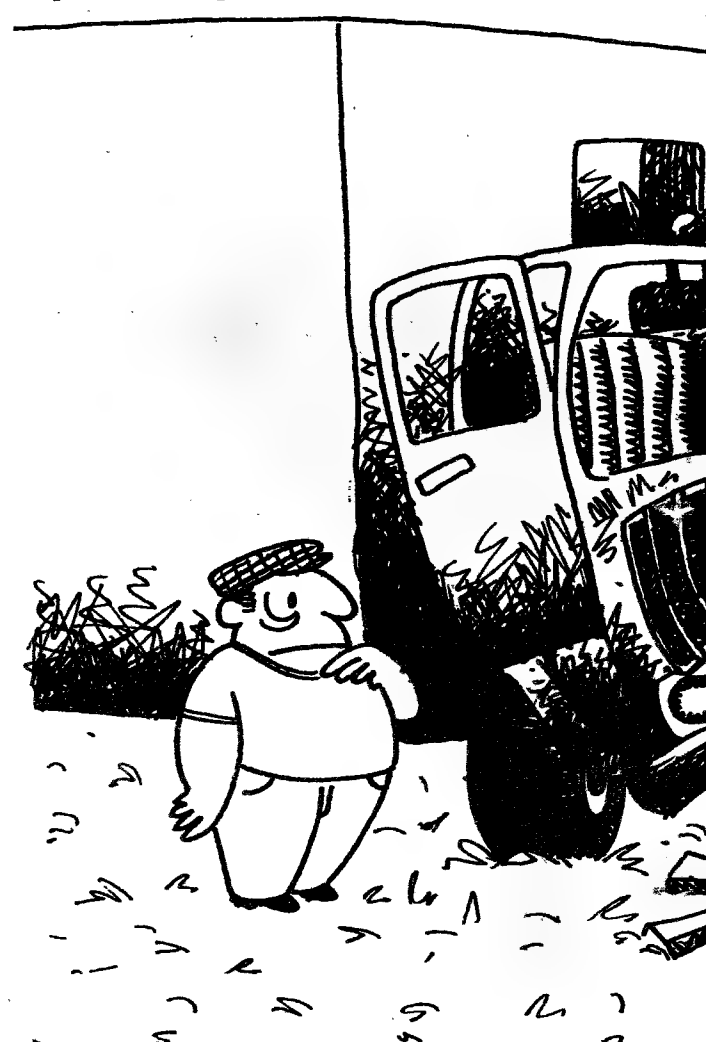
E pormenoriza: «Apresentando-se da mais variada forma, instalam-se nos diversos meios e oferecem de tudo sem nada terem para dar».

Rapidamente fazem notar a sua presença através de

actuações menos transparentes. A inexistência de estruturas permite-lhes brincar aos preços e aos negócios faz-de-conta». Por fim, denuncia: «Todos conhecemos empresários e empresas de

vão-de-escada. Muito se diz contra, mas pouco ou nada é conhecido de actuação no concreto».

Ao referir-se em particular ao excesso de carga, ilegalidade "promovida" a acto





Não há condições para preparar 1993 em igualdade com a concorrência comunitária

participação estatal de 15 por cento, a fundo perdido, na compra de camiões novos.

Economia contra engenharia

Os traçados do IP4 e IP5 foram outros objectos de crítica dos empresários devido, em particular, à excessiva inclinação de alguns

troços, mas também à largura, às saídas de segurança, às bermas e à sinalização.

Oliveira Martins argumentou que os empresários portugueses «parece que têm exigências mais duras em relação aos nossos traçados do que em relação aos do norte de Itália».

Em causa estão algumas

rampas de oito por cento pertencentes àqueles itinerários e consideradas perigosas pelos motoristas. O ministro, porém, contrapôs: «Parece que se quer ver lá qualquer coisa de extraordinário, mas quantas rampas de nove por cento não ultrapassam na Itália ou na Espanha?».

Acabou, apesar de tudo, por conceder que «o comprimento é grande - quatro ou cinco quilómetros - mas nada é definitivo. Quando se justificar, podem ser substituídas por túneis. A economia, aqui, ainda tem problemas. A engenharia, não».

Rui Nunes

acaso

é incapaz de assegurar

diz normal, Osvaldo Costa, em entrevista à revista "Camião", declarou: «Um camião, que devia transportar 24 toneladas, anda com 40 ou 50, o que representa um crime para a

manutenção da estrada e um perigo para todos aqueles que correm o risco de circularem ao seu lado».

Resulta da fiscalização ineficaz, quando não inexistente, uma «sensação de

impunidade por parte dos faltosos», remata José Bourbon.

Estado desfazado

Para explicar a situação, Maria de Lurdes Monteiro

afirma que a Administração Pública só «lentamente, e muitas vezes por pressão» é que reage às «pressões da sociedade».

«Tudo isto é motivado por mentalidades desajustadas, peso excessivo da intervenção pública acumulado ao longo de décadas, atitudes retrógradas e de demasiada prudência e de controlo que, no seu conjunto, significam falta de flexibilidade».

A realidade existente leva-o a dizer que «a Administração Pública continua sem estar devidamente preparada para assumir a vivência comunitária no quotidiano que se avizinha nem para impulsionar os objectivos da desregulamentação». Assim, «ou muda, ou tornar-se-á um obstáculo ao desenvolvimento português».

A este desfazamento entre as funções formais da Administração Pública e o seu real desempenho, juntam-se as dificuldades de fiscalização por parte das Polícias. Aníbal Oliveira, capitão da Brigada de Trânsito da GNR, apresentou ao Forum as carências de homens e materiais com que se debate e apontou a dispersão da legislação aplicável. Na ocasião, referiu que, diariamente, 60 por cento da operacionalidade da BT é prejudicada com comparações nos Tribunais.

R.N.

Governo desregulamenta sector

Liberalizar e desregulamentar é o espírito das novidades legislativas apresentadas por Oliveira Martins, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Forum. As alterações localizam-se no acesso à profissão, ao acesso ao mercado e na organização deste e provocam a substituição do decreto 175/80, que tem sido a base de actividade dos transportes públicos rodoviários ocasionais de mercadorias.

O objectivo das alterações, que provocam um aumento de concorrência no sector, são transportes mais eficientes e com preços mais razoáveis. Se isto não for conseguido, disse, «alguma coisa terá ficado pelo caminho».

Com a nova legislação, e no que respeita ao acesso à profissão, a capacidade profissional prova-se através da frequência de um curso de formação e abandona-se a exigência de exclusividade para os gerentes que sejam sócios de mais de uma empresa, desde que não se perca a efectividade do exercício de funções.

Por outro lado, no tocante à capacidade financeira, passa a ser exigido um capital mínimo de dois ou dez mil contos, consoante a amplitude da zona geográfica de actuação do transportador.

No acesso ao mercado, a regra do licenciamento prévio dos veículos manter-se-á como o requisito essencial a preencher e continuará a distinguir os dois grandes grupos de licenças: o de carga geral e o de mercadorias especificadas em veículos especialmente adaptados.

Raios terminam

A eliminação dos raios de acção dos veículos é a principal alteração introduzida no que respeita ao acesso ao mercado.

Em sua substituição serão criadas quatro zonas delimitadas com base nos distritos e uma quinta de âmbito regional. A zona regional "A" compreende Porto e Guarda; a "B" inclui Braga, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria e Castelo Branco e, ainda, os concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Castelo de Vide, Chamusca, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Gavião, Golegã, Mação, Marvão, Nisa, Rio Maior, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Ourém; a "C" engloba Leiria, Castelo Branco, Lisboa, Santarém e Portalegre e os concelhos de Alcochete, Almada, Arraiolos, Barreiro, Borba, Estremoz, Gois, Moita, Montemor-o-Novo, Montijo, Mora, Palmela, Pampilhosa da Serra, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Vendas Novas e Vila Viçosa; por fim, a "D" contém Setúbal, Évora, Beja, Faro e Portalegre, além do concelho de Coruche.



Oliveira Martins promete apoio

Os veículos passarão a ser licenciados para transportes dentro destas zonas. Termina assim, disse o ministro, uma regra «quase dogmática» desta actividade, com todas as discussões que suscitou após a publicação, no fim da II Guerra Mundial, da lei 2008, chamada lei da coordenação dos transportes.

Dentro de cada zona não haverá restrições no licenciamento para a carga geral, excepto a idoneidade. No âmbito nacional, as licenças são atribuídas dentro das dotações de carga fixadas, em termos de peso bruto, às empresas requerentes. Para as mercadorias especificadas mantêm-se o actual regime de licenciamento.

Quanto à organização do mercado, não haverá limitações quantitativas da carga a transportar dentro de cada uma das zonas regionais, mas serão atribuídas dotações no âmbito nacional. Todos os transportadores licenciados actualmente terão acesso ao nível nacional.

Oliveira Martins previu uma progressão no âmbito geográfico das licenças, com o transportador a iniciar a sua actividade numa das zonas regionais e a alcançar o direito de operar na zona nacional três anos depois, desde que a sua empresa tenha determinados índices económico-financeiros e cumpra as obrigações de carácter social, fiscal e laboral.

Profissionais expandem-se

A ANTRAM congratulou-se com as linhas da alteração anunciada, que respondem à necessidade de «um novo quadro regulador que permita uma forte expansão do transporte público por conta de outrem, através, principalmente, da captação dos serviços que vêm sendo realizados pelos transportes particulares».

Esta associação considera que o regime criado pelo 175/80 permitiu uma duplicação da frota rodoviária por conta de outrem, mas ficou aquém na dinamização de um processo que intensificasse a participação do transporte público no conjunto dos tráfegos nacionais por estrada.

A diminuta expressão dos mercados de curta distância, confinados aos círculos de raio de 50 quilómetros, bem assim como a absoluta rigidez do processo de revisão de contingentes de longa distância são identificadas pela ANTRAM como as causas mais determinantes da ineficácia daquele regime.



ECONOMIA

Mercado do Tesouro cresce em Portugal

Programa da Dívida Pública continua instrumento válido

«Alongar, o mais possível, a vida média dos Valores do Tesouro é um dos objectivos do Tesouro português, na sua intervenção no mercado de valores mobiliários», afirmou Alberto Ramalheira, presidente da Junta de Crédito Público, durante a Jornada Franco-Portuguesa, realizada sexta-feira em Lisboa.

Outros objectivos são a obtenção de fundos requeridos para a satisfação das necessidades de financiamento do Estado, minimizando e estabilizando o custo desses fundos, e a oferta de Valores do Tesouro concorrenciais aos aforistas e investidores institucionais.

Segundo Alberto Ramalheira, o PDP, Programa da Dívida Pública, criado no ano passado, é o instrumento que permite levar a cabo aqueles objectivos. Através dele, procede-se à mensuração das necessidades de financiamento, identificadas pela suas origens, défice orçamental, regularização de dívidas de empresas públicas, amortizações, bem como das fontes de financiamento, tanto internas como externas, a mobilizar para a sua cobertura.

Na opinião do presidente da Junta do Crédito Público, no PDP do corrente ano, as fontes de financiamento externas «apresentam um contributo muito reduzido, dado o relativo desafogo da nossa balança cambial, devido a avultadas entradas de capitais não relacionados com a dívida, prevenindo-se mesmo antecipar o reembolso da dívida externa obtida em condições menos favoráveis».

As fontes de financiamento internas, por sua vez, «terão que dar satisfação não só às normais necessidades de financiamento do Estado, mas também à substituição de dívida externa por interna».

Alberto Ramalheira confirmou que o volume da emissão de obrigações do Tesouro, no mercado primário, tem vindo a crescer, atingindo 992,8 milhões de contos em 1989, mais 7,2 do que em 1988, o que representa 70,5 por cento das emissões totais e 82,8 por cento das emissões totais de obrigações.

Para 1990, prevê-se o lançamento de obrigações de diverso tipo no valor de 1.263 milhões de contos, ou seja cerca de 15,3 por cento do PIB, contra 12,8 por cento em 1989, enquanto o produto da venda de acções das empresas públicas a privatizar está orçamentado em 152 milhões de contos, ou seja cerca de 1,8 por cento do PIB, contra 0,7 em 1989.

No mercado secundário, as transacções de Valores de Tesouro, em 1989, constituíram 55,7 do total movimentado nas Bolsas de Valores no segmento do mercado obrigacionista. Por outro lado, salientou Alberto Ramalheira, o serviço da dívida pública também tem vindo a crescer, tendo ultrapassado, em 1989, os mil milhões de contos, ou seja cerca de 14 por cento do PIB, dos quais, metade respeitam a juros.

R.F.S.



Alberto Ramalheira



Régis Rouselle: «A reforma na Bolsa francesa está na ordem do dia»

As Caixas de Depósitos vistas como artesãos da cooperação

Internacionalizar, liberalizar e inovar as actividades financeiras são factores estratégicos para a consolidação dos mercados

A Caixa Geral de Depósitos portuguesa e a Caixa de Depósitos e Consignações francesa «podem ser os artesãos de uma cooperação equilibrada e diversificada», disse Robert Lion, director-geral da CDC, na Jornada Financeira Franco-Portuguesa, efectuada em Lisboa, na passada sexta-feira, na presença de mais de duas centenas de especialistas financeiros dos dois países.

A reforma dos sistemas financeiros francês e português face às perspectivas europeias, a intervenção do Estado no mercado, a reforma da bolsa e os novos produtos financeiros foram os temas centrais em debate, do qual se salientam, entre outras, as comunicações de Alberto Ramalheira, presidente da Junta de Crédito Público; Silva Lopes, consultor da CGD; Jean Sebeyran, sub-director dos Mercados Monetário e Obrigacionista; Tavares Moreira, governador do Banco de Portugal; Régis Rouselle, presidente da Sociedade das Bolsas Francesas; Costa Pinto, presidente do BN; Santos Castro, director do Grupo Segurador-Fidelidade e Rui Vilar, presidente da CGD.

«Em Portugal, o Estado e os intermediários financeiros têm desempenhado um papel motor no processo de modernização e de inovação financeira que se desencadeou; mas é no mercado, no seu dinamismo e alargamento e na capacidade de resposta às necessidades financeiras que aí se manifestam, que as transformações ocorridas radicam a sua principal justificação e poderão encontrar, ou não, fundamentadas razões de sucesso», disse Rui Vilar.

Para o presidente da Caixa Geral de Depósitos, a inovação financeira em Portugal, embora tardia, teve características próprias que podem ser resumidas na desregulamentação, liberalização e abertura dos mercados à concorrência; na univer-



Robert Lion e Rui Vilar, dois dos principais protagonistas da cooperação financeira franco-portuguesa: «A internacionalização e a inovação como lema»

salização e polivalência das instituições de crédito; na mercadização, titulação e desintermediação das actividades bancárias tradicionais; na diversificação das instituições, produtos e serviços financeiros e ainda na internacionalização e globalização crescentes das actividades financeiras.

«A internacionalização constitui uma das orientações estratégicas essenciais para uma instituição de crédito nacional com as características e missão de interesse público da CGD. O apoio às empresas portuguesas, onde quer que elas se manifestem ou estejam activas, inscreve-se na primeira linha dos objectivos da instituição e não poderá deixar de determinar a sua maior projecção e presença externa», salientou Rui Vilar.

Cooperação de negócios

Uma das vias para essa internacionalização, acrescentou o presidente da CGD, é a cooperação de negócios com instituições financeiras de vocação idêntica em áreas geo-

económicas ou em segmentos de mercado afins.

Esta cooperação está, aliás, consagrada na Carta de Cooperação recentemente aprovada em Lisboa pelos bancos de poupança associados no Grupo Europeu dos Bancos de Poupança, que reúne instituições dos 12 países da CEE e também da Áustria, Noruega, Suécia e Finlândia.

Registe-se que a primeira medida desta estratégia foi a constituição, pelos bancos de poupança, incluindo a CGD e CDC, de três fundos de investimento, geridos pela Eufigest, sendo os seus certificados de participação denominados em Ecus e comercializados em todos os países da Comunidade.

Robert Lion, por sua vez, insistiu na necessidade de manter relações estreitas e sólidas entre as duas Caixas, sem que para isso se tenha de perder «o perfil e as singularidades próprias de cada uma».

«Os mercados financeiros têm necessidade de estabelecer pontos de referência

cujo peso específico e a capacidade de intervenção asseguram a animação do mercado e a sua regulamentação, daí ser preciso conjugar três ideias essenciais: exigência de deontologia, preocupação de duração e capacidade de inovação», sublinhou o director-geral da CDC.

Semelhanças e diferenças, apontadas por Robert Lion, são características que não impedem o diálogo entre as economias dos dois países. Muitas empresas francesas do sector financeiro actuam em Portugal, o mesmo acontecendo com as portuguesas em França, incluindo a CGD. A Caixa de Depósitos e Consignações francesa, porém, não é um banco, não tem uma rede própria e não recebe ou empresta ao público.

Robert Lion mostrou o desejo que esta primeira Jornada Financeira Franco-Portuguesa possa conduzir à realização, em Paris, da primeira Jornada Luso-Francesa.

Rui Ferreira e Sousa

Tempo de mudança na Bolsa francesa

O mercado francês de valores mobiliários entrou numa fase de reformas sem precedentes a partir da segunda metade da década de 80.

Esta ideia de mudança foi a tônica da intervenção de Régis Rouselle, presidente da Sociedade das Bolsas Francesas, na referida Jornada Franco-Portuguesa.

As reformas levadas a cabo em França criaram, desde Janeiro de 1988, novas instituições bolsistas, as quais vieram substituir os agentes de câmbio da antiga organização corporativa.

Chamadas Sociedades de Bolsa, estas instituições alargaram o seu capital ao exterior, algumas delas a 80 por cento, e

diversificaram as suas actividades, passando a constituir uma força intermediária financeira sólida e competitiva.

Régis Rouselle salientou aspectos fundamentais para o desenvolvimento do sector, nomeadamente a evolução do funcionamento do mercado, com a adopção do sistema de cotação CATS utilizado em Toronto desde 1967, sistema de mercado centralizado, ao qual os franceses chamam CAC.

No final de 1989, foi inaugurado o COCA, sistema novo que assegura directamente a conexão entre os sistemas de rotação das sociedades bolsistas e os ordenadores de cotação CAC.

Segundo Régis Rouselle, paralelamente a esta modernização, a Bolsa de França adoptou medidas liberalizantes que permitem aos intermediários franceses utilizar os sistemas por conta própria nas negociações, concorrendo com os agentes estrangeiros.

Esta modernização do funcionamento do mercado, acentua Régis Rouselle, ficará completada, antes do fim deste ano, com a entrada em vigor da reforma do sistema de distribuição e regulamentação RELIT que dará à praça parisiense uma fiabilidade de procedimentos, uma segurança e uma produtividade mais eficaz.

R.F.S.

ECONOMIA

Qualidade alimentar só com cadeia de frio

Promotores de colóquio pretendem grupo de pressão que permita sensibilizar o Poder e gerar apoios para melhorar condições de industriais e comerciantes

A criação de um pequeno mas forte grupo de pressão, não só para intervir junto de quem tem poderes de decisão, mas também para fazer chegar a mensagem de que o factor qualidade é o argumento mais forte para selecção de projectos, é um dos objectivos, talvez o principal, do colóquio promovido pelo Núcleo Empresarial da Região de Lisboa (NERLIS) que, sob a designação «A Cadeia de Frio na Alimentação», decorrerá amanhã e quinta-feira nas instalações da FIL. A ideia-base é que sem a correcta aplicação do frio não pode haver qualidade nem o consumidor ser defendido.

Matos Fazenda, presidente da comissão executiva do colóquio e vice-presidente do NERLIS, delegação da Associação Industrial Portuguesa, afirmou ao DL esperar que «o objectivo do último painel do debate não caia em saco roto». Esse painel versará questões como a intervenção e coordenação da actividade do sector, equipamentos e instalações, orgânica da Rede de Frio do produtor ao consumidor e articulação entre estruturas públicas e privadas.

«O estádio actual do desenvolvimento do País obriga que a qualidade seja tida cada vez mais em consideração» - são também palavras de Matos Fazenda, para quem «os nossos recursos são escassos e, se queremos competir, só o poderemos fazer com produtos de quali-

dade, sendo esta indispensável para se poder concorrer interna e externamente».

O colóquio foi antecedido de um trabalho de campo que, no dizer de Mário Baptista, um economista responsável pela empresa que fez o levantamento e que integra a comissão executiva do encontro, se destinou a que fosse feito um estudo inicial na área industrial, tendo o retalho entrado numa fase mais adiantada. Foram obtidas conclusões que serão temas de debate.

Carências e problemas

Esse inquérito, segundo disse Mário Baptista ao DL, mostrou haver grande incoerência sobre a cadeia de frio, bem como insuficiências de informação e de meios e recursos, carências quantitativas, problemas de transportes, mau uso de equipamentos e má formação sobre a optimização da utilização do frio na cadeia alimentar.

Um outro objectivo do colóquio será «encontrar razões e argumentos que justifiquem a aplicação de sistemas de incentivos». Mário Baptista recordou que, por exemplo, se o sector das pescas tem o FEOGA, no que se refere ao comércio puro nada existe e é bom ter presente que são necessárias cadeias de frio próximas dos pontos de colheita ou de produção de todo o tipo de géneros.

Uma ideia defendida por

todos, nomeadamente por Emídio Fazenda, vice-presidente do Instituto Português da Qualidade (IPQ), é que «a qualidade passa essencialmente pelo frio». A área puramente comercial não está devidamente equipada e não tem incentivos ou apoios.

Sendo esta uma questão que afecta fundamentalmente o sector comercial, como ficou demonstrado, põe-se a pergunta sobre a razão do envolvimento de uma delegação da AIP na promoção do colóquio e não ser este uma iniciativa da Confederação do Comércio Português. Conforme dito, a abordagem do frio era para ser feita na óptica da indústria, mas, «à medida que o levantamento foi feito, chegou-se à conclusão que o problema existente era eminentemente empresarial e não só industrial».

O tema mostrou ser, segundo Matos Fazenda, «um problema eclético, amplo e genérico que diz respeito a todos os cidadãos, pelo que, no colóquio, estão envolvidos representantes de todos os sectores». A própria CCP, representada pelo seu presidente, Manuel Gamito, faz parte da comissão de honra, o mesmo acontecendo com as federações de comércio grossista, dos comerciantes e industriais de produtos alimentares, dos retalhistas de produtos alimentares, dos comerciantes de carne e dos comerciantes de Lisboa.



Do produtor ao consumidor, a cadeia de frio na alimentação é indispensável

Emídio Fazenda, do IPQ, conforme disse ao DL, considera serem importantes a formação, a sensibilização de empresários e trabalhadores para o facto de que a qualidade é indispensável e o frio a grande componente da qualidade dos produtos alimentares. Mas defende igualmente que deve haver qualidade na formação e na utilização dos recursos, na articulação entre sectores público e privado.

A ideia genérica da comissão executiva, conforme referido, é que este colóquio deverá ser um bom exemplo da preocupação quanto à qualidade, «que nos deve mobilizar na procura de soluções que possam ser o arranque para acções semelhan-

tes noutras zonas».

Pontos importantes a serem considerados, segundo Emídio Fazenda, são a procura de meios de apoio ao comércio, na instalação da cadeia de frio, o que «tem a ver com o saneamento das situações existentes, nomeadamente concorrência desleal e outras que têm funcionado como células demonstradoras e miméticas».

Os promotores do colóquio estão esperançados que dele resultem conclusões positivas. Uma das preocupações foi levar a que nele participem os próprios consumidores, afinal vítimas da inexistência ou do mau uso das cadeias de frio e, eles próprios, utilizadores, quando pos-

suidores de frigoríficos e afins. Razão por que o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor faz parte da comissão de honra e a DECO foi convidada a participar nos debates. «É uma forma de termos duas organizações, uma oficial e outra associativa, a debaterem o problema», disse Matos Fazenda.

«Desejariamos sensibilizar o Governo para outros aspectos levantados no colóquio e que ainda não se encontram no programa oficial. Fazemos votos para que as realizações futuras insiram as conclusões a que se chegar e que o Poder as tenha em consideração», afirmou também Matos Fazenda.

Almeida Henriques

Estudo aponta carências e deficiências do sector

Retalho de congelados tende a desaparecer

Em termos globais, a totalidade (99 por cento) dos estabelecimentos de comércio a retalho de carnes não tem instalações frigoríficas adequadas, embora existam, em Portugal, cerca de duas mil instalações com capacidades superiores a 50 metros cúbicos, o que corresponde a um total de dois milhões de metros cúbicos, metade dos quais para armazenamento de frutas. Conclusão preocupante para muitos é que, segundo uma sondagem, o comércio a retalho misto, com exposição e venda de vários produtos congelados, tende a desaparecer, dando lugar a lojas especializadas.

Estes, alguns dos dados que constam no estudo feito pela Cetame, como trabalho de campo preliminar para o colóquio sobre a Cadeia de Frio na Alimentação. A intenção foi reconhecer as condições de conservação pelo frio existentes na indústria alimentar e no comércio por grosso de cinco distritos, a fim de serem definidas as condições de incentivo à reestruturação

e à modernização da restante cadeia de frio de produtos alimentares perecíveis.

Este trabalho de campo incidiu sobre os sectores mais representativos: congelação, transformação, conservação de pescado (16), congelação, transformação, conservação de produtos pecuários (12), armazenagem grossista (7) e entreposto frigorífico de serviço público (6).

Das empresas sondadas, 58,2 por cento consideraram como bom o estado geral de conservação das suas instalações, enquanto 9,1 o classificaram de mau. Quanto ao factor de qualidade de frio, 72,7 por cento disseram ser bom e 5,5 consideraram-no mau, embora 58,2 por cento tenham por insuficiente o factor quantidade, contra 40 por cento que dizem ser suficiente.

Embora a quase totalidade das empresas tenham referido haverem feito ampliações, modificações ou reparações, só 17 por cento declararam ter projectos de investimento aprovados e uma única tem

projectos em apreciação, embora 18,2 por cento manifestem intenções de investimento.

Algumas conclusões

A análise do trabalho de campo, quanto a características técnicas de instalações e equipamentos, aponta para o facto de a generalidade das empresas de apoio à transformação e conservação de produtos alimentares pelo frio estar adequada ao serviço que prestam, com equipamentos que permitem tratar correctamente os géneros.

Contudo, a maioria desses equipamentos mostra haver carência de um projecto de raiz, com a utilização de soluções de investimento inicial baixo. Carências há, igualmente, no que respeita a controlo da utilização dos veículos frigoríficos ou refrigerados, tal como são patentes as fortes carências de formação técnica dos proprietários das instalações.

O levantamento, no que se refere a características de equipamentos, teve uma baixa

taxa de respostas, o que pressupõe haver, por parte dos inquiridos, a noção de existirem insuficiências e deficiências de formação técnica.

Túneis de congelação, câmaras de conservação de congelados e de refrigerados foram outros sectores analisados, com conclusões que mostram que, no primeiro caso, as capacidades médias são mais elevadas na congelação, transformação e conservação de pescado e congelação, transformação e conservação de produtos pecuários, enquanto que no segundo são mais elevadas nos sectores de entreposto frigorífico de serviço público e congelação, transformação e conservação de produtos hortícolas.

Também num conjunto de quatro distritos, as médias mais elevadas para câmaras de conservação de refrigerados estão nos sectores de congelação, transformação e conservação de produtos agrícolas e armazenagem retalhista.

O trabalho que irá ser debatido durante o colóquio aponta conclusões e recomendações. Segundo refere, as actividades de transformação e comercialização de produtos que necessitam de conservação pelo frio, sendo predominantemente industriais, já beneficiam de esquemas de incentivo (FEOGA, SINEP ou SIBR), embora algumas empresas que têm beneficiado de incentivos também tenham actividade comercial.

Contudo, no que se refere a empresas unicamente comerciais, por grosso e a retalho, envolvendo produtos carenciados de conservação pelo frio, não há qualquer sistema de incentivos, o que é considerado uma lacuna grave, uma vez que a compra dos produtos, pelo consumidor, pode reflectir deficiências e insuficiências de conservação ao longo do canal de distribuição.

Se muitos industriais estão preocupados com a falta de instalações frigoríficas apropriadas, ao longo do circuito

de distribuição, o que leva o consumidor a imputar-lhes responsabilidades de deteriorização, que não lhes cabe, o estudo aponta igualmente para que a qualidade dos produtos não depende apenas da situação à saída da fábrica.

Outros dados referidos dizem que os sistemas de incentivo devem ter em conta as diferentes naturezas dos produtos e, sobre eles, são apontados, como aspectos principais, deverem ser diferentes, conforme o comércio seja grossista ou a retalho, havendo situações em que se tornam ineficazes, dado alguns sectores retalhistas não terem espaço para a sua instalação.

Como ponto final, o documento refere ser indispensável criar condições de incentivo e acções de reestruturação e modernização que garantam a existência de uma correcta cadeia de frio, desde as empresas industriais até ao comércio a retalho.

A. H.

ECONOMIA

Na conquista do mercado europeu, o maior do mundo, os japoneses têm a seu favor a produtividade e a qualidade e as empresas do Velho Continente a da cooperação. Os custos sociais podem ir até 140 mil postos de trabalho

Europa: o combate da indústria automóvel

O Velho Continente, o primeiro mercado mundial do automóvel, com mais de 13,5 milhões de unidades vendidas em 1989, será invadido, em meados dos anos 90, pelos japoneses que duplicarão a sua presença. Para o construtores europeus o tão esperado 1993 terá um impacto, afinal de contas, marginal sobre o incremento dos volumes de negócios e traduzir-se-á numa perda de 120-140 mil postos de trabalho. Por isso, aos grandes construtores europeus de automóveis não resta outra saída se não a da cooperação.

O alarme lançado aos construtores europeus tem origem num relatório reservado de um grupo restrito de analistas internacionais, encomendado à multinacional de consultoria de estratégias McKinsey pelos primeiros quatro colossos europeus do automóvel (Volkswagen, Fiat, Peugeot e Renault) e pelos produtores membros do CCMC (Comité dos construtores do mercado comum).

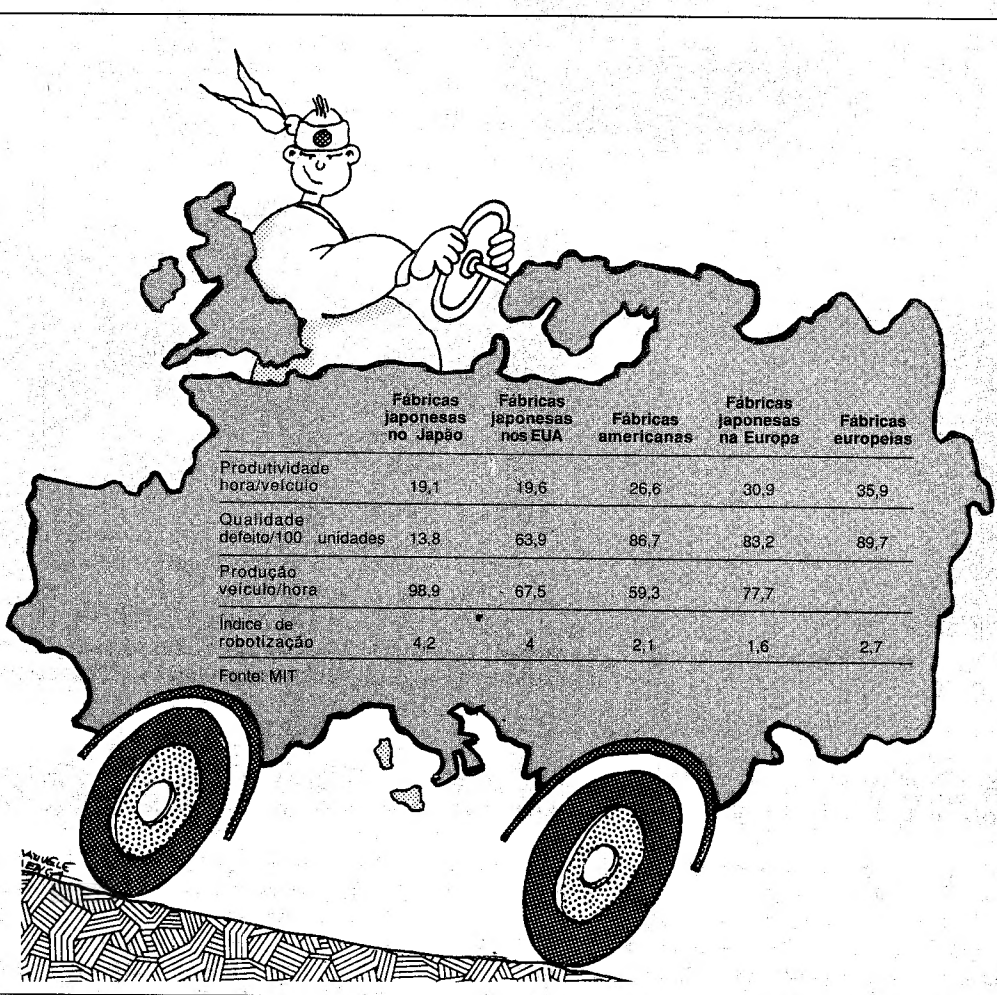
O quadro que dele resultou não é de certo consolador e impõe escolhas drásticas e urgentes para o sector do automóvel *made in Europe*. Actualmente, é japonês um de cada quatro carros vendidos na América. A sua quota no mercado americano subiu de 21 para 25 por cento, mas o ciclo americano pode con-

siderar-se já consolidado e os construtores japoneses estão a virar a proa ameaçadora da sua indústria automóvel em direcção ao grande pasto da Europa que, no sector das quatro rodas e não só, continua a ser o mais apetecível mercado do mundo.

A previsão dos estrategos da McKinsey é clara: os japoneses da Nissan, da Toyota e os outros construtores, em meados dos anos 90 duplicarão a sua penetração, passando dos 11 por cento em 1988 para mais de 20 por cento. Se não forem tomadas providências para estancar esta verdadeira vaga, a indústria automóvel europeia vai perder de 120 a 140 mil postos de trabalho.

Este salto em frente do Sol Nascente, que ameaça transformar a fortaleza europeia num campo de batalha, será possível graças aos trunfos dos produtores japoneses: a qualidade, a produtividade, a automatização. As diferenças entre os construtores nipónicos e os europeus e americanos são relevantes: os japoneses têm uma produtividade superior na ordem dos 20-25 por cento.

Como se pode ver no gráfico que publicamos, os japoneses deixam para trás a concorrência não apenas em termos de produtividade (contra as 19,1 horas em que os japoneses produzem um carro os americanos precisam de



empregar mais de 26, enquanto os europeus necessitam de 25,9 horas) mas também em termos de qualidade. De facto, os japoneses conseguem produzir carros com uma percentagem de

defeitos praticamente igual a zero (13,8 por cento de defeitos em cada 100 unidades), enquanto os americanos chegam a 86,7 por cento e os europeus tocam quase os 90.

Outro ponto forte dos japoneses é o seu índice de robotização, que é quase o dobro dos registados nas indústrias automóveis americanas e europeias. O índice flexível de automatização, calculado dividindo o

números de robot utilizados na produção total por hora, nas empresas japonesas é de 4,2 por cento, nas dos EUA é de 2,1, enquanto na Europa é de 2,7.

Os especialistas da McKinsey, portanto, advertem: para os construtores não será suficiente apenas colmatar as diferenças de produtividade e qualidade. Segundo os observadores da multinacional, a Fiat, a Peugeot, a Volkswagen, mas também a Ford e a General Motors, terão que multiplicar a sua oferta produzindo uma gama mais vasta de modelos, indo à caça de todas as possíveis hipóteses de mercado.

No fim, os produtores europeus serão obrigados a unir os seus esforços. É de resto este o caminho já em parte trilhado e que vê, por exemplo, a Fiat e a Peugeot a investirem para a construção de um mesmo automóvel, a Renault e a Chrysler a construir um jeep em Espanha. A Ford e a Volkswagen também já estão a fazer o mesmo e, ainda, a Peugeot e a Renault trabalham juntas para a concepção de um novo motor. Para reter a avançada do perigo amarelo não resta, enfim, outra alternativa se não a da unidade de acção.

Walter Passerini
Exclusivo «DL»/
«Corriere della Sera»

Trad.: Alessandra Balsamo

Situação em Portugal começa a ser preocupante

Vendas de automóveis continuam em baixa

Os dados mais recentes sobre a venda de automóveis em Portugal apontam para valores que começam a provocar séria inquietação às empresas do sector. A Renault continua a líder no mercado nacional mas, em Fevereiro último, vendeu apenas 3.167 unidades, ou seja, menos 607 unidades do que em idêntico mês de 1989.

A segunda posição é ocupada pela Fiat que registou um ligeiro aumento, vendendo 2200 automóveis em Fevereiro último, contra 2.026 em igual mês do ano passado.

Nos lugares seguintes seguem-se a Opel, Ford, Citroen e Volkswagen, que também baixaram as suas vendas.

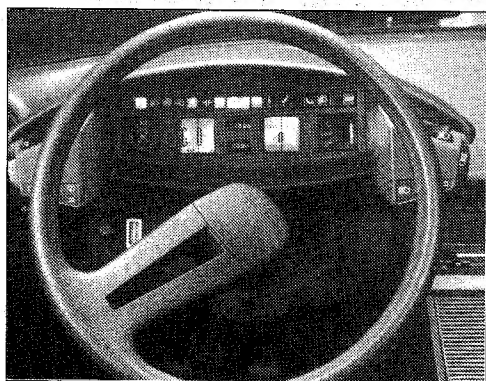
No total venderam-se em Portugal, no mês de Fevereiro, 15.218 automóveis, ou seja, menos 1355 que em igual mês de 1989.

Nos dois primeiros meses deste ano o total de vendas foi de 30.471 unidades, contra 34.253 em igual período do ano passado.

Estes números reflectem uma situação de crise no sector, não por falta de mercado, mas essencialmente pelo sistema restritivo de crédito que regulamenta o comércio automóvel.

Desencanto

Falando no jantar anual de distribuição dos prémios Rodas de Prata, o presidente da ACAP, Aníbal Bessa, definiu 1989 como o «ano do desencanto» para o comércio automóvel e sublinhou que, após um significativo crescimento de vendas no primeiro trimestre, assistiu-se, como consequência das medidas restritivas das vendas a prestações decretada pelo



Mais longe do nível europeu de densidade automóvel

Governo, a uma redução cada vez mais acentuada do volume de vendas de automóveis ligeiros de passageiros.

O presidente da ACAP disse que a previsão daquela associação apontava para um volume total de vendas em 1990 ainda inferior ao de 1989, concluindo que, a este ritmo de vendas, a densidade automóvel em Portugal só atingiria o nível mínimo europeu actual dentro de 15 anos.

Aníbal Bessa reafirmou ainda a intenção do comércio automóvel de continuar a reivindicar a suspensão das medidas de restrição às vendas a prestações legisladas há cerca de um ano e que condicionam o normal funcionamento do mercado.

Redacção «DL»

Renault aperfeiçoa trunfos para concorrer com Japão

Acordo com a Volvo não resolve mas atenua crise

A Renault possui os seus trunfos para continuar numa boa situação económica na Europa comunitária, apesar da capacidade de intervenção que o Japão vai mostrar, logo que se abra o mercado dos Doze, o que ocorrerá no fim deste decénio. É o tempo de espera pedido pelos construtores de automóveis europeus, para salvaguardar os seus interesses.

A operação Volvo, acordo estabelecido entre esta empresa e a Renault, permite a consolidação da estrutura empresarial do grupo Régie, trazendo-lhe entre 4 e 8 biliões de francos em acções da Volvo.

Por outro lado, a Renault poderá, com este novo estatuto de sociedade anónima, que o Parlamento vai votar dentro de semanas, receber mais 25 biliões se o Estado descer dos 75 por cento actuais para os 51 por cento, por aumento de capital.

Para além deste acordo empresarial, a Renault possui

outros trunfos: uma boa tecnologia, uma rede comercial bem montada em França, uma presença rentável nos sectores dos veículos pesados, máquinas agrícolas e na robótica. A sua nacionalização que continua a 100 por cento contribui, igualmente, para manter esta posição privilegiada.

Mão-de-obra barata

De qualquer modo, alguns problemas têm que ser ultrapassados, tais como a qualidade do produto final e os atrasos dos novos modelos, já que os custos de fabricação não podem aproximar-se dos baixos custos dos automóveis japoneses.

Isto acontece primeiro porque os custos da mão-de-obra representam uma parte decrescente do total dos custos, depois porque as fábricas Renault estão implantadas principalmente em França e em Espanha, dois países onde os salários não são muito altos. Se os japoneses não agar-

ram com unhas e dentes as exportações, a partir das fábricas que construíam na Europa de Leste, a Renault pode aguentar-se, mas as desvantagens são várias.

Em primeiro lugar, a fraqueza relativa à indústria francesa de equipamentos de electrónica é notória. Em segundo lugar, enquanto a Fiat, a VW, a Peugeot, ou a Régie se movimentam no mercado europeu, os americanos colocam os seus carros nos EUA e na Europa e os nipónicos nos três continentes: Ásia, América e Europa.

Se uma protecção específica do sector for conseguida em Bruxelas, uma guerra de preços será evitada. Deste modo, em casos de redução do mercado, uma hipótese a considerar, a Renault gozará, durante este decénio, de alguma tranquilidade para poder conduzir a sua «revolução cultural».

Redacção «DL»/
«Le Monde»